

O lazer pode contribuir, de forma prazerosa, no processo de valorização e preservação do patrimônio, desde que entendido enquanto manifestação cultural, e não como mero item de consumo da indústria cultural. Cumpre papel de destaque, também, na revitalização dos espaços e equipamentos. Assim, é muito importante a consideração dos patrimônios naturais, imateriais, artísticos, arquitetônicos e urbanísticos, que fazem parte da memória das cidades, como elementos de enriquecimento da paisagem urbana e da vida cultural. Esse Patrimônio Ambiental Urbano, desde que preservado e revitalizado, pode e deve se constituir em novos equipamentos específicos de lazer. Além disso, contribui de maneira significativa para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos. Outro aspecto, não menos importante, é que se preservando a identidade dos locais, pode-se manter, e até mesmo aumentar o potencial turístico de nossas cidades.

Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano: Políticas Públicas



Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano: Políticas Públicas

Nelson Carvalho Marcellino
Tânia Mara Vieira Sampaio
Felipe Soligo Barbosa
Stéphanie Helena Mariano



Nelson Carvalho Marcellino, Tânia Mara Vieira Sampaio,
Felipe Soligo Barbosa e Stéphanie Helena Mariano

Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano

OPUS
PRINT EDITORA

Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano – Políticas Públicas

- Os casos de Campinas e Piracicaba-SP •

Capa: Opus Print Editora
Coordenação: Zilton dos Santos
Diagramação: Opus Print Editora
Copidesque: Sandra Aymone
Revisão: Sandra Aymone
Foto da capa: Piracicaba-SP, Rio Piracicaba
e Rua do Porto, por Christiano Diehl Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

790.0135 Marcellino, Nelson Carvalho.
M263L Lazer, cultura e patrimônio ambiental
urbano - políticas públicas: os casos de Campinas e Piracicaba-
SP / Nelson Carvalho Marcellino, Tânia Mara Vieira Sampaio,
Felipe Soligo Barbosa, Stéphanie Helena Mariano. Curitiba,
PR: OPUS, 2007.

1. Lazer.
2. Cultura.
3. Patrimônio Ambiental
- I. Título.

CDD 790.0135

Índice para catálogo sistemático:

1. Lazer.
2. Cultura.
3. Patrimônio Ambiental.

Esta é uma edição limitada de 1.000 exemplares
e foi produzida com verba do Governo Federal,
por intermédio do Ministério dos Esportes.

Proibida a reprodução total ou parcial
da obra de acordo com a lei 9.610/98.
Editora afiliada à Associação Brasileira
dos Direitos Reprográficos (ABDR).

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:
Santos e Caprini Materiais Gráficos e Editora Ltda
C.N.P.J.: 79.643.417/0001-22 - I.E.: 90.390.319-89
Rua Padre Anchieta, 1691 - Bigorrilho - Curitiba/PR
CEP 80730-000 - PABX: +55 41 3079.3135
atendimento@opusprinteditora.com.br - www.opusprinteditora.com.br

Nelson Carvalho Marcellino - Tânia Mara Vieira Sampaio
Felipe Soligo Barbosa - Stéphanie Helena Mariano

Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano – Políticas Públicas

• Os casos de Campinas e Piracicaba-SP •

1º Edição

Curitiba-PR

2007

Autores:

NELSON CARVALHO MARCELLINO: Graduado em Ciências Sociais, Mestre em Filosofia da Educação, Doutor em Educação, Livre Docente em Educação Física - Estudos do Lazer, Docente do Mestrado em Educação Física da Facis, da Unimep-Universidade Metodista de Piracicaba, Líder do GPL- Grupo de Pesquisa em Lazer, Pesquisador do CNPq, e Coordenador do Núcleo da Rede Cedes do Ministério do Esporte, na Unimep.

TÂNIA MARA VIEIRA SAMPAIO: Graduada em Pedagogia e doutora em Ciências da Religião pela Umesp desde 1997. Docente nos cursos de graduação em Educação Física e Turismo e do Mestrado de Educação Física da Unimep, na Linha de Pesquisa Corporeidade e Lazer. Pesquisadora do GPL - Grupo de Pesquisa em Lazer, e Vice-Coordenadora do Núcleo da Rede Cedes do Ministério do Esporte, na Unimep.

FELIPE SOLIGO BARBOSA: Licenciado em Educação Física, pela PUC Campinas, Bacharel em Turismo, pela Unimep, Mestrando em Educação Física-Corporeidade e Lazer, pela Facis-Unimep, membro do GPL, e do Núcleo da Rede Cedes-do Ministério do Esporte, na Unimep.

STÉPHANIE HELENA MARIANO: Bacharel em Turismo, pela Unimep, Mestranda em Educação Física-Corporeidade e Lazer, pela Facis-Unimep, membro do GPL, e do Núcleo da Rede Cedes-do Ministério do Esporte, na Unimep. É docente do Curso de Educação Física da FAM-Faculdades de Americana-SP.

Projeto de Pesquisa que deu origem ao livro:

A cidade como equipamento de lazer: as possibilidades do lazer na contribuição para preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano - os casos de Piracicaba e Campinas.

Área: Corporeidade Pedagogia do Movimento e Lazer

Linha de pesquisa: Corporeidade e Lazer

Coordenadores: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino e
Profa. Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio

Mestrando Felipe Soligo Barbosa

Mestranda Stéphanie Helena Mariano

Mestranda Débora A. Machado da Silva

Mestranda Karina Cristofolletti Sarto

Mestranda Cáthia Alves

Acadêmica Flávia Regina Ferraz- Bolsista Rede Cedes



http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/default.jsp

O Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Cedes) é uma ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Com estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais, e por meio da interlocução com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação - vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas -, busca implantar novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer.



<http://www.unimep.br/phpg/facis/cedes/>



A Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), através dos cursos de graduação e mestrado em Educação Física, da Faculdade de Ciências da Saúde (Facis), do Laboratório de Corporeidade e Lazer, e do GPL- Grupo de Pesquisa em Lazer (www.unimep.br/gpl), integra a Rede Cedes, do Ministério do Esporte, desenvolvendo pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, atualmente abrangendo as cidades de Piracicaba, Campinas, Monte Mor, Hortolândia, Nova Odessa, e RMC- Região Metropolitana de Campinas.

O Cedes, gerenciado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, financiou integralmente a pesquisa que deu origem a este livro, bem como a sua publicação.

SUMÁRIO:

Introdução.....	08
1. Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano – relações e possibilidades.....	11
2. Análise documental.....	25
2.1. Uma análise documental do município de Campinas	25
2.2. Uma análise documental do município de Piracicaba.....	36
3. Em campo:	49
3.1. Observação participante	49
3.2. Questionário	50
3.2.1. Piracicaba	50
3.2.2. Campinas.....	53
3.2.3. A Comparação.....	55
4. Considerações finais.....	56
Referências bibliográficas	59
Anexos:	65
Anexo 1: Questionário	66
Anexo 1. Campinas: Patrimônio Natural, Ambiental, Cultural e Histórico	68
Anexo 2. Campinas: Bens tombados pelo Codepaac - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural.....	106
Anexo 3. Campinas: Patrimônio Urbano de Esportes e Lazer.....	110
Anexo 4. Campinas: Eventos do Calendário Oficial	114
Anexo 1. Piracicaba: Patrimônio natural, cultural e histórico do município de Piracicaba.....	119
Anexo 2. Piracicaba: Eventos Importantes	137
Anexo 3. Piracicaba: Inventário das obras de arte, marcos civis e referenciais de memória em espaços públicos da cidade.....	159
Anexo 4. Piracicaba: Listagem completa dos imóveis tombados ou em processo de tombamento	161
Anexo 5. Piracicaba: Patrimônio Urbano de Esportes e Lazer.....	167

Introdução:

É relativamente recente a preocupação com os efeitos nocivos causados pelo processo de urbanização crescente à estrutura de nossas cidades. A ação predatória, motivada pelos interesses imediatistas, ocasiona problemas muito sérios, que afetam a qualidade de vida e o lazer das populações. A grande maioria das nossas cidades não conta com um número suficiente de equipamentos específicos de lazer para o atendimento à população. E o que é pior: muitos deles, mantidos pela iniciativa privada, como teatros e cinemas, estão fechando e dando lugar a empreendimentos mais lucrativos. Mesmo aquelas cidades que contam com um razoável número desses equipamentos nem sempre têm seu uso otimizado, pela falta de conhecimento do grande público, ou seja, pela divulgação insuficiente entre os próprios moradores. Iniciativas particulares vêm sendo tomadas e devem merecer apoio. Mas o poder público não pode ficar ausente. Além da luta para obtenção de novos espaços, é preciso tratar da conservação dos já existentes (MARCELLINO, 2002).

Se o espaço para o lazer é privilégio de poucos, todo o esforço para a sua democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos¹. Eles são importantes e sua proliferação é uma necessidade que deve ser atendida. Mas a ação democratizadora precisa abranger a conservação dos equipamentos já existentes, sua divulgação, “dessacralização” e incentivo à utilização, através de políticas específicas, e a preservação do patrimônio ambiental urbano (MARCELLINO, 2002).

Muitas vezes a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na recuperação e revitalização de espaços, destinando-os a sua própria função original, ou, com as adaptações necessárias, a outras finalidades. Algumas iniciativas já vêm sendo tomadas nesse sentido. Mas muito mais pode ser feito e, na maioria das vezes, dependendo de recursos bastante menores do que os necessários para novas construções.

1. Requixa (1980) enfatiza a necessidade de integração, dentro de uma política de lazer, de equipamentos privados e públicos, de um lado, e de outro, de equipamentos específicos e não específicos. Como equipamentos não específicos entende os que, na origem, não foram construídos para a prática das atividades de lazer, mas que depois tiveram sua destinação específica alterada, de forma parcial ou total, criando-se espaços para aquelas atividades. O autor coloca que hoje os espaços das cidades precisam ser aproveitados de modo a se tornarem polivalentes. Entre esses equipamentos não específicos estão: o lar, a rua, o bar, a escola, etc. Já os equipamentos específicos são construídos com essa finalidade, podendo ser classificados pelo tamanho, atendimento aos conteúdos culturais, ou outros critérios.

Mesmo quando superados todos os entraves para a participação da população em atividades realizadas nos equipamentos específicos e, particularmente, naqueles dirigidos às áreas de interesses intelectuais e artísticos, caso de bibliotecas, museus, galerias de arte, teatros, etc., freqüentemente essa participação é dificultada e inibida pelo “ar” de santuário de que se revestem as construções e sua sistemática de utilização, principalmente quando são mantidos pelo poder público.

Talvez por nossa falta de tradição, fruto de uma história ainda recente, e marcada por longo período de colonialismo, e ultimamente do consumismo das obras da indústria cultural que, em última análise também representa uma forma de colonialismo, a necessidade de preservação de bens culturais, até bem pouco tempo atrás, atingia um pequeno número de especialistas e cultores, os quais, não raro, adotavam atitudes que, aos olhos da maioria, assumiam características de esnobismo.

Outro fator acrescentou uma parcela bastante significativa nesse sentido: a crença na impossibilidade de conciliar tradição e progresso, e a própria idéia do que seriam essa tradição e esse progresso.

Com o desenvolvimento do processo de urbanização, no dia-a-dia, a grande cidade acaba se transformando no grande espaço de lazer para a maioria da população. Percorrê-la, no cotidiano, pode ser algo enfadonho ou transformar-se em tarefa agradável e estimulante para os sentidos, a partir da variedade da paisagem urbana, em termos de significado enquanto patrimônio ambiental urbano.

Torna-se assim importante analisar o processo de preservação, conservação e revitalização desse patrimônio ambiental urbano e as políticas de animação, enquanto políticas de lazer dos municípios, notadamente aqueles que se constituem em pólos regionais. Além disso, o patrimônio é uma atração turística e deve assim ser entendido do ponto de vista dos conteúdos culturais do lazer.

Mesmo para os municípios pólos regionais, onde há mais facilidade de acesso aos equipamentos, é preciso verificar o grau de sacralização de que muitas vezes eles são revestidos, como fatores inibidores do seu efetivo uso democrático por parte da população, e que deve se refletir na ação preservadora desses elementos.

Nesse sentido, é fundamental entender as Políticas Públicas de Lazer, que incluem a questão dos espaços e equipamentos como um dos seus eixos e, dentro dele, a necessidade de preservação e a revitalização do patrimônio ambiental urbano.

Dessa forma o objetivo geral a que nos propomos neste estudo é analisar o espaço urbano como espaço de lazer, a partir do entendimento da cidade como o grande equipamento de lazer privilegiado no cotidiano da população, e dentro dele o patrimônio ambiental urbano, a necessidade de sua preservação, conservação, revitalização e animação como um dos componentes fundamentais de uma política pública de lazer.

O estudo combinou as pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica foi efetuada a partir de levantamento realizado nas bibliotecas da Unimep e Unicamp, e nas ferramentas disponíveis na internet, principalmente o Google acadêmico, com as palavras chave: patrimônio (ambiental urbano), lazer, preservação, revitalização e políticas públicas, secundadas por análises textual, analítica, interpretativa e crítica.

A pesquisa documental foi realizada a partir de levantamento, junto aos documentos dos órgãos competentes (Esporte, Lazer, Cultura, Parques e Jardins, Planejamento, Secretaria de Obras e Urbanismo), das Prefeituras investigadas, posteriormente estudados por análise de conteúdo (GIL, 1991).

A principal técnica de coleta de dados para a pesquisa de campo foi a observação participante (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977), com utilização de diário de campo. Houve necessidade, também de aplicação de questionários (anexo 1) (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

As cidades (Campinas e Piracicaba) foram escolhidas por critérios de representatividade (pólos regionais, no raio de atuação da Unimep, bens naturais: Rios Atibaia e Piracicaba, áreas de preservação ambiental, amplo patrimônio tombado e tradições históricas: Festa do Divino, ciclo do Café, etc.) e acessibilidade.

Agradecemos a todos os colegas do Grupo de Pesquisa em Lazer - GPL, que integraram o Projeto de Pesquisa que deu origem a este livro e, de modo especial às bolsistas da Rede Cedes - Rosana de Almeida e Ferreira, Flávia Regina Ferraz e Dayene Mormano Vieira. Expressamos também nossos melhores agradecimentos aos diversos setores relacionados ao Patrimônio Ambiental Urbano, das Prefeituras de Campinas e Piracicaba e aos Conselhos Municipais, por terem nos atendido de forma tão acolhedora, facilitando o acesso aos documentos, arquivos, próprios municipais, enfim, contribuindo para que a pesquisa pudesse ser realizada.

1. Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano – relações e possibilidades:

A importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação, a partir de sua consideração como direito social ligado à qualidade de vida nas cidades, não vem sendo acompanhada pela ação do poder público com o estabelecimento de políticas setoriais, na área, devidamente articuladas com outras esferas de atuação, vinculadas com as iniciativas espontâneas da população e com parcerias junto à iniciativa privada.

Muito pouco tem sido feito no setor, o que, em alguns casos não significa ausência de recursos, mas má utilização, devido à ausência de parâmetros norteadores da ação. O que se verifica, na maioria das vezes, é uma mistura do preconceito, ainda existente em algumas áreas, com a incompetência, muitas vezes mascaradora, de discursos até ditos “transformadores”.

Veza por outra são lançadas campanhas nacionais, algumas inspiradas em movimentos internacionais, como o “Mexa-se”, “O Esporte para Todos”, o “Programa de Centros Sociais Urbanos”, etc., de polêmica base e duvidosa eficácia. Todas elas, no entanto, acabam dando frutos, muitos dos quais não previstos e até mesmo contrários à “filosofia” dos programas que os geraram.

É preciso considerar, ainda, que as propostas de trabalho não podem ficar restritas à elaboração de documentos, muito deles até com “boas intenções” na fixação de princípios, mas que acabam se transformando em discursos vazios, por não levarem em consideração a realidade dos executivos municipais, no nosso país, a começar pela construção de políticas participativas, que levem em conta os quadros para atuação e espaços e equipamentos necessários, passando pelas dificuldades de o setor se impor, ainda, na Administração como um todo e esbarrando em questões relativas ao orçamento, etc.

Mais recentemente, com a criação do Ministério do Esporte, o lazer vem sendo objeto de ação mais direta, por parte do Governo Federal, na Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, e com a realização de duas Conferências Nacionais do Esporte, em que o lazer também foi abordado, com o estabelecimento da Política Nacional do Esporte, e o início da implantação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer. Mas ainda o é como apêndice de um dos seus conteúdos culturais, apenas.

O lazer é entendido aqui:

[...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída), no “tempo disponível”. É fundamental como traço definidor o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 2005, p.28).

É importante ressaltar, também, que o entendimento do lazer não é efetuado “em si mesmo”, mas como uma das esferas de ação humana historicamente situada. Outras opções implicariam na colocação apenas parcial e abstrata das questões aqui analisadas.

A noção de cultura deve ser entendida em sentido amplo, consistindo “[...] num conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve” (MACEDO, 1982, p.35). Implica, assim, o reconhecimento de que a atividade humana está vinculada à construção de significados que dão sentido à existência. A análise da cultura, pois, não pode ficar restrita ao “produto” da atividade humana, mas tem que considerar também o “processo dessa produção” - “o modo como esse produto é socialmente elaborado” (MACEDO, 1982).

Não se concebe, assim, o lazer na sua especificidade abstrata, o que quer dizer que seu entendimento não é estabelecido em si mesmo, ou de forma isolada, nessa ou naquela atividade, mas como um componente da cultura historicamente situada. Mesmo porque o entendimento do lazer apenas em sua “especificidade abstrata” está ligado às concepções “funcionalistas”, em suas várias nuances (MARCELLINO, 2004), contribuindo para reforçar ainda mais uma ação que colabora para a manutenção do *status quo*, uma vez que, entre outros aspectos, não leva em conta o contexto mais amplo e, assim, deixa de considerar o que caracterizamos como “todo inibidor” para a sua prática – o conjunto de aspectos que, tendo como pano de fundo a questão econômica, provoca as desigualdades quantitativas e qualitativas na apropriação do “tempo livre” (MARCELLINO, 1992).

A “especificidade concreta” do lazer, considerado em sua manifestação na sociedade atual, é colocada como reivindicação social. Portanto, seu significado é bastante diferente do entendimento da Antigüidade Clássica. É uma questão de cidadania, de participação cultural.

O lazer é visto aqui, portanto, como fruto da sociedade urbano-industrial e, dialeticamente, incide sobre ela como gerador de novos valores que a contestam (MARCELLINO, 2005).

Isso não significa que o lúdico e o prazer não possam se manifestar em outros “tempos”. Muito pelo contrário, o lazer é entendido enquanto “especificidade concreta” e, na sua especificidade, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo da manifestação do brinquedo, do jogo, da festa, da “re-criação”, para além do próprio lazer.

Em síntese, a consideração da “especificidade concreta” do lazer deverá levar em conta o seu entendimento amplo em termos de conteúdo, as atitudes que envolvem os valores que propiciam a consideração dos seus aspectos educativos, as suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural e as barreiras socioculturais verificadas para seu efetivo exercício, tanto intraclasses como interclasses sociais.

A ação fundamentada nesse entendimento é geradora de novas competências, estimuladora da participação e do exercício da cidadania (MARCELLINO, 1992).

Quando a questão do lazer é enfocada, quase sempre se restringe a um dos seus conteúdos culturais (DUMAZEDIER, 1980; CAMARGO, 1986), como, por exemplo, o esporte, o turismo, as artes, não contemplando, assim, as discussões nas diferentes esferas do fazer cultural.

Dessa forma, quando se aborda a questão do lazer, principalmente relacionada à formulação de políticas de atuação, um primeiro aspecto a considerar é exatamente a abrangência do lazer e seu entendimento parcial e limitado, que pode ser constatado na ação dos órgãos públicos, na pesquisa, na legislação, etc.

Nunca é demais repetir que a incorporação do termo “lazer” ao vocabulário comum é relativamente recente, em termos históricos, e marcada por diferenças acentuadas quanto ao seu significado. O que se verifica, com maior frequência, é a simples associação com experiências individuais vivenciadas que, muitas vezes, implica a redução do conceito a visões parciais, restritas aos conteúdos de determinadas atividades. Essa tendência restritiva, que pode ser constatada na linguagem popular pela simples observação assistemática, é alimentada pelos meios de comunicação de massas, na veiculação da programação de atividades, via de regra ligadas ao esporte e à arte, e só mais recentemente distinguindo o lazer, quase sempre associado a manifestações de massa ao ar livre e de conteúdo recreativo.

Nem mesmo na denominação de órgãos públicos a definição do campo abrangido pelo lazer fica evidenciada. A partir da década de setenta, incorporou-se o tema para denominar repartições de prestação de serviços públicos, geralmente associando-o, restritivamente, a setores culturais específicos. Não são poucas, nos âmbitos, estadual e principalmente municipal, as Secretarias e Divisões de “Esportes e Lazer”, “Recreação e Lazer”, “Cultura e Lazer”, “Turismo e Lazer”, etc.

Esse caráter parcial e limitado que se observa quanto ao conteúdo, dificulta o estabelecimento de ações específicas e é verificado também quando se procura detectar os valores associados ao lazer. No senso comum, os mais comumente relacionados são o descanso e o divertimento, deixando de lado os valores de desenvolvimento pessoal e social, que podem ser propiciados pelo lazer.

Um segundo aspecto a abordar é a necessidade de “procurar o entendimento da totalidade das relações sociais, nas quais o trabalho ocupa posição fundamental, mas sem excluir uma compreensão articulada com as dimensões do não trabalho” (OLIVEIRA, 1986, pp.35-37). E se essa abordagem for efetuada não a partir de uma visão do pensamento liberal, mas de uma Economia Política do tempo disponível (OLIVEIRA, 1986), é preciso questionar as afirmações correntes de que o brasileiro trabalha pouco.

Na Constituição de 1988, o lazer consta do Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como um dos direitos sociais: o termo aparece em outras ocasiões, mas só é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217, no 3º e último parágrafo do item IV - “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (grifamos a expressão por considerá-la, do nosso ponto de vista, carregada de vícios assistencialistas e que não dá conta do direito à felicidade, que sempre precisa de justificativas baseadas em critérios de “utilidade”). Nota-se, ainda, a vinculação restritiva a um único conteúdo (esporte), conforme abordado no aspecto anteriormente analisado.

Mas esses não são os únicos problemas. O entendimento de Políticas Públicas, entre nós, é bastante equivocado, de modo geral, e mais ainda quando se analisa a questão de políticas setoriais, e mais ainda quando essa política setorial é de lazer. A tendência hegemônica é não a consideração setorial, mas o isolamento, puro e simples, não o entendendo na totalidade das relações sociais.

De um lado, temos os defensores da situação, que pregam a total não interferência do Estado, colocando o absurdo de políticas setoriais em área que deve levar em conta, fundamentalmente, as atitudes individuais das pessoas em âmbito tão íntimo quanto as questões do lazer. E perguntam: como o Estado, que já interfere tanto nas nossas vidas, pode interferir também no tempo livre de nossas famílias? Talvez perguntas “ingênuas” como essa seja um dos fatores para que os investimentos em “cultura” no nosso país estejam obedecendo às leis do mercado, mesmo quando se beneficiam das Leis de Incentivo, quase sempre restritas a grandes nomes, não permitindo o “aparecimento” de gente nova com idéias novas. São “mecenass”, subsidiados pelo Estado, que acaba “lavando as mãos”.

Ora, o lazer não é um oásiss a que todos têm acesso. Deixar o âmbito tão íntimo das pessoas falar por si só, sem interferência de políticas públicas, corresponderia a deixar uma grande parcela da população calada no que se refere ao lazer, ou pelo menos a não colocar em prática o seu desejo, a não ser no caso de quem tivesse como pagar por isso, no cada vez mais rentável e sofisticado mercado do entretenimento.

Entretenimento. Deveria ser um dos componentes do lazer, ligado ao divertimento, e compondo com o descanso e o desenvolvimento pessoal e social os três pilares de sustentação do lazer, tal como proposto por Dumazedier ([s.d.]). O que se percebe hoje é que ganhou vida própria, independente, uma clara alusão ao entretenimento como o “lazer mercadoria”. Não atividades populares ligadas à alma da população, mas “popularescas”, no sentido de nivelamento “por baixo”, com o único objetivo de “desviar a atenção de”, e esse “de”, quase sempre, pode ser entendido como a triste realidade pessoal e social dos seres humanos. É a distração, significando alheamento e não, como propõe o educador Alves (1986), como “atração por um outro mundo”. Um mundo diferente, de sonho e invenção, de uma sociedade mais justa, de um ser mais humano.

De outro lado, estão os que defendem a participação do Estado, colocando uma hierarquização de necessidades, ou procurando atender às demandas verbalizadas das classes populares. E há ainda os adeptos do entendimento de que as Políticas de Lazer devam ser diretrizes para que o Estado atenda apenas às demandas de uma parcela da população que se encontra alijada do consumo de “bens culturais”.

Tudo isso contribui para dificultar o entendimento do lazer como objeto de estudo, como campo de atuação profissional e como esfera de atuação do poder público.

Pretendendo-se que o lazer não constitua apenas a oportunidade de recuperação da força de trabalho, ou que possa ser caracterizado como instância de consumo alienado, ou “válvula de escape”, que ajude a manter o quadro social injusto, o âmbito municipal é apenas um dos que deve ser considerado, na esfera da Administração Pública; é preciso que seja levado em conta, mas é fundamental que diferencie sua atuação das demais iniciativas, desde as espontâneas até as da chamada “indústria cultural”.

Aqui, Administração Pública é identificada, essencialmente, como uma função, ou como uma atividade-fim (condicionada a um objetivo) e como organização, isto é, como uma atividade voltada para assegurar a distribuição e coordenação do trabalho dentro de um escopo coletivo (BOBBIO, 1986).

Um terceiro e último aspecto a considerar é a relevância da problemática do lazer nos grandes centros urbanos, sua “ressonância” (MAGNANI, 1984), onde merece destaque a questão do espaço para o lazer a ser considerado numa política urbana.

É interessante observar que pesquisas de opinião realizadas por veículos de comunicação, e não destinadas a enfocar diretamente o lazer como tema principal, acabam revelando, de forma indireta, a importância que ele representa na vida das pessoas das grandes cidades (MARCELLINO, 2005).

Mas, a “ressonância social” do lazer é diferente da dos chamados “temas sérios”. Magnani somente pôde constatar a importância do lazer na cidade, e mais propriamente na periferia, baseando sua pesquisa na observação; dessa forma, convivendo com a população no seu cotidiano, verificou uma diferença acentuada no peso dado à questão, comparativamente aos relatórios de pesquisa baseados em instrumentos formais do tipo questionário, por exemplo (MAGNANI, 1984; MARCELLINO, 2005).

Soma-se a isso uma série de preconceitos que se verifica no setor público e, inclusive nos meios acadêmicos, quando o lazer é focado, principalmente se a questão envolve liberação de recursos.

Apesar de tudo, e embora não de modo exclusivo, é particularmente no tempo de lazer que são vivenciadas situações geradoras de valores que poderiam ser chamados de “revolucionários”. São reivindicadas formas de relacionamento social mais espontâneas, a afirmação da individualidade, a convivência com a Natureza, em vez do domínio sobre ela. Falar no caráter “revolucionário” do lazer implica em sublinhar mudanças ou

questionamento de valores que vêm ocorrendo pelo “revolver” de uma estrutura temporal e espacialmente coercitiva no cotidiano das pessoas. Gente comum, bem distante do que se poderia caracterizar como “classe ociosa”, que trabalha, luta para trabalhar, mas que também faz questão de preservar a alegria, na maioria das vezes, impossível no ambiente de trabalho, pela rotina, pela exploração, etc.

O lazer do trabalhador — as pequenas parcelas de alegria permitidas aos que trabalham — não pode ser entendido, inspirado no modelo da Antiguidade, como finalidade da existência de privilegiados apoiados na exploração da maioria. Ao contrário, é fruto da sociedade urbano-industrial e, dialeticamente incide sobre ela, como gerador de novos valores que a contestam.

É uma questão de cidadania, de participação cultural. Entendemos por participação cultural a atividade não conformista, mas crítica e criativa, de sujeitos historicamente situados. Entendemos, ainda, a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura. Isso não significa o isolamento do plano cultural, do social e do econômico, mas apenas que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa.

Dessa perspectiva, a cidade deve ser administrada para todos. E o ser humano que dá vida às cidades, além de ser animal, com “necessidades primárias”, é um ser cultural, com “necessidades simbólicas”, que também precisam ser satisfeitas.

A cidade é um lugar onde se expressam as nossas contradições sociais. De acordo com Santos (1982, p. 22) “[...] os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros [...]”, gerando com isso certa passividade em relação às decisões que atingem diretamente nossas vidas. Nas grandes cidades isso vem ocorrendo com maior ênfase, dando lugar a uma substituição cada vez maior do cidadão pelo consumidor.

Entendendo a cidade como obra e tendo como principal valor de uso a Festa, Lefebvre contrapõe-lhe o valor de troca:

A própria cidade é uma obra e essa característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa. (LEFEBVRE, 2001, p. 04).

Ao ser submetida à lógica do lucro, a cidade é rebaixada de obra (valor de uso e fruição) a produto para o consumo (instrumento do valor de troca), e o espaço/tempo passam a ser considerados como itens de produção – mercadorias. Os espaços públicos passam a ser convertidos em espaços “privatizados” (SANTOS, 1999; LEFEBVRE, 2001).

Lefebvre vincula a Festa na cidade ao seu valor de uso, e a sua destruição ao valor de troca, que pode caracterizá-la como um ambiente enfadonho e entediante:

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a sair, a cidade e a realidade urbana, ‘refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso’ (LEFEBVRE, 2001, p. 06).

Na vida diária, para a maioria da população, a bela cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver. É aí, onde se localizam os grandes contingentes da população, que a produção cultural pode ser devidamente estimulada e veiculada, atingindo um público significativo.

O crescimento desordenado, a especulação imobiliária, enfim, uma série de fatores vêm contribuindo para que o quadro das nossas cidades não seja dos mais promissores, quer na defesa de espaços, quer em termos da paisagem urbana, quando se fala da contemplação estética. Em nome da economia e da funcionalidade, muito se tem feito “enfeando” a paisagem urbana.

O empobrecimento da paisagem urbana que vem se verificando, praticamente anula a gratificação pela contemplação dos espaços urbanos. No entanto, as distâncias percorridas diariamente entre as unidades de habitação – a morada e seus prolongamentos e as unidades de trabalho e lazer, poderiam se constituir em estímulos para o lazer contemplativo. Conforme afirma Jorge Wilhelm: “Percorrer a cidade pode ser enfadonho e desgastante ou, pelo contrário, revelar-se uma experiência altamente agradável para os sentidos” (1976, p.101).

A variedade do sítio urbano é fundamental para a apreciação e valorização das cidades no tempo de lazer.

Mas não somente a urbanização é regida pelos interesses imediatistas do lucro. A visão utilitarista do espaço é determinante também nos processos de renovação urbana, ou seja, nas modificações do espaço já urbanizado,

ditadas pelas transformações verificadas nas relações sociais. Além da alteração da paisagem, fato mais facilmente observado e que, pela ausência de critérios, geralmente contribui para a descaracterização do patrimônio ambiental urbano e a conseqüente perda das ligações afetivas entre o morador e o *habitat*, há diminuição dos equipamentos coletivos e aumento do percurso casa/trabalho, enfim, o favorecimento de pequenos grupos sociais em detrimento dos antigos moradores.

Dessa perspectiva, é muito importante a consideração das nossas cidades como patrimônios coletivos, ou seja, que se assuma a defesa do que modernamente vem sendo chamado de patrimônio ambiental urbano.

Até bem pouco tempo era difundida uma falsa noção de memória cultural, de sentido muito restrito e embebida na ideologia dominante. Essa noção estava ligada ao conceito clássico de patrimônio histórico e artístico, tal como definido no decreto de criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assim, o Decreto-Lei n.25, de 30/11/1937, no seu artigo 1, definia como patrimônio artístico nacional:

[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico ou artístico.

Historicamente, entre estudiosos e instituições voltadas para a preservação, nota-se uma ampliação gradativa da abrangência do conceito, com a idéia de excepcionalidade dando lugar a noção de representatividade dos elementos a serem preservados. Dessa forma, evoluiu-se para o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, constituído por espaços, que inclusive transcendem a obra isolada e que caracterizam as cidades, pelo seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo.

Pode-se perceber um avanço significativo no conceito, superando a idéia de monumentalidade e de singularidade, no final da década de 70, com a Secretaria de Economia e Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, através do seu Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano (SEPLAN, 1978), reconhecendo a cultura como processo vivo e as possibilidades do Patrimônio para além da arte e da arquitetura, dando assim possibilidades para a ação no campo do lazer:

[...] a noção mais recente reconhece antes o valor representativo dos aspectos históricos, sociais, culturais, formais, técnicos, afetivos dos elementos como critérios para sua inclusão no programa de preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano.

Congressos e seminários mais recentes vêm ampliando ainda mais a abrangência do conceito, incluindo usos e costumes. Para nós, importa destacar que, enquanto a primeira noção era baseada em atributos como a singularidade e a monumentalidade, o conceito mais recente reconhece, inclusive, os elementos afetivos como critérios para a preservação.

Analisando a constituição histórica do conceito e embora reconhecendo a importância da preservação dos prédios, através da política de tombamento, Geraldes (2007) não a considera o único fator a ser considerado e chega a uma definição provisória de patrimônio ambiental urbano, tomando como base a de Yázigí (2001):

Sistema material constituído por conjuntos arquitetônicos, espaços e equipamentos públicos, elementos naturais e paisagísticos, aos quais foram atribuídos valores e qualidades capazes de conferir significado e identidade a determinado recorte territorial urbano (GERALDES, 2007, p. 15).

Adverte, porém que o Turismo pode se satisfazer apenas com a mercadoria imagem, na cidade.

Da mesma maneira que em outro período o patrimônio era considerado em termos de monumento descontextualizado, aponta-se agora a possibilidade de um patrimônio enquanto imagem sem referência (GERALDES, 2007, p. 15).

Para Lefebvre (2001) a cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não passa de um objeto de consumo cultural para os turistas e para o esteticismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Referindo-se aos seus antigos núcleos, assim se posiciona:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos [urbanos] desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contém apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

O ressurgimento arquitetônico e urbanístico do centro comercial dá apenas uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (produtivo).

Com o crescimento urbano, somado às desigualdades sociais, perderam-se espaços públicos para a realização de jogos, brincadeiras e atividades de lazer, que foram transferidos a espaços domésticos ou privados, limitando as opções dos variados conteúdos culturais do lazer.

Sendo assim, o lazer mercadoria reduz a imagem da cidade ao jogo de pura imagem. E o olhar do consumo é a fonte matricial do olhar paisagístico atual. Dessa forma, para a requalificação do espaço urbano, as políticas públicas têm importante papel. E visto com suas características de animação sociocultural, o lazer pode contribuir de modo eficaz, porque é prazeroso na busca das denúncias do patrimônio ambiental urbano, considerado como imagem e como imaginário.

Para que se previna e evite os impactos negativos das atividades realizadas nos equipamentos e áreas visitadas, é necessário e fundamental o planejamento e a organização desses espaços, e definida como foco a manutenção da atratividade dos recursos naturais. Nesse sentido, baseado nos princípios da responsabilidade social, que as atividades turísticas junto à natureza envolvem, Müller argumenta que:

Se as atividades realizadas procuram satisfazer o desejo que o ser humano possui de estar em contato com a natureza, descobrindo o potencial turístico das áreas em que presencia belezas naturais, a preservação e o desenvolvimento evitam o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética (MÜLLER, 2002, s.p.)

Fróes (2006), ainda que reconhecendo a formação de um importante acervo urbano e rural no país, pelas políticas de preservação governamentais, através do instrumento do tombamento (forma encontrada institucionalmente para impedir a perda física de um bem), questiona o seu valor enquanto diretriz, demonstrando a viabilidade da inserção do patrimônio no desenvolvimento, dinamizando as formas de preservação na vida das cidades como um todo, através de processos sustentáveis.

Pelo entendimento de lazer e cultura que utilizamos nesse estudo, já colocados anteriormente, é importante introduzirmos, ainda, a noção de Patrimônio Cultural Imaterial. A Unesco o define como

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2007, s.p.).

Sendo assim, na consideração do Patrimônio Cultural Imaterial, a par dos diagnósticos legais, a ação do Poder público deve se fazer sentir através da formulação e desenvolvimento de políticas públicas que objetivem a valorização da cultura nacional, que busquem despertar no cidadão o sentimento de pertencimento a um lugar, a uma comunidade, de fazer parte de uma história, de um país rico em diversidade cultural. Isso não exige a sociedade civil organizada de pressionar o poder público e tomar iniciativas nesse sentido (AGUINAGA, 2007).

Para que algum saber, prática ou manifestação cultural seja reconhecido como patrimônio cultural imaterial é necessário uma série de pré-requisitos e de procedimentos fixados em legislação própria². Não é nosso objetivo discutir sua validade e sua pertinência nesse estudo³.

Dessa perspectiva, a participação comunitária é fundamental para o conhecimento do valor do ambiente e da cultura, e para o incentivo a um comportamento destinado à preservação, à valorização e à revitalização urbanas. Assim, Rodrigues (2005, s.p.) destaca que :

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das pessoas e comunidades acerca de seu 'patrimônio' são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Catera (2006) estuda as políticas de práticas participativas que possam permitir a apropriação coletiva do patrimônio, entendido como construção social dinâmica de inclusão e cidadania, concluindo que a participação cidadã pode ser incluída como eixo central de Políticas de Estado, a quem cabe a regulamentação de mecanismos que a assegure. Constata, porém que essa participação é escassa, no âmbito do patrimônio cultural, na realidade latino-americana.

2. O Decreto 3551, de 04.08.2000, instituiu o Registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

3. O assunto é discutido em Simão (2007).

Por sua vez, Carvalho (2007) faz referências ao Estatuto da Cidade e ao Zoneamento, ao tratar dos instrumentos legais de gestão urbana, e destaca que, o zoneamento está inserido na Agenda 21 brasileira para as cidades sustentáveis (BEZERRA; FERNANDES, 2000). A primeira, das quatro estratégias previstas, trata da regulamentação do uso do solo urbano e do ordenamento do território. Uma das quatro temáticas em que foram apresentadas suas quinze propostas é a melhoria da qualidade ambiental das cidades por meio de ações preventivas e normativas de controle de impactos territoriais dos investimentos públicos e privados, do combate às deseconomias da urbanização; da elaboração de planos e projetos urbanísticos integrados com ações de transporte e trânsito; da adoção de parâmetros e de normas voltados para a eficiência energética, o conforto ambiental e a acessibilidade; da ampliação das áreas verdes e das áreas públicas das cidades, do patrimônio ambiental urbano, tanto o cultural, como o natural e o paisagístico.

Ao estudar planejamentos urbanos que privilegiam a elite em detrimento da classe operária, partindo da segregação do espaço, como no trabalho efetuado em Ilha Solteira, Dourado et al (2003) destacam a importância do lazer, contribuindo de maneira significativa para uma vivência mais humana da cidade, com muito mais significado, e locais de encontro e sociabilidade.

Uma política pública de lazer deve sempre disponibilizar à população e aos turistas os espaços patrimoniais e naturais existentes em condições adequadas de fruição. O poder público pode procurar manter parcerias com instituições privadas e organizações não governamentais para alcançar tal objetivo (MOESCH, 2003). O turista só se sentirá atraído ao lazer de que uma cidade dispõe, se os espaços e equipamentos de lazer dessa cidade estiverem em boas condições para a própria comunidade local.

Assim, não se pode considerar a visão simplória de que o turismo é para fora e o lazer é para dentro, o que nos remete ao entendimento de que as atividades e os investimentos turísticos devam atingir os usuários externos, não residentes no município, denominados, de acordo com a Embratur, de turistas, e os investimentos em lazer devam atingir os habitantes locais.

Democratizar o acesso ao potencial histórico-cultural da cidade faz com que o cidadão se desloque de seu espaço para a realização de atividades culturais, apreciando e valorizando esse patrimônio, e desencadeando, dessa forma, um processo de sensibilização na comunidade local. Essa

medida pode possibilitar um maior aprendizado sobre a própria história da cidade, bem como despertar o seu afeto, fazendo com que o cidadão proteja o seu patrimônio e queira compartilhar com os visitantes essa aura, esse olhar não rotineiro (MOESCH, 2003, p. 25).

Segundo as colocações da autora, o poder público deve ter como principal ferramenta de preservação do patrimônio ambiental urbano, a atração, a maior aproximação do público para o espaço ou equipamento, seja este público morador local ou forasteiro, pois esta valorização pelo uso, pela identidade, pela contemplação evidenciará a relação da comunidade com o espaço ou equipamento e, conseqüentemente, a preocupação do usuário pela preservação deste espaço/ equipamento será diferenciada, atingindo a melhora no potencial da cidade como espaço turístico.

Com as possibilidades abertas pelo seu duplo processo educativo (MARCELLINO, 2004, 2005) e particularmente como veículo de educação (educação pelo lazer), o lazer pode contribuir na Educação Patrimonial. Segundo definição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a educação patrimonial é um processo que objetiva envolver a comunidade na questão do Patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e a usufruir os bens e valores que o constituem, realizando dessa forma uma “alfabetização cultural”, capacitando-a a ler e compreender o mundo ao qual ela está inserida e os processos culturais humanos (HORTA, GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Embora ainda seja incipiente o nível de conscientização nesse sentido, alguns progressos vêm sendo obtidos nessa área. Crescem os movimentos ecológicos e de defesa da memória cultural. Também quanto a esse aspecto as políticas públicas de lazer devem somar esforços, apoiando e atuando conjuntamente com esses grupos na sua ação pela defesa de uma forma mais humana de conceber e vivenciar o espaço urbano.

2. Análise documental:

A pesquisa documental, embora se assemelhe à pesquisa bibliográfica, utiliza como fontes documentos das instituições e/ou entidades que estão em processo de análise. Desse modo, para conhecer a realidade do patrimônio urbano, natural, ambiental, histórico e cultural de Campinas e Piracicaba foi necessário o acesso a documentos das Prefeituras Municipais, disponíveis em meio impresso ou digital, ou nas bibliotecas jurídicas digitais de ambos os municípios e outros documentos disponíveis nos sites das Secretarias Municipais envolvidas na pesquisa, conforme serão detalhados a seguir.

O uso da pesquisa documental é decisivo em pesquisas nas áreas de ciências sociais e humanas, e para o objeto deste estudo especificamente, em virtude de permitir o contato com os acervos que registram a história do Município e seu modo de conservação, preservação e divulgação de seus bens culturais materiais e imateriais. A composição das pesquisas documental com a bibliográfica e de campo possibilita a identificação das redes existentes ou em potencial para que se desenvolvam políticas públicas participativas e transparentes.

No processo da pesquisa documental, vários materiais foram catalogados e depois agrupados de modo que se pudesse conhecer cada um dos Municípios em estudo e estabelecer uma comparação entre os mesmos que auxilie no aprendizado de ambas as experiências de cuidado do patrimônio e sua viabilização enquanto espaço e equipamentos de esporte e lazer para a população residente e visitante.

2.1. Uma análise documental do Município de Campinas

No Município de Campinas, um aspecto relevante a destacar diz respeito ao seu projeto de ordenamento do território. Um aspecto claro em sua Lei Orgânica e bastante explícito no Plano Diretor, ao projetar diretrizes específicas a partir do processo de zoneamento feito da cidade. Desse modo, há uma clara diferenciação dos parâmetros técnicos a serem obedecidos no parcelamento, uso e ocupação do solo e na tributação para cada macrozona.

As questões fundamentais para a definição das macrozonas em número de sete, surgiram de estudos básicos de caracterização e da análise da problemática urbana, tomando-se em consideração a questão ambiental e a estrutura urbana, e como limites entre elas, os principais foram os

divisores de água das microbacias e as barreiras físicas existentes no município.

Diante dos estudos, as macrozonas puderam ser definidas da seguinte maneira: as de proteção e preservação ambiental, as de restrição à urbanização, as de urbanização controlada, as de recuperação urbana e as de urbanização consolidada. Seguindo tais parâmetros, o município foi subdividido em sete macrozonas, conforme informa a Lei Orgânica de Campinas e o Plano Diretor:

[...] se diferenciam por suas características de dinâmica de desenvolvimento, para as quais definiram-se diretrizes estratégicas de orientação para um desenvolvimento adequado, a saber: Macrozona 1 - Área de Proteção Ambiental - APA; Macrozona 2 - Área com Restrição à Urbanização - ARU; Macrozona 3 - Área de Urbanização Controlada Norte - AUC-N; Macrozona 4 - Área de Urbanização Consolidada - ACON; Macrozona 5 - Área de Recuperação Urbana - AREC; Macrozona 6 - Área de Urbanização Controlada Sul - AUC-S; Macrozona 7 - Área Imprópria à Urbanização - AIU.

As extensões territoriais e contingentes populacionais variam segundo o grau de consolidação e a complexidade urbana das macrozonas e estas foram divididas em 37 áreas de planejamento (APs), as quais foram subdivididas em outras 77 unidades territoriais básicas (UTBs), que correspondem a um bairro ou a um conjunto de bairros. O Município em seu plano diretor traz um conjunto de ações importantes para identificar sua realidade total e pode assim administrar o que em sua Lei Orgânica assume como propósito de uma distribuição equilibrada dos serviços, recursos e equipamentos de diversas áreas, para garantir a qualidade de vida da população sem discriminações de qualquer espécie e democratização do acesso aos bens públicos.

A reestruturação do espaço consolidado e urbanizado do município, segundo o Plano Diretor, passa necessariamente pelas seguintes premissas:

- a) revitalização da área central, possibilitando que esse espaço desempenhe o papel histórico, cultural e simbólico que lhe cabe, garantindo-lhe as condições de funcionalidade e revertendo seu processo de degradação [...];*
- b) manutenção e preservação de áreas verdes, de áreas de proteção dos mananciais e de áreas com vocação rural e de pesquisa científica [...];*
- c) preservação das características históricas e socioculturais e do ambiente construído de alguns bairros antigos;*
- d) permissão da expansão do centro, com intensificação de atividades e adensamento da ocupação do entorno (Castelo, Guanabara, Taquaral), com controle adequado;*
- e) abertura*

de novas possibilidades de adensamento e de localização de atividades geradoras de emprego em locais potencializados pelos investimentos públicos [...]; f) fomento e consolidação de subcentros na região ao sul da Anhangüera, que apresenta hoje a situação menos consolidada [...]; g) regulamentação da implantação de atividades terciárias de grande porte e projetos complexos de ocupação, de caráter regional e metropolitano [...]; h) estruturação do sistema viário e de transportes, considerando também as intervenções previstas [...].

Com esta prospecção de planejamento urbano fica muito clara a consciência de preservação, conservação e reversão de desvios de patrimônios naturais, ambientais, culturais e históricos de um município importante na história do estado paulista. A cidade de Campinas, sem dúvida, é parte significativa da história do estado de São Paulo. Com uma população aproximada em 1 milhão de habitantes, é um dos pólos da região metropolitana de São Paulo, formado por 19 cidades e uma população estimada em 2,33 milhões de habitantes (6,31% da população do Estado). Seu destaque regional deve-se a uma história de formação colonial que remonta ao século XVIII, conforme informações da Secretaria de Turismo sobre as origens do Município.

Campinas, cidade formada originalmente de um pouso nas trilhas da Estrada dos Goiases, carrega em sua história uma longa trajetória de abastecimento e produção de açúcar e café, atividades que somadas à indústria, serviços e geração de tecnologia, permitiram à cidade desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento de uma ampla região do Estado. Sua diversidade étnica, produtiva e tecnológica, presente em um variado leque de atrativos turísticos, urbanos e rurais, permitem-nos descobrir um intenso e rico território cultural, em permanente transformação.

A amplitude do acervo histórico e cultural do município, como veremos mais adiante, é mostra dessa realidade que foi sede de grandes plantações de cana e de engenhos de açúcar e, posteriormente, da área cafeeira, que, ao entrar em declínio, abre ao município a vertente industrial e de serviços como seu novo cenário. A cidade conta com pouco mais de 260 anos de história colonial, imperial, republicana e com milhares de anos de história indígena. Realidade que se apresenta como grande desafio para as Secretarias Municipais de Planejamento Urbano, de Meio Ambiente, de Turismo, de Esporte, Cultura e Lazer, entre outras. Há um patrimônio material e imaterial imenso a ser preservado e disponibilizado à população e a seus visitantes como marcos de uma história cultural e ambiental valiosa.

Uma cidade com o porte de região metropolitana do Estado conta, de fato, com um conjunto bastante amplo de providências do poder público para garantir à população o oferecimento de qualidade em seus diversos serviços. Essa realidade é evidenciada pelo número de Secretarias Municipais, às quais estão vinculados diversos Conselhos Municipais, que visam a integrar o setor público e seus servidores com membros da sociedade civil organizada, a exemplo dos Conselhos Municipais da Mulher, do Idoso, da Comunidade Negra, dos Portadores de Necessidades Especiais, do Meio Ambiente e os específicos de nossa análise na área do Esporte, Lazer e Cultura. Igualmente diversos são os Fundos criados para garantir a exequibilidade das ações planejadas.

Políticas Públicas que se responsabilizam pelo patrimônio ambiental, cultural e histórico precisam incluir a população não apenas na democratização do acesso a essas áreas, mas sobretudo no estímulo ao sentimento de pertença e identidade que este espaço ou equipamento da cidade lhe confere. O exercício da cidadania de todas as pessoas envolvidas – população, servidores públicos, demais profissionais em atuação, entidades e população visitante – é expresso em processos em que o afeto pelo que pertence ao cidadão em sua cidade – resulte na perspectiva de conservação e preservação do patrimônio como algo do cotidiano das pessoas.

Nesse sentido, do desenvolvimento do afeto pelo patrimônio ambiental e histórico-cultural como desenvolvido na perspectiva de Marutska Moesch (2003), é factível admitir o lazer como elemento de contribuição no processo de valorização e preservação do patrimônio. E nesse ponto torna-se fundamental investigar qual a percepção do cidadão em relação à sua responsabilidade está presente na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL). Destaca-se de suas funções a de coordenar e desenvolver as atividades culturais, esportivas, de lazer e de preservação da memória de Campinas. Com isso, a perspectiva de lazer e cultura está intimamente relacionada à preocupação com o cultivo do patrimônio da cidade em sua administração e disponibilização dos equipamentos para a população. Uma realidade clara na síntese de todos os espaços e equipamentos que estão sob sua responsabilidade e poderão ser conhecidos em detalhes nos anexos.

[...] todas as praças de esportes municipais, os ginásios de esportes Rogê Ferreira e do Taquaral, o kartódromo, a própria Estação Cultural, a Orquestra Sinfônica do Município de Campinas, a Rádio Educativa, os museus da Imagem e do Som (MIS), da Cidade, de Arte Contemporânea

(Macc), de História Natural e do Café, o Observatório Municipal Jean Nicolini, o Arquivo Municipal, o Centro de Documentação, as bibliotecas públicas municipais, a Escola Municipal de Cultura e Arte (Emcea), os teatros do Centro de Convivência Cultural, Castro Mendes, Carlito Maia e da Vila Padre Anchieta, a concha acústica do Taquaral, as casas de cultura do município, a galeria de arte de Joaquim Egídio, a Casa do Hip Hop e a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural. Cabe ainda, ao secretário municipal de Cultura, Esportes e Lazer a presidência do Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas). São também de sua responsabilidade toda a programação de shows, exposições e outras atividades da Estação Cultura. (SMCEL, 2007)

Também em parceria, para o desenvolvimento de um processo de cuidado e usufruto do patrimônio ambiental e histórico-cultural de forma a garantir sua preservação e sentimento de que é parte da identidade das pessoas, é o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEPLAMA), a qual tem em seu Departamento de Meio Ambiente a seguinte missão:

Estabelecer as diretrizes ambientais do município; elaborar o código ambiental; realizar o diagnóstico ambiental; controlar as fontes de poluição do ar, das águas e por resíduos sólidos; monitorar a qualidade do meio ambiente e licenciamento ambiental; promover eventos e ações de educação e conscientização ambiental no âmbito do ensino público e da administração municipal. (SEPLAMA, 2007)

Percebe-se muito fortemente o compromisso dessa Secretaria e de seu departamento específico relativo ao meio ambiente, com a perspectiva de planejamento e cuidados técnicos para a preservação e qualidade do meio-ambiente. No contato com a população, o envolvimento está previsto no aspecto educativo. Por este viés, é importante que esporte, lazer e cultura se integrem a fim de promover situações prazerosas em que a educação seja compreendida nos marcos do lazer enquanto processo educativo, na perspectiva apontada por Nelson C. Marcellino (2002).

Antes de retomarmos o que está previsto na legislação sobre a SMCEL, que é a Secretaria mais próxima das preocupações e ações que visam a pensar políticas públicas comprometidas com o patrimônio natural, cultural e histórico da cidade de Campinas, cabe observar o caráter bastante técnico e com um foco muito unilateral no que concerne à priorização do desenvolvimento turístico pensado atualmente para o município. A Secretaria de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo (SMCIST) tem como principal objetivo ser um facilitador entre o Poder Público

municipal e o empreendedor, tendo entre suas funções o propósito de ser o órgão integrador entre as diversas secretarias e departamentos da Prefeitura. A estrutura desta Secretaria consta de:

[...] dois departamentos principais: de Turismo e Desenvolvimento Econômico. O Departamento de Turismo, oriundo da Secretaria de Cultura, está ligado agora à SMCIST, tendo como um de seus principais desafios desenvolver o setor em Campinas, principalmente no que se refere ao turismo de negócios. Algumas das ações encabeçadas pelo departamento são a criação do Plano de Desenvolvimento Turístico e a consolidação do turismo científico, com a participação no Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia. (SMCIST, 2007) [grifo nosso]

A mencionada Lei Orgânica do Município parece esperar mais da área relativa ao turismo quando o traz no Capítulo II, dentro de um amplo bloco que é o da Educação, da Cultura, dos Esportes, Lazer e Turismo. Ao desmembrar em seções as competências de cada um, refere-se ao turismo em mesma seção dedicada ao esporte e lazer. Quanto ao turismo especificamente propõe que:

Artigo 245 - O Município deverá elaborar e dar condições de execução a uma política municipal de turismo que se adeque às características da realidade local. Artigo 246 - Os serviços municipais de esporte, recreação, cultura e preservação ambiental articular-se-ão entre si, respeitada a política particular de cada área, visando a auxiliar a implantação e o desenvolvimento da política municipal de turismo.

Em sua perspectiva de intersecção com Esporte e Lazer, afirma que o município se compromete com lazer sadio à população por meio de “III - aproveitamento e adaptação, em conformidade com a preservação ambiental, dos rios, vales, colinas, montanhas, lagos, mata e demais recursos naturais, como locais de passeio e distração, conforme aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente”. Bem como se envolverá com a disseminação de:

Artigo 247 - I - reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins, como base física da recreação urbana; II - construção de equipamentos de parques infantis, centros de juventude e edifícios de convivência comunal; IV - programas individualizados, especiais, com a participação de pessoas portadoras de deficiência, sob orientação de profissionais especializados; V - o aparelhamento das praças esportivas com equipamentos de ginástica e acompanhamento de professores de Educação Física, contratados para esta finalidade.

No âmbito da Cultura, a Lei Orgânica oferece outros elementos relevantes que cabem ser destacados diante do foco deste estudo, que é a questão do patrimônio identitário de um município; alguns destes estão a seguir mencionados:

Artigo 239 - III - cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais e objetos de interesse histórico, artístico e arquitetônico; IV - incentivo à promoção e divulgação da história, dos valores humanos e das tradições locais; VI - acesso aos acervos das bibliotecas, museus, arquivos e congêneres; VIII - instituição de Programa de Educação Cultural como matéria inter e multidisciplinar.

Artigo 241 - O Município promoverá projetos especiais visando a valorização das culturas negra, indígena e de outros grupos que contribuíram significativamente para a formação da população brasileira e do Município [grifo nosso]

A Lei Nº 12.356, de 10 de setembro de 2005, que estabelece a Política Municipal de Cultura do Município de Campinas, apresenta-se de modo bastante abrangente no que concerne à sua percepção dos importantes recursos ambientais, culturais e históricos que compõem o patrimônio do Município e por isso devem ser alvo de suas ações, entendendo que esta não pode ocorrer senão por meio da integração da política de cultura com as políticas públicas de educação, saúde, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, geração de emprego e renda e de inclusão social.

Entre suas diretrizes norteadoras destacam-se, segundo o objeto desse estudo, os incisos que versam sobre a “preservação da Memória e do Patrimônio Cultural, em parceria com a União, com estados, municípios e com o setor privado; a parceria e desenvolvimento de ações integradas com os demais Municípios, visando a recuperação de bens culturais”. Com isso, a Secretaria à qual a cultura está vinculada, a SMCEL, e seus respectivos Conselho e Fundo de Assistência e Investimentos, tem a possibilidade de implementar uma política pública com base nos objetivos de:

III - criar e manter os espaços públicos municipais devidamente equipados e acessíveis à população para as diversas manifestações culturais e artísticas, inclusive através do uso de próprios municipais; VI - estimular e proteger as expressões culturais étnicas, em especial as afrobrasileiras e indígenas e as de outros grupos participantes do processo de formação da cultura nacional; VII - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico, cultural e científico, os monumentos, as paisagens notáveis e os locais de interesse da Arqueologia e da Ecologia. (SMCEL, 2007)

Entre as dez áreas de atividades culturais às quais respondem esta Política e seu Conselho, pode-se destacar, à primeira vista, a que está explícita no inciso que trata do patrimônio histórico, cultural e institucional, e no que trata do folclore e manifestações populares. Posteriormente, na descrição do que será objeto de outras áreas, percebe-se que a questão do patrimônio natural, cultural e histórico está presente. Ou seja, no caso da área das artes plásticas e visuais, que buscará fomentar a pesquisa histórica, a preservação dos registros das artes e as manifestações culturais, priorizando comunidades e etnias que representam o município. Ou também no caso do artesanato, as ações implementadas deverão promover a integração das atividades de turismo e de meio ambiente com as artesanais. No próprio âmbito da Música, em que se prevêem ações capazes de incentivar o resgate de valores musicais do Município através da história, da imagem e das ações musicais, em especial as que se referem à obra de Carlos Gomes. E nesse caso cabe destaque ao fato de que há um monumento e um museu dedicados a essa figura histórica de renome no país e no mundo, conforme anexo do patrimônio de Campinas ao final.

No caso do conjunto específico da área referente a patrimônio histórico, cultural e institucional, os objetivos são amplos e significativos, conforme constam do artigo 11 da referida Lei 12.356:

I - realizar o inventário do patrimônio tangível e intangível do Município; II - investir em pesquisa e levantamento do patrimônio cultural; III - registrar as manifestações culturais do Município; IV - resgatar, restaurar e revitalizar o patrimônio cultural; V - conservar os bens culturais e naturais; VI - fomentar as práticas culturais da região; VII - incrementar as publicações relativas à memória e ao patrimônio cultural do Município; VIII - implementar programas que orientem a criação, a instrumentalização, o provimento técnico e as formas de uso de museus voltados para a memória e o patrimônio cultural do Município; IX - atualizar permanentemente os registros do patrimônio imaterial; X - fomentar a produção cultural enquanto proposta de defesa dos bens tangíveis e intangíveis e das manifestações intelectuais ou coletivas; XI - promover a instrumentalização de bibliotecas no Município, atualização e conservação de acervos, inclusive promovendo a informatização do sistema de bibliotecas municipais; XII - implementar programas de salvaguarda de Patrimônio Documental e Monumentos Históricos de Campinas.

Quanto à área do folclore e manifestações populares, confirma-se o que já aparecia em outras áreas mencionadas anteriormente. Há uma preocupação de incentivar a edição e divulgação de material sobre a cultura popular municipal, bem como de incluir as festas populares na agenda

cultural do Município. Este caráter propositivo e abrangente da Política Cultural de Campinas é fortemente passível de constatação quando se busca referências sobre os inúmeros patrimônios ambientais e naturais, a exemplo de bosques, parques, praças e áreas rurais preservadas. Esses espaços estão identificados e catalogados, apresentando diversas condições para permitir o acesso da população e dos visitantes a eles. Contudo, não se pode afirmar que exista ainda uma política pública clara que veja na figura do animador sociocultural um elemento fundamental para que os espaços e equipamentos sejam utilizados de maneira qualificada na forma de um lazer educativo e cidadão.

Os bens e valores que constituem os patrimônios naturais, culturais e históricos de uma cidade não são necessariamente conhecidos e procurados pela população em geral se não forem alvo do que alguns autores denominam de “alfabetização cultural”. É preciso que animadores socioculturais, conscientes da perspectiva da educação para e pelo lazer estejam aptos a capacitar as pessoas a “ler” e assim compreender o seu entorno cheio de significados para seu presente, embora estejam ancoradas, muitas vezes, em espaços, equipamentos e situações que as remetem a um passado, longo ou não, em relação à sua história de vida.

Novamente nos encontramos com a perspectiva do vínculo afetivo, como um dos elementos relevantes em qualquer processo de preservação, conservação ou resgate de patrimônios materiais e imateriais de uma municipalidade. Isso coopera tanto na transformação da relação da população com a cidade na qual circula cotidianamente por motivos de trabalho, de saúde, de ações comunitárias e mesmo de lazer, quanto é potencialmente importante para o desenvolvimento turístico de nossas cidades.

Entre os Conselhos diretamente relacionados à questão patrimonial, não poderíamos deixar de mencionar o Conselho de Defesa do Patrimônio de Campinas – Condepacc, criado através da Lei Nº 5.885, de 17 de dezembro de 1987. Sua competência não difere muito do que encontramos em Piracicaba ou outros municípios que o tem instituído. Responsabiliza-se, portanto, em:

I - definir a política municipal de defesa e proteção do patrimônio cultural, compreendendo o histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do Município; II - coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes a essa política; III - proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais e legais, genéricos ou específicos, para os fins dessa política; IV - sugerir aos poderes públicos

estadual ou federal medidas para cumprimento das exigências decorrentes da execução dessa política, inclusive a modificação da legislação em vigor; V - efetuar, sempre que necessário, gestões junto a entidades privadas, solicitando-lhes a colaboração na execução da política de que trata o item I deste artigo.

O Condepacc é um órgão bastante atuante e sua marca está nos variados patrimônios da cidade, que estão por ele cadastrados e cuidados, bem como estão articulados ao que já se observou do Conselho e da Política de Cultura do município, como se poderá observar de outros dois conselhos, o Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Meio Ambiente – Condema.

O Conselho Municipal de Turismo, foi criado pela Lei Nº 6.410 de 12 de março de 1991 e tem várias competências dentre as quais destacamos aquelas que dizem respeito à sua plena ação junto ao usufruto dos bens patrimoniais pela população residente e a visitante, o que se constitui em atividade de lazer. Neste caso estão seus compromissos em:

I - definir as atividades turísticas do Município; II- opinar sobre as diretrizes a serem adotadas na política municipal de turismo; III- sugerir medidas e atividades que visem ao aperfeiçoamento dos serviços turísticos no Município; IV- opinar sobre os planos de incremento ao turismo; propostos por entidades públicas ou particulares; V- sugerir certames e festejos oficiais, visando à difusão dos acontecimentos culturais; sociais e turísticos do Município; VI- propor aos órgãos competentes a programação e a execução de obras de infra-estrutura, visando a aproveitar, para finalidades turísticas, os recursos históricos, paisagísticos, artísticos e materiais do Município; VII- opinar na elaboração do calendário turístico do Município; VIII- manter entendimento com organizações comerciais, industriais, profissionais e outras, cujas atividades sejam consideradas necessárias ao desenvolvimento turístico do Município; XI- opinar sobre a celebração de consórcios com outros Municípios, relacionados ao turismo.

O segundo, o Conselho Municipal de Meio Ambiente – Condema, criado em 24 de maio de 2001 pela Lei Nº 10.841, traz entre as suas competências:

[...] fiscalizar e pronunciar-se sobre os atos do poder público, no âmbito do Município de Campinas, quanto à observação da legislação ambiental; deliberar sobre Estudos Prévios de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental e Relatórios Ambientais Preliminares e sobre quaisquer outros planos, estudos e relatórios exigidos pela legislação municipal, estadual e federal de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local ou regional, quando couber; deliberar sobre

o parecer do órgão ambiental municipal relativo à concessão de licença ambiental a empreendimentos e atividades de impacto local ou regional, quando couber, e daqueles a serem delegados por instrumentos legais, ouvidos ou órgãos competentes das demais esferas do governo; deliberar sobre parecer técnico do órgão ambiental do município, nos casos em que seja de responsabilidade do IBAMA ou da Secretaria Estadual de Meio Ambiente o licenciamento ambiental; promover o processo de discussão com amplos setores da sociedade civil, visando a elaboração da Agenda 21 local do Município de Campinas, encaminhando proposta de lei para implementação de suas ações.

Somadas as perspectivas dos três últimos Conselhos Municipais, temos o suporte teórico e técnico para perceber a grande estruturação da cidade de Campinas a ponto de oferecer em seu cadastro um número significativo de patrimônios naturais, ambientais, culturais e históricos, que somados à grande lista de equipamentos esportivos e ao rol de eventos culturais marcantes do município faz com que se perceba que a população dispõe de diversas infra-estruturas que lhe permitem o contato com sua identidade e bens patrimoniais. Contudo, ressaltamos a ausência de animadores socioculturais que atuem nesses espaços, bem como redimensionem as práticas vivenciadas nos equipamentos esportivos, cuja a atuação se sobressai na forma de “escolinhas” direcionadas a algumas faixas etárias, pessoas com necessidades especiais, ou mesmo a algumas modalidades esportivas.

O Município de Campinas conta com um vasto patrimônio Natural, Ambiental, Cultural e Histórico cujos elementos dificilmente podem ser apenas identificados como naturais e ambientais e/ou histórico-culturais; muitos têm ambas as características, por isso, estão agrupados por nomenclatura tão ampla, conforme a indicação de espaços e equipamentos, anexo 1 – Campinas. Desses, diversos estão tombados como patrimônios históricos e ambientais da cidade, conforme anexo 2 – Campinas. O patrimônio urbano de esporte e lazer, dos quais constam as várias áreas de praças esportivas, ginásios, clubes, teatros, casas de shows, conforme anexo 3– Campinas e por fim, os eventos principais, que dão mostra da cultura e história, constituindo o patrimônio do município, encontram-se no anexo 4 – Campinas.

2.1. Uma análise documental do Município de Piracicaba

Na Lei Orgânica do Município de Piracicaba, encontramos na seção que se refere ao “Planejamento e desenvolvimento econômico urbano e rural” definição sobre a política de desenvolvimento urbano que deverá assegurar a plena realização das funções sociais e econômicas da cidade, vilas, núcleos residenciais e distritos isolados, e garantir o exercício do direito da cidadania e o bem-estar de seus habitantes. Para este propósito, compromete-se com a erradicação das desigualdades regionais pela integração social de seus habitantes, por meio de adequada distribuição espacial da população, das atividades sócio-econômicas e dos equipamentos urbanos e comunitários. Cabe destacar que nesse sentido compromete-se com a

[...] provisão dos equipamentos urbanos em quantidade, qualidade e distribuição espacial que permita o direito de todos os cidadãos em ter pleno acesso aos serviços de moradia, transporte saneamento básico energia elétrica, gás, abastecimento, iluminação pública, saúde, cultura, lazer, água potável, coleta de lixo, drenagem das vias de circulação, segurança e preservação do patrimônio ambiental e cultural. (p.70).

Entre o elenco de serviços importantes a esta concepção de cidadania encontram-se o esporte, o lazer, a cultura, a preservação do patrimônio ambiental e cultural, aspectos extremamente relevantes ao foco deste estudo. Não se dá a estas esferas da vida humana qualquer conotação de supérfluo, apêndice ou algo que possa vir após ao que muitos consideram como necessidades básicas. A seguir, na descrição da política de desenvolvimento urbano, o poder público se responsabiliza pela infra-estrutura, seguindo algumas diretrizes entre as quais se destacam a trilogia “proteção, preservação e recuperação”, tanto do meio ambiente quanto do patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural, arqueológico e paisagístico.

Anunciando o cumprimento da função social da cidade, vincula o exercício de direito de propriedade entre as diretrizes a uma de significativa importância que é a da “proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e do meio ambiente.” (p. 72) Para esse propósito é preciso esclarecer que o poder público precisa delimitar pelo menos quatro áreas de modo especial, definindo a cada uma sua finalidade. São essas áreas as de urbanização prioritária; as de reurbanização; as de urbanização restrita e as de urbanização obrigatória. Interessa aqui destacar o terceiro tipo de área, a de “urbanização restrita”, pois nelas a questão do patrimônio ambiental, natural, artístico, histórico e cultural está altamente afetada.

As áreas de urbanização restrita são aquelas em que a urbanização deve ser desestimulada ou contida, em decorrência especialmente de: a) necessidade de preservação de seus elementos naturais e de características de ordem fisiográfica; b) vulnerabilidade a intempéries, calamidades e outras condições adversas; c) necessidade de proteção ambiental e de preservação do patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural, arqueológico e paisagístico; d) proteção aos mananciais, regiões Lacustres e margens de rios (p.74).

Em consonância à Lei Orgânica, o Plano Diretor afirma seu caráter regulatório dos processos de uso do espaço urbano e rural do município e dentre suas perspectivas orientadoras está a de:

V - designar as unidades de conservação ambiental e outras áreas protegidas por lei, discriminando as de preservação permanente, situadas nas orlas dos cursos d'água ou dos lagos, nas nascentes permanentes ou temporárias, nas encostas, nas bordas de tabuleiros ou chapadas, e ainda nas áreas de drenagem das captações utilizadas ou reservadas para fins de abastecimento de água potável e estabelecendo suas condições de utilização;

XI - definir os critério para a autorização e implantação de equipamentos urbanos e comunitários e definir sua forma de gestão;

XVI — vedar a construção de nova moradia em:

a) áreas de saturação urbana,

b) aéreas de risco sanitário ou ambiental,

c) áreas reservadas para fins especiais,

d) áreas históricas ou naturais em deterioração ou impróprias para tal uso.

Em relação ao Meio Ambiente, Lei Orgânica e Plano Diretor encontram-se em sua afirmação de que é direito de todos viver em um ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, sendo da competência do poder público municipal e da coletividade o dever de defender, preservar e reconstruir as relações ecossistêmicas do presente para garantir qualidade de vida às gerações futuras. Para tanto propõe:

I - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a defesa, preservação e recuperação do meio ambiente;

II - incentivar a integração das universidades, instituições de pesquisa e associações civis, nos esforços para garantir e aprimorar o controle de poluição, inclusive no ambiente de trabalho;

X - implementar programas de preservação e recuperação do solo no que diz respeito à conservação da fertilidade e combate à erosão quer seja em área pública ou privada, urbana ou rural;

XI — criar e manter áreas verdes, na proporção mínima de dez metros quadrados por habitante responsabilizando-se pelas mesmas;

XII — proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, que provoquem a extinção de espécie ou que submetam os animais a crueldade;

XIII - promover a preservação e recuperação de matas ciliares, bem como das reservas florestais legais nas propriedades rurais do Município;

XIX — incentivar e auxiliar tecnicamente as associações e movimentos de proteção ao meio ambiente, constituídos na forma da lei, respeitando a sua autonomia e independência de atuação;

XX — elaborar o Plano Municipal de Meio Ambiente.

Quanto ao âmbito da cultura, sua manifestação será garantida por meio de articulação das ações sociais; da criação, manutenção e abertura de espaços públicos devidamente equipados e capazes de garantir a produção e o consumo das manifestações culturais; na defesa da pluralidade cultural em suas diversas manifestações; garantindo acesso da população aos espaços como museus, teatros, bibliotecas, arquivos e outros que promovem o patrimônio históricos, cultural, ambiental e natural do Município e democratizam a participação popular ao indicar sua presença e participação para melhorar a utilização desses equipamentos urbanos, algo que pode ser extremamente diferenciado se fizer parte de um projeto de animação sociocultural no referidos locais e não apenas a disponibilização de horários em que se encontram abertos. De processos como esse não apenas as políticas públicas devem encarregar-se, mas incentivar a participação de empresas e organizações não governamentais a assumir eventos que produzam o resgate de nossa cultura e do patrimônio histórico e natural. Em especial, está se falando de espaços que cabem na definição do artigo 269 da Lei Orgânica:

Constituir-se-ão patrimônio cultural do Município, passíveis de proteção, tombamento e conservação, os bens de natureza material tomados

individualmente ou em conjunto e portadores de referência e identidade, ação e memória dos diferentes grupos e segmentos que compõem a sociedade, nos quais se incluem: [...] a produção literária, artística, científica e tecnológica; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, de lazer e de esportes; os bens móveis e imóveis, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, social, científico e espeleológico (p. 114-115).

Todo esse empenho do poder público municipal visa ao bem estar da população local, em suas diferentes etnias, raças, gêneros, credos, classes sociais, necessidades especiais, idades, bem como a integração de visitantes na perspectiva de disseminar o turismo como uma das formas de cultivo da memória natural, histórica e cultural da cidade. Nesse caso vale destacar que em 1997, através da lei nº 4.253, a Secretaria Municipal de Turismo – Setur – foi separada da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividade Motora – Selam. Cabe à Secretaria de Turismo fomentar o turismo sustentável do município através da conscientização e sensibilização da sociedade para a importância dessa área ou conteúdo cultural do lazer - o turismo -, como instrumento de crescimento econômico, de geração de emprego, de melhoria da qualidade de vida, de processo educativo e de desenvolvimento pessoal e social, bem como da preservação do patrimônio natural, cultural e histórico da cidade.

Piracicaba é uma região rica pela sua cultura, por seu folclore, e principalmente com grande representatividade artística, trazendo potencial amplo para atrair as pessoas que vivem em conturbados centros urbanos, mas que não abrem mão de condições que se assemelham a seu cotidiano citadino. Exemplo disso é a “Noiva da Colina”, no Rio Piracicaba, que projeta reencontro à raízes ambientais sem estar afastada de grandes centros universitários, industriais ou comerciais.

Uma análise das outras secretarias municipais de Piracicaba que estariam relacionadas a processos de políticas públicas que se preocupam com as questões relativas aos patrimônios naturais e culturais, a “Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – Selam”, criada pela Lei Nº 5449 de 02 de julho de 2004, poderia ser uma delas. Contudo, um dos aspectos significativos a avaliar é sua ênfase grande na prática esportiva e em atividades de lazer e recreação destinadas à população em geral, destacando-se ainda a integração de lazer e esporte a questões ambientais, entre elas as ligadas à canoagem (Rio Piracicaba e lagoas) e parques públicos, e históricas, com a valorização das tradições

histórico-esportivas do município, os jogos e brincadeiras tradicionais, e o Quimbol, esporte originário de Piracicaba. No que concerne aos princípios, encontramos alguns dados que podem aqui se relacionar à temática em estudo, quando afirma:

VII - orientar a população para a prática de atividades em parques, praças e áreas livres;

VIII - manter sistema de animação esportiva, de lazer e de atividades motoras, por meio de calendário de eventos e da instalação de atividades permanentes;

IX - estimular a prática de jogos tradicionais populares;

Ou ainda quando fala das competências do Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, dizendo que entre suas atribuições está a de:

VIII - acompanhar o planejamento e a implementação, bem como avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, política urbana entre outras, objetivando a matricialidade e a intersectorialidade das ações públicas buscando garantir que as atividades desportivas, de lazer e atividades motoras se consubstanciem como prioridade.

A Secretaria Municipal da Ação Cultural – SEAC, criada pela Lei Nº 5194 de 25 de setembro de 2002 e alterada pela Lei Nº 5790 de 10 de julho de 2006, nos aspectos apenas de premiação, não modifica as especificidades definidas anteriormente, quais sejam: a promoção do desenvolvimento cultural do Município através do estímulo às artes e a outras manifestações culturais, contribuindo para a liberdade de pensamento e criação e, em conjunto com Secretaria Municipal de Planejamento, estará incumbida de promover:

III - as ações visando ao levantamento, à documentação e à proteção do patrimônio arquivístico, arquitetônico, histórico e artístico;

IV - o incentivo, a proteção e a integração das atividades artísticas;

V - a organização e a administração de teatros, centros culturais, bibliotecas e outros espaços e equipamentos voltados para a preservação de valores históricos e para o fomento de atividades culturais e artísticas, sem qualquer restrição de natureza política, filosófica, ideológica, étnica ou religiosa;

VI - a organização e a promoção de festividades e acontecimentos relacionados com o calendário histórico e cultural, oficial e popular.

Interessante notar que entre as unidades e programas que fazem parte da Secretaria Municipal da Ação Cultural estão alguns pontos considerados como turísticos da cidade de Piracicaba nas informações da Secretaria de Turismo. São eles os seguintes: Teatro Municipal; a Pinacoteca Municipal, à qual estão ligados o Salão de Belas Artes de Piracicaba e o Salão de Arte Contemporânea de Piracicaba; a Casa do Povoador; a Biblioteca Municipal “Ricardo Ferraz de Arruda Pinto”, à qual estarão vinculadas as subseções a ser instaladas nos Distritos de Tupi, Santa Terezinha e no Bairro Jardim Oriente; a Companhia Estável de Teatro Amador – Ceta; O Centro Nacional de Documentação, Pesquisa e Divulgação de Humor de Piracicaba – Cedhu; o Liceu Piracicabano de Humor Gráfico, ao qual se reportam a Feira de Literatura Infantil e Quadrinhos de Piracicaba e o Salão de Humor de Piracicaba; o “Prêmio Escriba de Poesia” e o “Prêmio Escriba de Contos”.

O Conselho Municipal de Cultura do Município de Piracicaba, criado pela Lei Nº 5418, de 14 de maio de 2004, é de caráter permanente, deliberativo, normativo, fiscalizador, consultivo e propositivo nas atividades e dinâmicas culturais do Município de Piracicaba, tendo sob sua responsabilidade “formular a cultura de forma abrangente no contexto da cidadania cultural e do desenvolvimento estratégico do município”. Entre suas competências, cabe destaque às que seguem:

IV - contribuir para a definição de políticas de cultura a ser implementadas pela gestão cultural e por outras áreas da administração municipal, levando em conta as decisões da Conferência Municipal de Cultura;

V - apresentar, discutir e dar parecer sobre projetos relacionados à criação e produção culturais, acesso e difusão cultural, formação e informação cultural, processos culturais participativos, memória sociocultural e artística;

VI - estimular a ação cultural descentralizada e a democratização de equipamentos e serviços culturais visando garantir a realização da cultura por todos os segmentos

XV- estimular a ação integrada das várias secretarias municipais para a ação cultural;

XVII - buscar articulações com outros conselhos e entidades afins, objetivando intercâmbios e ações conjuntas;

XIX - organizar comissões relativas às expressões e linguagens artísticas e socioculturais, de caráter consultivo, tais como: artes visuais e audiovisuais, artes cênicas, música, livro e literatura, tradições e cultura popular, educação, patrimônio histórico, instituições da sociedade civil e humanidades

A este Conselho, outros devem se somar para o presente estudo, a exemplo do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba – Codepac que tem por objetivos: definir a política municipal de defesa do patrimônio cultural e proceder estudos para a elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais e legais, genéricos ou específicos, para a defesa do patrimônio cultural, histórico, folclórico, artístico, turístico, ambiental, ecológico, arqueológico e arquitetônico do Município. Tanto o Conselho como o Fundo de Apoio à Cultura, integram a estrutura da Secretaria da Ação Cultural.

Somam-se a estes o Conselho Municipal de Turismo de Piracicaba – COMTURPI, integrado à Secretaria de Turismo, criado pela Lei Nº 4374 de 18 de novembro de 1997 e tem entre seus objetivos assessorar e orientar a administração do município na organização e gestão dos pontos turísticos, bem como contribuir em sua difusão, e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – Condema, criado pela Lei Nº 4233 de 27 de novembro de 1996, que responsabiliza-se por “estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle, à manutenção e à melhoria da qualidade ambiental, observadas as legislações federal e estadual.” Nesse sentido, ocupa-se de apurar denúncias da população sobre mau uso das áreas de proteção ambiental e cultural, de analisar situações de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação para tomar as providências cabíveis e de buscar parcerias público-privadas e com o terceiro setor para agirem nesses casos, entre outras importantes responsabilidades, para ampliar o conhecimento e o contato da população local e visitante com as belezas naturais, culturais e históricas do Município.

O Codepac - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba tem feito um grande trabalho no sentido de instruir a comunidade sobre a importância do tombamento de obras que registram momentos importantes de sua história, tanto que no ano anterior lançou uma cartilha com informações detalhadas sobre o processo e tem feito o trabalho de inventariar as obras que já foram tombadas e as que estão em processo de tombamento. O Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) possui um catálogo dos principais monumentos públicos do município,

intitulado Inventário de Obras de Arte, Marcos Cíveis e Referenciais de Memória em Espaços Públicos na Cidade de Piracicaba.

A partir de abril de 2005, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba – Codepac criado pela Lei n.º 4.276, de 17 de junho de 1.997, fica integrado ao Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba – IPPLAP, com atribuições que não ultrapassarão quaisquer das cometidas aos órgãos correlatos, no âmbito estadual e federal. Ficará subordinado diretamente ao Diretor Presidente do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Dois são seus objetivos: I - promover a política municipal de defesa do patrimônio cultural em conjunto com o Departamento de Patrimônio Histórico do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba e, II - propor ações efetivas, genéricas ou específicas, para a defesa do patrimônio cultural, histórico, folclórico, artístico, turístico, ambiental, ecológico, arqueológico e arquitetônico do Município. Em detalhado conjunto de procedimentos, a lei e suas leis complementares estabelecem as competências do órgão, entre as quais destacamos exemplarmente as seguintes:

II – sugerir medidas aos órgãos competentes, no âmbito estadual ou federal, inclusive, pela modificação da legislação existente, para o cumprimento das exigências no tocante à defesa do patrimônio cultural, histórico, folclórico, artístico, turístico, ambiental, ecológico, arqueológico e arquitetônico do Município; III - efetuar gestões junto à entidades privadas, objetivando que estas colaborem na execução da defesa do Patrimônio Cultural do Município; IV – quando se tratar de bem imóvel, solicitar, ao setor municipal competente, a elaboração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, o qual se constituirá em mais um elemento a ser considerado quando da emissão do parecer sobre a viabilidade do tombamento; V – eleger e submeter à apreciação do Poder Executivo, os bens móveis e imóveis que, pelo seu valor cultural, mereçam ser preservados através de tombamento; VI - organizar uma pasta de arquivo para cada imóvel objeto de tombamento, devendo dela constar todo material e dados disponíveis; VII - solicitar avaliações dos bens cujo tombamento tenha sido sugerido; VIII - conhecer, em grau de defesa, as controvérsias administrativas ou reclamações de interessados sobre as condições de utilização e conservação dos bens tombados, cabendo dessa decisão recurso ao Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias; IX - apresentar, semestralmente, relatório de suas decisões ao Poder Executivo, enviando cópia para publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba. Art. 10. Os imóveis tombados serão enquadrados por ato do Executivo Municipal em uma das três categorias de preservação: I - P1 - imóvel a ser totalmente conservado ou restaurado, tanto interna como externamente, pelo excepcional valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural de toda a unidade; II - P2 - imóvel partícipe de conjunto arquitetônico, cujo

interesse histórico está em ser parte do conjunto, devendo seu exterior ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamentos não sejam afetados, de forma a manter-se intacta a possibilidade de aquilatar-se o perfil histórico urbano; III - P3 - imóvel adjacente a edificação ou a conjunto arquitetônico de interesse histórico, podendo ser demolido, mas ficando a reedificação ou edificação sujeita a restrições capazes de impedir que a nova construção ou utilização descaracterize as articulações entre as relações espaciais e visuais ali envolvidas.

A Lei Nº 5288, de 4 de julho de 2003, cria o Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba – IPPLAP. Este instituto tem dentre seus objetivos alguns que destacamos em vista da perspectiva de contribuição para uma política pública que vise à preservação e à democratização do patrimônio ambiental urbano. Pode-se, desse modo, destacar seu propósito de:

I - promover estudos e pesquisas orientados pelo paradigma de desenvolvimento sintetizado pela Agenda 21, combinando, assim, dinamismo econômico, equidade social e preservação dos recursos naturais; II - produzir estudos, pesquisas e análises visando à sistematização, orientação e monitoramento das diretrizes gerais de desenvolvimento e do planejamento estratégico do município; III - desempenhar papel ativo e protagonista no fomento à dinamização socioeconômica, urbana e rural, projetando a cidade e suas potencialidades e otimizando sua atratividade; VI - constituir Bancos de Dados, produzir diagnósticos e disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários, audiências públicas e outros meios; VII - produzir estudos e análises que permitam orientar a ação do Poder Público [...].

O Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP), por meio do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), iniciará a identificação de áreas e imóveis institucionais tombados a fim de que recebam placas com desenho da fachada do imóvel, uma foto antiga e o número de decreto de tombamento. As placas submetidas ao Codepac (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba) tiveram o apoio, o que implica que cerca de 60 áreas e imóveis farão parte do processo. Esta é uma iniciativa que ocorre em Piracicaba com base em algumas práticas no país e fora do país.

No contexto dos estudos do Departamento de Patrimônio Histórico, cabe mencionar que o amplo e significativo patrimônio ambiental, histórico e cultural teve início em seu processo de urbanização, às margens do Rio Piracicaba, a partir do ano de 1766, quando começam as iniciativas de

transformar a região em torno do rio de mesmo nome em uma Vila de Itu, sendo, apenas em 1784, emancipada e transferida para a margem esquerda do rio, logo abaixo do salto, onde os terrenos melhores favoreciam sua expansão. A fertilidade da terra atraiu muitos fazendeiros, ocasionando a disputa de terras. Em 1821 foi elevada à categoria de vila, e tem, a partir de 1836, um importante período de expansão. Não havia lote de terra desocupado e predominavam as pequenas propriedades. Além da cultura do café, os campos eram cobertos pelas plantações de arroz, feijão e milho, algodão e fumo, mais pastagens para criação de gado. Piracicaba era um respeitado centro abastecedor. Elevada à categoria de cidade, em 1877, tem seu nome oficialmente mudado para Piracicaba, que significa em Tupi-Guarani “o lugar onde o peixe pára” (PIRACICABA, Setur, 2007).

Esta região, outrora habitada por população indígena, os Paiaguás, que viviam à margem direita do salto, a 90 quilômetros da foz, no lugar mais apropriado da região, não guarda explicitamente em sua memória patrimonial elementos que identifiquem esta história originária. As expressões indígenas que dão nomes às ruas e a alguns bairros são resquícios dessa origem, mas merecem ser melhor explorados no processo de reconstrução histórica do Município. Como espaço que presenciou e viveu da escravidão negra, pode-se dizer que parte dessa história está presente, parte recuperada e outra em processo de reconhecimento como a localização de quilombos.

Entre os pontos turísticos importantes de Piracicaba, iniciamos por destacar alguns que fazem parte das relações oficiais oferecidas ao turismo, ou encontram-se sob a responsabilidade de uma ou mais Secretarias Municipais. Mencionamos que são alvo de leis específicas as quais demonstram uma preocupação especial das diversas administrações em demarcar esses espaços como patrimônios. Refiro-me ao Museu Municipal da Pesca, criado pela Lei 2995, de 14 de dezembro de 1988, com o objetivo “de coleccionar e manter objetos, peças, fotos e tudo o mais que se relacione à pesca e que possa resguardar os costumes e tradições dos pescadores do município e da região.” O Museu Municipal da Pesca será instalado na Casa do Povoador, que se responsabilizará por difundir eventos em que a realidade marcante do município seja preservada e divulgada.

Outro exemplo é o evento previsto para ser realizado anualmente, a partir de 1997, na semana do folclore no mês de agosto “Concurso Anual de Atividades Folclóricas do Município de Piracicaba”, criado pela Lei Nº 4184, de 14 de novembro de 1996, que conclama folcloristas da cidade e

região a manter viva a memória da região e do país. Outro fator significativo para a questão do patrimônio foi a iniciativa da Lei Nº 4556, de 11 de novembro de 1998, que cria a instituição “Amigos da Praça” cuja finalidade é manter as praças públicas do Município de Piracicaba em bom estado de conservação, por isso, em cada uma das existentes na cidade se pode criar uma entidade composta de moradores e freqüentadores da área. Outra iniciativa é a instituição da modalidade de lazer “Pesque e Solte”, no Lago do Parque da Rua do Porto, para a prática da pesca esportiva, proveniente da Lei Nº 4996, de 14 de setembro de 1999. A Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente — Sedema, será responsável pelos criadouros e estabelecerá anualmente o calendário com as “temporadas de pesca” em que a modalidade poderá ser praticada.

A despeito destas iniciativas por parte do poder público de dinamizar o lazer, a preservação de patrimônio e da memória cultural, não se percebe uma efetiva política pública de formação e atuação de animadores socioculturais com o propósito de divulgar, disseminar e promover estas atividades com a qualidade que poderiam ter para a democratização do acesso à população local e visitante.

Em contrapartida, poderíamos pensar que a Lei Nº 4839, de 27 de junho de 2000, que cria o “Programa de Cuidados com Viveiros, Parques, Praças, Jardins e demais Logradouros Públicos, destinado à formação de adolescentes residentes no Município” teria a animação sociocultural da qual falávamos há pouco. Embora o texto tenha clara a integração da unidade escolar com a prefeitura e projetos de pesquisa na área ambiental, não se pode dizer que o projeto tenha o caráter de lazer propriamente dito, pelo menos não é seu objetivo central, que busca um processo educativo na área ambiental e urbana como prolongamento das atividades escolares dos adolescentes.

No mínimo curioso, por não se explicarem os motivos, é o conteúdo da Lei Nº 4979, de 15 de maio de 2001, que define pela denominação oficial de “Local de Interesse Turístico” o local compreendido entre as pontes sobre o Rio Piracicaba denominadas de Romeu Pinassi e José Antonio de Souza (Zê do Prato), numa faixa de 100 (cem) metros de cada margem do Rio Piracicaba. A articulação desse processo deve estar presente em todo o Projeto Beira Rio e o que envolve a preservação, conservação e divulgação do patrimônio da Rua do Porto. No mesmo sentido, encontra-se a lei Nº 5012, de 23 de agosto de 2001 que cria “O dia municipal do Rio Piracicaba”, o qual passará a ser comemorado no dia 15 de abril de cada ano.

De modo similar, fica instituído pela Lei Nº 5429, de 24 de junho de 2004, no Município de Piracicaba a figura do “Agente Ecológico” que corresponde a todas as pessoas voluntárias e interessadas que atuem na defesa do meio ambiente, na promoção de conhecimentos na área da sustentabilidade, na preservação e conservação do patrimônio natural, igualmente envolvidas na discussão de políticas públicas na área.

Por meio de uma das leis que trazem à tona monumentos importantes da cidade de Piracicaba, ao citá-la fazemos referência aos anexos que trazem sínteses dos principais patrimônios naturais, ambientais, históricos, culturais, que marcam a cidade de modo indelével. Trata-se da Lei de Nº 5239, de 23 de dezembro de 2003, que cria o “Monumento ao Negro” dando a relevância devida à experiência forte vivida em Piracicaba no período da escravidão e abolição. Nos dizeres da Lei:

Art. 1º - Fica instituído o “Monumento ao Negro” que constituir-se-á de Herma e Centro de Documentação, Cultura e Política Negra, com objetivo de promover o resgate da raça em sua totalidade, incluindo peças, documentos, obras, objetos, edificações, iconografia e adornos que ilustrem o período da escravatura local, a atualidade dos afrodescendentes, o registro do pensamento e das manifestações culturais da população negra como a preservação dos sítios de reminiscências dos quilombos e de outros lugares antigos de valor histórico do segmento étnico, no Município.

Art. 2º - A Herma de que trata o artigo anterior homenageará a luta do Zumbi dos Palmares, através da figura do Dr. André Ferreira dos Santos — Dr. Preto.

Parágrafo único - A homenagem descrita neste artigo representará, também, as honrarias ao Senhor Manuel Congo; ao Senhor Manuel Faustino dos Santos Lira; ao Senhor Luiz Gonzaga das Virgens; à dupla Lucas Dantas de Amorim Torres e João de Deus Nascimento; Henrique Dias; ao Senhor Francisco José do Nascimento; Muna; ao Senhor João Cândido Felisberto, o “Almirante Negro”; ao Senhor Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, “General Tibúrcio”; ao Senhor Marcílio Dias; ao Corpo ou Legião de Henriques; ao Senhor João Batista de Farias; ao Senhor Ganga-Zumba; ao Senhor Ogbonl; ao Senhor Tatos Corongos; ao Senhor Quintino de Lacerda; Pai Felipe; à Senhora Maria Quitéria; à Senhora Tereza Benguela; à Senhora Quitéria Rita; à Senhora Maria de Angola; à Senhora Chica da Silva; à Senhora Luíza Mahin; à Senhora Felipa Maria Aranha, do Quilombo Alcobaca; à Senhora Escrava Anastácia; à Senhora Dandara; à Senhora Zeferina e ao Senhor Quilombo Corumbataí, a ser comemorado no dia 20 de novembro de cada ano.

No anexo Piracicaba 1 podem ser encontrados os Patrimônios Natural, Cultural e Histórico de Piracicaba; os Eventos mais significativos da cidade e os processos de tombamentos já existentes e a grande relação dos que estão em processo de análise, podem ser encontrados nos anexos Piracicaba 2, 3 e 4. De modo especial cabe destacar que alguns dos eixos patrimoniais da história de Piracicaba encontram-se fundamentalmente no Projeto Beira-Rio, Rua do Porto e Engenho Central como ponto central em que se encontram várias construções e espaços tombados e em processo recente de restauração e preservação. Outro grande bloco é o que se encontra no antigo bairro Monte Alegre, construído em torno da usina, criando uma “aldeia” de imigrantes que por muito tempo ocupou o espaço que está, senão tombado, em processo de tombamento. Outro foco pode se dar no conjunto das expressivas universidades e escolas estaduais que compõem o cenário da cidade, suas Catedrais Católica e Metodista e suas inúmeras capelas. No anexo Piracicaba 5, está relacionado todo o patrimônio urbano de esportes e lazer.

3. Em campo:

A pesquisa de campo foi realizada por observação participante nos principais espaços e equipamentos levantados por ocasião da pesquisa documental. Além disso, sentimos necessidade de aplicar um questionário a membros dos Conselhos Municipais ligados à área, para complementação de dados.

3.1. Observação participante:

Os dados constantes dos diários de campo, colhidos nas visitas aos principais equipamentos das cidades dão conta que, embora as duas cidades contem, em geral, com um bom número de equipamentos, não se percebe, pelas observações efetuadas, a sua articulação em rede, nem quando se trata de um determinado conteúdo cultural, muito menos quando se trata do conjunto de conteúdos. Percebem-se, ainda, a preocupação com a preservação da Natureza, com o grande número de bosques urbanos, matas e áreas de preservação ambiental do Rio Piracicaba, que vem se fazendo sentir, além de uma preocupação com a preservação e em certos casos com a revitalização do patrimônio ambiental urbano, importante para a heterogeneidade da paisagem urbana, para a quebra da rotina da mesmice monótona da vivência da cidade, nos trajetos diários.

O número de equipamentos específicos, ainda que insuficiente, nas duas cidades pesquisadas, está bem além da intensidade da programação, ficando assim espaços e equipamentos subutilizados durante a semana e mesmo em fins de semana. Esse bom número de espaços e equipamentos, pelo que pôde ser constatado, também não foi acompanhado, no período abrangido pela análise, inclusive na atualidade, por uma política de formação e desenvolvimento de quadros para atuação na área, que possibilitasse a formação de uma estrutura de animação⁴, englobando os vários conteúdos culturais do lazer. Talvez isso contribua para explicar a situação de depredação e de aparente abandono, de espaços e

4. Em se tratando da atuação profissional em lazer, é preciso que não se isole a atuação do profissional mais ligado ao atendimento direto à população, do que, inspirado em DUMAZEDIER ([s.d]), pode ser chamado de estrutura de animação, composta por: 1. animadores socioculturais dirigentes – de competência geral mais apurada; 2. animadores socioculturais profissionais de competência específica, sem deixar de lado, no entanto a competência geral, e funcionando, no caso de políticas públicas, como educadores, e não como “mercadores”, como é quase regra, em amplos setores da indústria cultural; 3. animadores socioculturais voluntários, necessários para a vinculação com a cultura local - anseios, aspirações, gostos, etc. - da população que se pretende atingir; e 4. quadros profissionais de apoio – pessoal de atividade meio, administrativos e operacionais, que precisam estar conscientes da área onde trabalham, e do serviço final prestado. Todos os componentes da estrutura se inter-relacionam: observam, pesquisam, planejam, gerenciam, atendem, e dividem conhecimento em todas essas áreas, mas têm responsabilidades específicas em termos de ação.

equipamentos, favorecendo a baixa frequência, justificada pelo medo da violência.

Nos equipamentos ligados aos conteúdos físico-esportivos predominam, nas duas cidades, as atividades-aula, na sua grande maioria “escolinhas de esportes”. Os Museus, Bibliotecas, Casas de Cultura e o Patrimônio Revitalizado, contam com programações de animação que extrapolam as atividades-aula e os eventos, nos conteúdos artísticos, intelectuais e manuais, muito mais dinâmicas do ponto de vista da variedade oferecida, da regularidade e das oportunidades de participação, mas muitas vezes esses espaços continuam “sacralizados” e freqüentados apenas por uma parcela da população .

3.2. Questionários:

Foram aplicados vinte (20) questionários a Membros dos Conselhos Municipais de Cultura, Esporte, Lazer e Atividades Motoras, Meio Ambiente, Turismo, e de Defesa do Patrimônio Cultural, enviados via Internet, ou entregues nas suas reuniões (anexo 1), em cada uma das cidades, totalizando 40 instrumentos.

A seguir apresentamos a tabulação e análise dos dados das duas cidades, em separado, para depois compará-los.

3.2.1. Piracicaba

Proteção do Patrimônio Ambiental Urbano pela Legislação – Está bem protegido?	Frequência
Sim	15
Não	3
Desconhecem a legislação	2

Entre os que responderam “sim”, os principais pontos destacados foram: estar percebendo uma recente preocupação com esse assunto, de parte da Prefeitura Municipal; ter visto atividades que colocam em destaque o patrimônio; pela força das ações que vêm sendo veiculadas pela imprensa; por ser visível a melhoria nos principais pontos da cidade mas é necessário que se cumpra a lei; poucos têm conhecimento; não há continuidade nas administrações; deixam um bom legado, buscam patrocínio; algumas

leis estão desatualizadas; ainda falta incentivo de todas as organizações (públicas e privadas). Como pode ser verificado, muitas das respostas não estão diretamente ligadas à Legislação. Para os que responderam “não”, alguns patrimônios mereceriam maior atenção e há falta de continuidade nas administrações. Também aqui pode-se observar que as respostas não estão diretamente ligadas à Legislação.

Proteção do Patrimônio Ambiental Urbano pela por Políticas Públicas – Vem sendo bem protegido?	Frequência
Sim	16
Não	4
Não sabem	0

Entre os principais pontos destacados pelos que responderam “sim” estão a elaboração e implantação de projetos, recuperação de prédios, a realização de atividades e o apoio a eventos. Há destaque também para a legislação específica, a Lei Orgânica e os Conselhos. Já os que responderam “não” colocam que as ações são tímidas ante o longo período durante o qual o setor foi abandonado, e que há muito a fazer, dependente do executivo, da legislação e da população em geral. Foi destacado também que o protecionismo ainda é muito forte para alguns grupos de interesse na cidade.

Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano - Vem sendo bem feita?	Frequência
Sim	18
Não	2
Não sabem	0

Entre os que responderam “sim” foram destacadas a implantação e a conclusão de projetos, obras de recuperação, realização de atividades e eventos. Entre os que responderam “não” houve destaque para áreas esquecidas e falta de eventos. Percebe-se que tanto as respostas positivas quanto as negativas não são fundamentadas no conceito adequado de revitalização.

Patrimônio Ambiental Urbano – Dispõe de políticas de animação sociocultural?	Frequência
Sim	14
Não	6
Não sabem	0

Os que responderam “sim” restringiram a animação sociocultural à realização de eventos. Foram poucos os destaques para atividades regulares. Os que responderam “não” colocaram que as ações são muito pequenas e muito parciais; que é preciso implementar; aprimorar; não atinge todas as camadas sociais; seria interessante nos espaços/equipamentos que se oferecessem mais eventos coletivos dirigidos; é necessária capacitação de pessoal e comunicação entre os órgãos municipais gestores e melhor divulgação das atividades. Nos dois casos percebe-se que prepondera uma visão parcial e restrita de animação sociocultural.

Nas observações gerais, os conselheiros afirmaram: achar o assunto importante, mas que ainda falta sensibilizar a população para que seja “conservadora”; que já houve uma mudança, ainda que pequena no campo da preservação, através dos meios de comunicação e dos educadores em sala de aula, com olhar diferente sobre a cidade e a preservação do seu patrimônio; existe a vontade de incentivar o lazer e a proteção ao patrimônio, mas os interesses falam mais alto; a cidade está melhor, mas ainda existe muito a ser feito; percebe-se um forte movimento cultural na cidade, vindo desde o poder público (Prefeitura), passando por grupos organizados, religiosos, etc.; Piracicaba vive um bom momento cultural, inclusive na defesa e resgate do seu patrimônio; nota-se a necessidade de um maior envolvimento da comunidade com as iniciativas públicas e sentir que fazem parte da cidade; mais eventos em locais determinados da cidade; existe muita coisa, mas a população estranhamente reclama que não existe nada; a preservação e revitalização não contam com a contrapartida de investimento em recursos humanos; destaque para a atual administração, nessa área.

3.2.2. Campinas

Proteção do Patrimônio Ambiental Urbano pela Legislação – Está bem protegido?	Frequência
Sim	6
Não	10
Desconhecem a legislação	4

Entre os principais itens destacados para os que responderam “não” estão a falta de obrigação de contrapartida das entidades na questão ambiental (sem fiscalização adequada), e mesmo em iniciativas artísticas e na questão da preservação histórica; falta de fiscalização com relação ao patrimônio; falta de conhecimentos técnicos; falta de compromissos a longo prazo; falta de cultura necessária para tanto (são citados exemplos de casos). Se formos analisar mais a fundo, esses itens não estão ligados à legislação existente. Por sua vez, mesmo para as respostas positivas, há aqueles que relativizam, argumentando que a legislação é muito boa, mas que apenas a lei não é suficiente, e que a conscientização da população é pequena, e que enquanto não melhorar “vamos fazendo leis para não serem cumpridas”.

Proteção do Patrimônio Ambiental Urbano por Políticas Públicas – Vem sendo bem protegido?	Frequência
Sim	6
Não	14
Não sabem	0

Entre os principais pontos destacados pelos que responderam “sim” estão a elaboração e implantação de projetos, e a realização de atividades. Já os que responderam “não” colocam a não existência de políticas públicas consistentes e nenhuma obrigação real das entidades pelos benefícios eventualmente concedidos: a fiscalização é praticamente inexistente; e que são poucas e administrativamente pouco aplicáveis.

Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano - Vem sendo bem feita?	Frequência
Sim	5
Não	12
Não sabem	3

Para os que responderam “não”, há algumas ações, inclusive com fundo de investimento, mas essas medidas ainda não têm atingido grandes focos de revitalização, como poderia acontecer. O ritmo é bastante lento; outros argumentam que não ocorre no geral, mas em alguns casos são bem preservados, mas ainda é pouco. Os que responderam “sim” colocam que vários pontos da cidade estão passando por transformações para melhor e estão sendo bem cuidados. Percebe-se que tanto as respostas positivas quanto as negativas não são fundamentadas no conceito adequado de revitalização.

Patrimônio Ambiental Urbano – Dispõe de políticas de animação sociocultural?	Frequência
Sim	6
Não	12
Não sabem	2

Os que responderam “sim” restringiram a animação sociocultural à realização de eventos, geralmente para grandes públicos. Os que responderam “não” colocaram que as ações são muito pequenas e quase inexistentes para o porte da cidade. Nos dois casos, percebe-se uma visão parcial e restrita de animação sociocultural.

Nas observações gerais os conselheiros afirmaram achar o assunto importante, mas que ainda “precisamos dar um passo inicial que é chegar mais perto da população; ela precisa se apropriar da cidade, dos espaços, sentir que é dela e aprender a exercer o seu poder e sua cidadania, aprender que tem cidadania; se isso não acontecer, as leis serão sempre incipientes”. Outros afirmaram que “devido à necessidade de ganhar eleições, cada administração se compromete com ações visando o *marketing* que poderá ser usado no momento de avaliação. Tudo é feito nesse sentido. Não vemos

planejamento ou continuidade de ações iniciadas em administrações anteriores. Mas o mais grave é o nível intelectual de nossos candidatos políticos. Tudo isso colabora em muito para a contínua degradação do patrimônio artístico e histórico”. Para outros, ainda, em todos os aspectos, a cidade praticamente não mostra evoluções consistentes.

3.2.3. A comparação

Comparando-se as duas cidades percebe-se, em todas as questões, um maior número de respostas positivas em Piracicaba, em relação a Campinas. Além das diferenças de Políticas Públicas, isso pode ser explicado por dois outros fatores: o momento que Piracicaba atravessa com a conclusão de um grande projeto nessa área e a política de implementação, reforma e descentralização de equipamentos de esporte e lazer na cidade.

Nota-se, também nas duas cidades o fraco entendimento do conceito de Revitalização e Animação sociocultural.

Quanto ao item Animação sociocultural, o índice negativo é alto em Campinas, e embora seja alto positivamente em Piracicaba, foi o maior índice negativo para uma pergunta nessa cidade.

Os Conselheiros de ambas as cidades destacam a importância da participação comunitária no processo.

4. Considerações finais:

Ao efetuarmos a análise da cidade como o grande equipamento de lazer, privilegiado no cotidiano da população e, dentro dele, o patrimônio ambiental urbano, a necessidade de sua preservação, conservação, revitalização e animação, como um dos componentes fundamentais de uma política pública de lazer, constatamos, na nossa pesquisa bibliográfica, que o lazer pode contribuir, de forma prazerosa, no processo de valorização e preservação do patrimônio, desde que entendido como manifestação cultural crítica e criativa e não como mero item da indústria cultural. Cumpre importante papel, também, na revitalização dos espaços e equipamentos. Assim, é muito importante a consideração dos patrimônios naturais, imateriais, artísticos, arquitetônicos e urbanísticos que fazem parte da memória das cidades, como elementos de enriquecimento da paisagem urbana e da vida cultural das cidades. Esse Patrimônio Ambiental Urbano, desde que preservado e revitalizado, pode e deve se constituir em novos equipamentos específicos de lazer. Além disso, contribui de maneira significativa para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos. Outro aspecto, não menos importante, é que preservando-se a identidade dos locais, pode-se manter e até mesmo aumentar o potencial turístico de nossas cidades.

A análise documental nos dois municípios pesquisados demonstra a riqueza de possibilidades nesse sentido, mas também nos aponta o quão dispersa se encontra a legislação e a ação de órgãos responsáveis pela atuação na área. Essa “dispersão” que notamos, talvez se dê pelo fato de a questão do patrimônio ser bastante ampla, abarcando, assim, diversos órgãos e secretarias das duas cidades. E aqui vemos a importância de se trabalhar de maneira transversal, observando a variedade de legislações existentes referentes ao patrimônio nas diferentes secretarias e conselhos, e buscando alternativas possíveis para a criação de políticas, programas e projetos nessa vertente.

A pesquisa de campo, realizada nos dois municípios, demonstra a tímida ação que procura recorrer ao lazer como elemento nas políticas da área, e a falta de integração dos órgãos envolvidos, o que parece levar não a uma aproximação, mas ao distanciamento da população, do cultivo de seus vínculos afetivos, do seu sentimento de pertencimento e da sua participação efetiva nos processos de valorização, preservação e conservação do patrimônio ambiental urbano.

Por ser um tema transversal, o patrimônio ambiental urbano exige a atuação de vários órgãos em conjunto (como vimos). Só para se ter uma idéia, em termos de planejamento, podemos citar o caso do Projeto Piracicaba 2010⁵. Num primeiro momento, como parte de um planejamento estratégico, foram elencadas propostas para serem desenvolvidas no prazo de 10 anos, e a preocupação com o Patrimônio Ambiental Urbano está presente nas áreas de Meio Ambiente, Cultura, Esporte e Lazer, nas suas estratégias para 2010 (MOURÃO, 2001, p. 84). Essas estratégias foram mantidas, alteradas, adicionadas, classificadas como: urgente, muito urgente, importante, na primeira revisão do Projeto - 2006 a 2015 (SANTOS, 2007, p. 208). Pode-se perceber uma vinculação do Patrimônio Ambiental Urbano com o lazer, ainda que não necessariamente explicitada, nas áreas de Meio Ambiente e Cultura, que inclui a preservação de espaços e equipamentos, mas prevê ainda novos usos, revitalização, ações educativas, etc. Na área de Educação Ambiental, um dos itens de forças, destacado na análise situacional é que “cresce o envolvimento da população na defesa do Rio Piracicaba, um reconhecimento à importância desse recurso natural” (SANTOS, 2007, p. 133). Na área da Cultura, esse mesmo item destaca a “identidade cultural da cidade” (SANTOS, 2007, p. 188) e destaca, entre as ações executadas de 2001 a 2006, a restauração da Estação da Paulista. Na área de Turismo, são destacadas como forças, na análise situacional, “a beleza do Rio Piracicaba, as áreas naturais para lazer e as construções de valor histórico e estético” e como oportunidades “O turismo de lazer, aproveitando o potencial das áreas naturais e a oferta de eventos culturais” destacando aí o Patrimônio Imaterial da cidade (SANTOS, 2007, p. 89). Nos objetivos para 2015, a área destaca, entre suas ações mais voltadas à infra-estrutura: preservação de espaços e equipamentos, e transportes. Coloca, ainda, como ação executada em 2001-2006, o Projeto Beira Rio. Na área de Esporte, apesar de destacar a história esportiva do município como uma de suas forças, também é colocada como uma de suas fraquezas a não existência de um espaço público para colocação do acervo histórico esportivo da cidade. Na área de Lazer, entre as forças destacadas são elencados muitos espaços e equipamentos que fazem parte do Patrimônio Ambiental urbano de Piracicaba, assim como no conteúdo programático são destacados eventos ligados ao Patrimônio Imaterial. Entre as ameaças da área, são destacadas a poluição do meio ambiente, falta de conservação

5. O Projeto Piracicaba 2010 é responsável pela Agenda 21 local, tendo como missão “formular o desenvolvimento sustentável de Piracicaba e sua região, por meio de ação coordenada em um Plano estratégico elaborado pela comunidade (Agenda 21) para atingir uma melhor qualidade de vida para todos os munícipes desta e das futuras gerações” (SANTOS, 2007, p.11). Nascido em 1999, é organizado, desenvolvido e gerenciado pela Sociedade Civil da cidade, tendo para isso sido criada, em fevereiro de 2001, uma organização civil de interesse público OSCIP – Piracicaba 2010.

e depredação dos espaços de lazer. Com relação às oportunidades, são identificadas 16, entre elas o Projeto Beira Rio, o programa de arborização do município e a continuidade de revitalização do centro da cidade. Não é enfatizada, em nenhuma das áreas, a animação sociocultural como possibilidade ou alternativa operacional para oportunizar a preservação e a revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano no município.

Do nosso ponto de vista, são exatamente esses recursos humanos ligados à animação sociocultural, fazendo parte da estrutura de animação já colocada anteriormente, com os quais os espaços e equipamentos não contam, conforme percebemos pela observação participante, de acordo com os conselheiros que demonstraram entender o seu significado apontaram e que a pesquisa documental não constatou como uma das preocupações centrais, que poderiam fazer com que o lazer pudesse contribuir, de forma prazerosa, no processo de valorização e preservação do patrimônio, desde que entendido como manifestação cultural crítica e criativa, e não como mero item da indústria cultural.

Fica, pois o desafio para as duas cidades investigadas e para todas aquelas que se preocupam com a conservação, preservação e revitalização do seu patrimônio ambiental urbano, de forma participativa e prazerosa – a capacitação e desenvolvimento de uma estrutura de animação sólida, que permita a animação sociocultural dos espaços e equipamentos envolvidos, incluindo seu entorno, não apenas em eventos isolados, ou atividades/aula, mas no cotidiano da vida das nossas populações.

Referências bibliográficas:

- AGUINAGA, K.F.S. *A proteção do patrimônio cultural imaterial e os conhecimentos tradicionais*. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_karyn_s_aguinaga.pdf> Acesso em: 10 jun 2007.
- ALVES, R. *A gestação do futuro*. Campinas: Papirus, 1986.
- BEZERRA, M. do C. de L.; FERNANDES, M. A. (Orgs.) *Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21*. Brasília: MMA/Ibama, 2000.
- BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986, p.11
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm>. Acesso em: 10 jun 2007.
- _____. *Decreto Lei 25, de 30/11/1937*, Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, 06.12.1937.
- _____. *Decreto 3551, de 04.08.2000*. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/cultura/decreto3551.htm> - >. Acesso em: 10 jun 2007.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica de pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CAMARGO, L. O. de L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CATERA, C. *Patrimônio participativo*. Dissertação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. UNB. Brasília, 30/03/2006. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/18/TDE-2006-09-05T153929Z-232/Publico/Patrimonio%20participativo_Tese_%20Nestor_Claudio_Catera.pdf>. Acesso em: 10 jun 2007.
- CARVALHO, P. de F. *Instrumentos legais de gestão urbana: referências ao Estatuto da Cidade e ao Zoneamento*. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/Pompeu03.pdf>>. Acesso em: 14 fev 2007.

- DOURADO, L. A. C.; et al. *Ilha solteira: contrastes de uma cidade planejada*. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/Ilha%20Solteira%20contrastes.pdf>>. Acesso em: 14 fev 2007.
- DUMAZEDIER, J. *Questionamento teórico do Lazer*. Porto Alegre: CELAR, [s.d.]
- _____. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- FRÓES, M. Contribuições para construção de processos sustentáveis de preservação do patrimônio, Patrimônio: *Lazer & Turismo-Revista Eletrônica*, COEAE, maio/2006. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=70&bibliografia=1&>>. Acesso em: 14 fev 2007.
- GERALDES, E. Patrimônio ambiental urbano: atualizando o conceito para um turismo urbano possível. Disponível em: <<http://www.unibero.edu.br/download/revistaturismo/Marco04/Patrim%F4nio%20ambiental%20urbano%20-%20atualizando%20o%20conceito%20para%20%85.pdf>>. Acesso em: 13 fev 2007.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. A. *Guia básico de educação patrimonial*, Brasília, Museu imperial/IPHAN, MINC, 1999.
- IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 10 jun 2007.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACEDO, C. C. In: VALLE, E.; QUEIROZ, J. (Orgs.) *A cultura do povo*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1982, p.35.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no Pedaco*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARCELLINO, N. C. O Lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* 12 (1,2,3), pp.313-317, 1992.
- _____. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____. *Lazer e Educação*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2004.

- _____. *Pedagogia da Animação*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- MOESCH, M. Turismo e lazer: conteúdos de uma única questão. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas*. Campinas: Papirus, 2003, p. 19-30.
- MOURÃO, J. O. F. *Piracicaba 2010. Realizando o Futuro*. Piracicaba-SP. Piracicaba 2010, 2001.
- MÜLLER, A. Espaços e equipamentos de lazer e recreação e as políticas públicas. In: *ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER*, 14, 2002, Santa Cruz do Sul. *Coletânea...* Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002. 1 CD-ROM.
- OLIVEIRA, P. S. Tempo livre, Trabalho e Lutas Sociais. In: *Reflexão*, vol 35, pp-7-14, 1986.
- PIRACICABA, Setur – Secretaria Municipal Turismo. 2007. Disponível em <http://www.Setur.piracicaba.sp.gov.br> – acesso em 15.07.2007
- REQUIXA, R. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- RODRIGUES, R. de O. L. A vila de São Vicente - Patrimônio cultural submerso: uma missão para a arqueologia subaquática, *Patrimônio: Lazer & Turismo-Revista Eletrônica*, COEAE, Nov/2005, Disponível em: <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=51&bibliografia=1&#bibliografia_ancora>. Acesso em 13 fev 2007.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *A natureza do espaço - espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, J. R. dos. *Piracicaba 2010 - realizando o futuro*. Agenda 21 de Piracicaba – primeira revisão -2006 a 2015. Piracicaba-SP, Piracicaba 2010, 2007.
- SEPLAN - Secretaria de Economia e Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo. *Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano*. São Paulo, 1978.
- SIMÃO, L. de M. *Os mediadores do patrimônio imaterial*. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/705/723>>. Acesso em: 10 jun 2007.

WILHEIM, J. *O substantivo e o adjetivo*. São Paulo, Perspectiva, 1976.

YÁZIGI, E. Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. Texto apresentado no *Simpósio de Geografia Urbana*, da Universidade de São Paulo, outubro de 2001. São Paulo.
<<http://www.Unimep.br/phpg/Facis/cedes/>> acesso em 10.05.2007
<<http://www.Unimep.br/phpg/Facis/gpl/>> acesso em 10.05.2007

Documentos Analisados de Campinas

Lei Orgânica do Município de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lom.htm/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Lei Complementar Nº 15 de 27 de dezembro de 2006. Plano Diretor de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/leicompl15.htm/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL) de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/cultura/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Lei Complementar Nº 15 de 27 de dezembro de 2006. DA POLÍTICA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/leicompl15.htm/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Lei Nº 12.357 de 10 de setembro de 2005. Criação Conselho Municipal de Esportes e Lazer. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12357.htm> />. Acesso em: 03 jul. 2007.

Lei Nº 12.354 de 10 de setembro de 2005. Criação o Conselho Municipal de Cultura. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12354.htm/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Lei Nº 12.356, de 10 de setembro de 2005 que trata das Diretrizes da Política de Cultura no Âmbito do Município de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12353.htm/>>. Acessado em: 03 jul. 2007.
<<http://www.campinas.sp.gov.br/campinas/campinas/origens>>. Acesso em: 03 jul. 2007.
<<http://www.campinas.sp.gov.br/infotur>>. Acesso em: 03 jul. 2007.
<<http://www.campinas.sp.gov.br/cultura>>. Acesso em: 03 jul. 2007.
<<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama>>. Acesso em: 03 jul. 2007.
<<http://www.campinas.sp.gov.br/comercio>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Lei N 12.356, de 10 de setembro de 2005 - Política Municipal de Cultura do Município de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12356.htm/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.
<<http://www.campinas.sp.gov.br/conselhos/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Centro de Memória da Unicamp. Disponível em: <<http://www.ssac.Unicamp.br/cmu/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.
<<http://www.campinas.sp.gov.br/campinas/atracoes/naturais/>>
Acesso em: 03 jul. 2007.
<<http://www.campinas.sp.gov.br/campinas/atracoes/culturais/>>
Acesso em: 03 jul. 2007.
<<http://www.campinas.sp.gov.br/campinas/atracoes/esportivas/>>.
Acesso em: 03 jul. 2007.

Documentos Analisados de Piracicaba

Lei Orgânica do Município de Piracicaba de 1º de Agosto de 1990. Revisada em 1996. Disponível em: <<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

PIRACICABA. Lei Orgânica do Município de Piracicaba. Revisada em abril de 2002. Câmara de Vereadores de Piracicaba – Estado de São Paulo.

Plano Diretor do Município de Piracicaba. Disponível em: <<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – Selam. Disponível em: <http://www.piracicaba.sp.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6&Itemid=37/>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Secretaria Municipal de Ação Cultural – SEMAC. Disponível em: <http://www.piracicaba.sp.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6&Itemid=37/>. Acesso em: 03 jul. 2007.

LEI N.º 5.449, de 2 de julho de 2004. Dispõe sobre a Política Pública Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, cria o Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividades Motoras, cria o Fundo Municipal de Apoio ao Esporte, Lazer e Atividades Motoras, revoga a Lei n.º 4.725/199 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/>>. Acessado em: 03 jul. 2007.

- Praça José Bonifácio. Disponível http://www.ipplap.com.br/docs/PA_pg_83a88.pdf
Acesso em 23.08.2007
- Mercado Municipal. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/institucional/inst117/inst117_02_06.asp
http://www.ipplap.com.br/projetos_areacentral_mercadomunic.php
Acesso em 23.08.2007
- Igreja dos Frades. Disponível em <http://eptv.globo.com/nossascidades/interna.asp?idsecao=3&idcidade=5&idconteudo=294>
Acesso em 23.08.2007
- Escola Sud Mennucci. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1897-1903/1897-Escola_Complementar_de_Piracicaba.pdf
Acesso em 23.08.2007
- Escola Moraes Barros. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1897-1903/1900-Segundo_Grupo_Escolar_de_Piracicaba.pdf
Acesso em 23.08.2007
- Faculdade de Odontologia de Piracicaba. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_Odontologia_de_Piracicaba_da_Unicamp
Acesso em 23.08.2007
- Faculdade de Engenharia. Disponível em: <http://www.eep.br/>
Acesso em 23.08.2007
- Pedreira do Bongue. Disponível em: http://www.ipplap.com.br/projetos_beirario_introducao3.php
Acesso em 23.08.2007
- Casarão da Sociedade Italiana. Disponível em: <http://www.culturapiracicaba.com.br/modules/myalbum/photo.php?lid=19&cid=1>
Acesso em 23.08.2007

Anexos:

Anexo 1: questionário

Anexo 1 Campinas: Patrimônio natural, ambiental, cultural e histórico

Anexo 2 Campinas: Bens tombados pelo Codepaac - Conselho de defesa do Patrimônio Cultural

Anexo 3 Campinas: Patrimônio Urbano de Esportes e Lazer

Anexo 4 Campinas: Eventos do Calendário Oficial

Anexo 1 Piracicaba: Patrimônio natural, cultural e histórico do município de Piracicaba

Anexo 2 Piracicaba: Eventos Importantes

Anexo 3 Piracicaba: Inventário das obras de arte, marcos civis e referenciais de memória em espaços públicas da cidade

Anexo 4 Piracicaba: Listagem completa dos Imóveis tombados ou em processo de tombamento

Anexo 5 Piracicaba: Patrimônio Urbano de Esportes e Lazer

Anexo 1: Questionário

A cidade como equipamento de lazer: as possibilidades do lazer na contribuição para preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano - os casos de Piracicaba e Campinas.

Mestrado em Educação Física

Unimep

Rede Cedes

Ministério do Esporte- Brasil

Questionário:

Prezado Conselheiro(a)

Você está recebendo um Questionário que é parte de uma pesquisa sobre O Patrimônio Ambiental Urbano da Cidade. A pesquisa é de caráter científico e seus resultados serão divulgados nos meios acadêmicos e também para a Prefeitura que, dessa forma, poderá utilizá-los no planejamento de suas atividades. Sua participação é fundamental, mas é espontânea e livre de qualquer ônus. A qualquer momento você poderá se retirar do processo de pesquisa, sem prévio aviso. Será garantido sigilo absoluto de seus dados. Inclusive, você não será identificado. Solicitamos devolver-nos o questionário, devidamente preenchido, por e-mail, o mais breve possível..

Agradecemos a sua colaboração.

Atenciosamente.

Coordenação da Pesquisa.

1) Na sua opinião o Patrimônio ambiental urbano (que inclui o natural, o artístico, o histórico, o esportivo, etc.) está ou não bem protegido pela legislação municipal? Sim () Não ()

Fale sobre isso: _____

2) Vem sendo ou não bem protegido por políticas públicas?

Sim () Não ()

Fale sobre isso:

3) Vem sendo ou não bem revitalizado?

Sim () Não ()

Fale sobre isso:

4) Dispõe ou não de políticas de animação sociocultural?

Sim () Não ()

Fale sobre isso:

5) Fique à vontade para falar sobre esse assunto, na cidade:

Anexo 1 – Campinas

Patrimônio Natural, Ambiental, Cultural e Histórico

Bosque Augusto Ruschi está disponível à população no período das 6 às 19 horas, diariamente. É também uma área cercada, na qual encontram-se vários equipamentos de lazer como *playgrounds*, minizoológico, pista de circulação de pedestres, equipamentos para ginástica e área para piquenique, que convivem com uma paisagem natural composta de ipês roxos, jequitibás, acácias e sibipirunas, com parque de queda d'água natural, lago com patos entre suas atrações para o lazer da população.

Bosque Chico Mendes, pelo próprio nome reverencia o líder dos seringueiros da Amazônia assassinado no Acre e foi inaugurado em 1995. Disponível à população no período das 7 às 18 horas, oferece como equipamentos de lazer quadra poliesportiva, um minicampo, equipamentos de ginástica, *playground*, passarela de cimento em toda a extensão da área e bancos públicos. O projeto paisagístico englobou, junto com a proteção da mata nativa, a colocação de grama, canteiros de flores e plantas ornamentais, além do plantio de 3.000 mudas de diversas espécies de árvores como Jequitibás, Caviúnas e Jatobás, foram acrescentadas ao local.

Bosque dos Alemães ou da Praça João Lech Jr, era um resquício de mata do complexo do planalto central que, tendo sido doado à Prefeitura de Campinas em 1928, passou a integrar o Jardim Guanabara. Nos primeiros tempos era um espaço aberto à população, contudo tornou-se alvo de acúmulo de detritos urbanos que danificavam a vegetação, que somado a derrubada de algumas árvores, constituiu-se em espaço de difícil preservação. Após a década de 1970, a área em projeto de reurbanização foi cercado por alambrados e controlada por quatro portões de acesso e fica disponível para a população no período das 7 às 18 horas. O espaço, a partir desse projeto, altera sua característica de espaço aberto, para um projeto que busca integrar qualidade de preservação da mata nativa, instalação de equipamentos de lazer adequados ao ambiente, bem como todo o seu conjunto busca a harmonia com a flora original da região.

Bosque dos Artistas é um espaço menor em relação aos anteriores e está relacionado à perspectiva de artistas que, ao passarem pela cidade, eram convidados a plantar uma árvore e deixar suas mãos impressas em placas de cimento. É espaço disponível à população no período das 7 às 18 horas.

Bosque dos Cambarás, foi estruturado a partir de um fragmento de mata nativa remanescente em terreno com características arenosas. Para complementar a vegetação natural, foram plantadas 10 mil mudas de árvores nativas e exóticas, muitas delas típicas de cerrados, como o próprio Cambará, que deu nome ao bosque. O espaço possui parque infantil, quadras poliesportivas, campos de futebol e pista de *cooper*; contribui para o lazer da população no período das 7 às 18 horas.

Bosque dos Guarantãs, aberto à população no período das 7 às 18 horas, tem uma ampla mata nativa, um lago com queda d'água e equipamentos de lazer como quadras poliesportivas, campo de futebol e pista de cooper. Área destinada a piquenique, com churrasqueiras e *playground*, além de toda a infra-estrutura necessária, como sanitários e segurança.

Bosque dos Italianos, como é popularmente conhecido, surgiu dos planos de loteamento do Jardim Chapadão, aprovados pela municipalidade em 1927, sendo que a doação deste terreno à municipalidade só ocorreu em 1960, denominando-se na ocasião de “Parque 1” do loteamento Jardim Chapadão. Durante muitos anos, esta área coberta de densa vegetação arbórea, arbustiva e forrageira prestou-se a abrigar o “Recanto Infantil n.1” que, por dificuldades diversas, foi fechado para reformas em 1972 e extinto em 1977. A este bosque foi dado tratamento de reurbanização semelhante ao que ocorreu com o “Bosque dos Alemães”, a criação de um novo espaço de lazer com a preservação e manutenção integral da mata nativa. O espaço, além dos equipamentos de recreação, recebeu uma biblioteca e um conjunto de ações que se voltaram à preservação e manutenção da mata, entre elas a construção de novo sistema de drenagem e o tratamento paisagístico. O espaço aberto à população das 6 às 18 horas constitui-se em mais uma reserva de mata nativa no coração da cidade de Campinas.

Bosque dos Jequitibás é uma das maiores e mais antigas áreas de lazer da cidade de Campinas, visitada anualmente por aproximadamente 1 milhão de pessoas. Adquirido pelo poder público municipal em 1915, era na ocasião propriedade privada destinada a banhos e passeios. Atualmente, com dois alqueires de reserva florestal e mais de 400 espécies cadastradas, o Bosque oferece fontes e bicas de água potável, um zoológico com 600 espécies de aves, répteis e mamíferos diversos, uma pista de corrida, trenzinho, quiosques, lanchonetes e *playground*, a Casa do Caboclo, o Museu de História Natural, o Aquário Municipal e o Teatro Carlos Maia. Em sua trajetória centenária de espaço de lazer, o Bosque dos Jequitibás mereceu do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,

Arquitetônico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) em 1970, o tombamento de seu zoológico; do Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas) em 1993, o tombamento de todo o conjunto e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) em 1995, o reconhecimento de seu zoológico.

Bosque São José, chamado de Praça Francisco Vivaldi, urbanizado desde 1972, possui mata nativa e área de recreação para adultos e crianças, além de toda infra-estrutura necessária, estando disponível no período das 6 às 18 horas.

Bosque Valença, conhecido também como Centro de Lazer Ferdinando Tilli, está aberto à população diariamente das 6 às 18 horas. Destinado ao lazer, oferece contato com a natureza pela vegetação, lagos e opções de esporte. A área é cercada e conta com *playground*, pista de circulação de pedestres, equipamentos para ginástica, 2 quadras de basquete, 2 minicampos de futebol, um campo de futebol com arquibancada e sanitários.

Bosque Yitzahk Rabin, possui uma pista para caminhadas em torno de uma mata natural, contribuindo para o desenvolvimento de lazer e práticas esportivas em ambiente agradável. Possui lago com queda d'água, *playground*, pista de corrida, quadras esportivas, mesas de dama e xadrez, minicampo de futebol e sanitários.

Lago do Café é remanescente da antiga sesmaria do Sr. Francisco Barreto Leme, fundador oficial da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso em 1774, origem da cidade de Campinas. Esta área foi produtora e fornecedora de milho, feijão, cana-de-açúcar e aguardente aos tropeiros que seguiam pela Estrada dos Goias rumo as minas de ouro de Goiás e de Mato Grosso. No final do século XVIII, estas terras se voltariam para a produção de açúcar e, em meados do século XIX, para a produção de café, integrando-se a então Fazenda Taquaral a um processo produtivo que em pouco tempo transformaria toda a história do Estado de São Paulo. Já na década de 1940, a crise cafeeira levaria a incorporação de parte da Fazenda Taquaral ao poder da União, e mais particularmente, ao Instituto Brasileiro do Café (IBC), permanecendo estas terras por cerca de 50 anos com a função de pesquisas agrícolas. No início da década de 1990, enfim, a extinção do IBC permitiu um novo repasse: agora na forma de doação (inicialmente em regime de comodato e posteriormente em caráter definitivo) para o Poder Público Municipal, sendo constituído em 1992 o Lago do Café como um dos mais recentes

espaços de lazer da cidade. Na atualidade, o Lago do Café, área com 330.000 m², abriga importantes instituições culturais como o Museu do Café, o Arquivo Público Municipal e o Espaço Permanente de Artesanato.

Parque Ecológico Bosque Hermógenes de Freitas Lei, inaugurado em 1996, possui uma lagoa, vegetação nativa e exótica, e fauna diversificada ao lado de equipamentos de lazer, como pista para corridas e caminhadas, bancos para descanso, quiosques com churrasqueiras, mesas e cadeiras, *playground*, equipamentos para ginástica e diariamente, está aberto à população no período das 6 às 19 horas.

Parque Ecológico Monsenhor Emilio José Salim, nasceu de um Decreto do Governo Estadual de 1987, com o propósito de preservar e recuperar valores arquitetônicos e paisagísticos da região. Foi originalmente uma fazenda, posteriormente incorporada à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, como Estação Experimental do Instituto Biológico (a partir de 1937), e mais recentemente, à Secretaria do Estado do Meio Ambiente. Em termos de patrimônio ambiental, significa a recuperação e repovoamento vegetal de uma área de 2.850.000 m² - com 1.100.000 m² aberta ao público - com espécies da flora brasileira, espécies nativas da região da bacia do rio Piracicaba e algumas espécies exóticas, em especial as palmeiras. O Parque Ecológico abriga também exemplares tombados e restaurados da arquitetura campineira do século XIX, entre eles, o Casarão, a tulha e a capela da antiga Fazenda Mato Dentro, espaços que integram um Museu Histórico Ambiental e o desenvolvimento de diversos programas de educação ambiental. A instalação de equipamentos de lazer também é parte dos projetos da cidade que unem áreas naturais e quadras poliesportivas num total de sete (equipadas com vestiários), campos de futebol soçaite, quadra de bocha e malha, trilhas para caminhadas, pista de *cooper*, *playground*, áreas para piquenique, anfiteatro e dois estacionamentos com capacidade para 1.000 carros.

Parque Linear Ribeirão das Cabras, corresponde ao trecho que liga o centro do distrito de Sousas à Estação Ambiental do distrito de Joaquim Egídio. Foi o caminho do bonde da extinta Cia. Ramal Férreo Campineiro, criada em 1894 para ligar o centro de Campinas à Fazenda das Cabras, atendendo na época as necessidades de transporte dos produtos agrícolas das fazendas da região. Hoje consolidada pela população local como área de caminhadas e passeios, o Parque insere-se nos estudos do plano gestor da Área de Proteção Ambiental Municipal para recuperação da mata ciliar do Ribeirão das Cabras, que se prolonga dentro do contexto paisagístico.

Lagoa do Taquaral, constitui-se num dos mais importantes espaços de lazer da cidade de Campinas. Integrada no passado à histórica Fazenda Taquaral, os 33 alqueires que compõem esta área foram transformados em Parque no ano de 1972, após aquisição pela Prefeitura Municipal das terras da família Alves de Lima. Destinada ao lazer, a “Lagoa do Taquaral” reúne uma grande variedade de espaços recreativos e culturais, a começar pela Lagoa Isaura Telles Alves de Lima (com pesca permitida nos finais de semana e feriados) que oferece o uso de pedalinhos, visita a uma réplica exata da Caravela Anunciação (nau que trouxe Pedro Álvares Cabral às terras Brasileiras) e espetáculo de “águas dançantes” de uma fonte sonora (nos finais de semana). Já na extensa área verde que rodeia a lagoa principal, encontram-se bosques destinados a piquenique; viveiros de pássaros; área com aparelhos de ginástica; dois *playgrounds*, lanchonete, sanitários e um percurso de 3 quilômetros de bondinhos (os mesmos que serviram Campinas até 1968). Entre os equipamentos culturais, o Parque Portugal/ Lagoa do Taquaral oferece a Concha Acústica - Auditório Beethoven (com capacidade para 2.000 pessoas); o Museu Dinâmico de Ciência; o Planetário; o relógio solar; o Centro de Vivência dos Idosos (no antigo Ginásio de Bocha) e a “Esplanada das Bandeiras” (praça destinada a eventos cívicos e culturais). Entre os equipamentos esportivos, encontram-se o Ginásio de Esportes “Alberto Jordano Ribeiro” (com quadra de vôlei e basquete); o Balneário Municipal (com 3 três piscinas abertas ao público), uma pista de *cooper* com extensão de 2.800 metros; o cartódromo “Afrânio Ferreira Jr.” (com pista de 800 metros e curvas sinuosas que atende exigências da Federação Paulista de Automobilismo); uma pista de aeromodelismo; uma ciclovia de aproximadamente 5 quilômetros; uma pista de patinação (também usada para aulas gratuitas de aeróbica) e 16 quadras poliesportivas.

Pedreira do Chapadão ou “Praça Ulisses Guimarães”, tem cerca de 130 mil metros quadrados. Além de uma praça central para shows, há outras atrações, como espelho d’água com cascata, canteiros e plantas, pista de *cooper* e ciclismo. Em 16 de dezembro de 1994, foi inaugurado o Memorial Ulisses Guimarães. A escultura é composta por cerca de 2.000 chapas de aço recortadas e soldadas, formando o conjunto que pesa 2,5 toneladas, com 13 metros de altura. Faz parte do conjunto, uma frase de Ulisses Guimarães, marcada no chão e na parede de pedra. “Nós não viemos aqui para ter medo”. A obra é do escultor Fábio Penteado.

Solar do Visconde de Indaiatuba, situado na esquina das ruas Barão de Jaguará e General Osório foi construído em 1846, sob responsabilidade do mestre carpinteiro Serafim Gomes Moreira, para ser residência de Dona Tereza Miquelina do Amaral Pompeu, irmã de Joaquim Bonifácio do Amaral, futuro Visconde de Indaiatuba, que após casar-se com sua sobrinha, filha de Tereza Miquelina residiu naquele casarão até 1884. Além de ter sido residência de um dos homens mais prósperos e influentes de Campinas, o casarão torna-se sede do Clube Campineiro a partir de 1891. Em 1901, em suas dependências foi fundado o Centro de Ciências, Letras e Artes. Em 1926 passou a sediar o Clube Semanal de Cultura Artística que ali permaneceu até 1959. Construído com taipa de pilão o edifício passa por várias descaracterizações através dos anos, porque o piso superior teve diversos usos. Essa marcante edificação foi tombada pelo Condepacc em 1988. Em fevereiro de 1994 sua estrutura interna foi destruída por um incêndio.

Solar do Barão de Itapura, foi propriedade de Joaquim Policarpo Aranha, um dos cafeicultores mais prósperos do final do Império, dono das fazendas Chapadão, Dois Córregos, Bom Retiro e Atibaia; o luxuoso edifício foi concluído em 1883. Ivolette de Souza Aranha, única filha do Barão de Itapura, doou o prédio à Diocese de Campinas em 1952 que ali instalou a Universidade Católica de Campinas em 1955. Obra do engenheiro Luis Pucci, o palacete sofreu modificações na obra original, com o fechamento e cobertura de dois terraços laterais no andar superior, além de reparos e adaptações para abrigar funções educacionais. Este patrimônio foi tombado pelo Condepacc em 1983 e pelo Condepacc em 1988. Atualmente funcionam neste edifício as Faculdades de Direito e Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Palácio dos Azulejos, residência de Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de Itatiba, foi construído em taipa de pilão e tijolos, sendo sua fachada revestida com azulejos portugueses, em estilo neoclássico inovando o panorama da cidade. Sua construção em 1878 contou também com materiais importados como: mármore, tintas, lustres, e metais. O prédio doado pela família do Barão, em 1908, passa a abrigar a Prefeitura Municipal de Campinas e o Fórum da cidade até 1968. Em seguida passa para ao ser controlado pela Sanasa. Em 1967, o prédio obtém o reconhecimento federal, estadual e municipal, sendo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e também pelos: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo (Condepacc) e Conselho de Defesa do Patrimônio

Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc). Na década de 90, instala-se no edifício a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural, o Arquivo Histórico e o Museu da Imagem e do Som. Atualmente, o Palácio dos Azulejos está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em processo de restauro. O edifício abriga o MIS - Museu da Imagem e do Som.

Catedral Metropolitana, teve o início de sua construção em 1807, estendendo-se por mais de setenta anos até sua inauguração em 1883. O grande porte da construção já sugeria as pretensões de crescimento da Vila de São Carlos (1797/1842), sendo instauradas as fundações em um terreno mais distante do Largo da Matriz Velha (atual área da Basílica do Carmo) para onde se projetava o crescimento da Vila, no início do século XIX. Ao longo dos 76 anos de construção, a nova Matriz receberia ornamentações em cedro vermelho (disponíveis em terrenos próximos) trabalhado em estilo barroco brasileiro pelo artista baiano Vitoriano dos Anjos (entre outros). Com estruturas feitas de taipa (técnica construtiva em barro, de tradição centenária em São Paulo), a Igreja, no entanto, apresentaria problemas para a conclusão da fachada, só tornando-se possível o acabamento com a intervenção do engenheiro Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo que, a partir do projeto do arquiteto Cristóvan Bonini, edificaria nova estrutura de tijolos, capaz de sustentar os “apliques” decorativos. Seguindo o projeto de Bonini, foram criados três planos decorativos em estilo clássico. O primeiro se compunha de colunas de inspiração jônica e uma parte central saliente coroada por um frontão triangular e uma série de quadros em relevo com a gravação das principais datas históricas do templo. O segundo plano seria composto por duas janelas em arcada, de inspiração coríntia e um grande relógio. O terceiro plano seria assentado em uma base quadrada com uma pirâmide de coroamento, esfera e cruz de ferro. Por fim, em 1923 a Catedral passou por novas reformas que criaram, entre outras intervenções, uma cúpula de cimento capaz de sustentar uma imagem da Virgem Maria, em lugar de um pequeno zimbório de vidros coloridos. No interior do edifício encontramos ainda, uma movelaria antiga composta de peças trabalhadas em madeiras, cadeiras austríacas, trono episcopal, crucifixo, lustres, candelabros de prata, órgão (de 100 anos), sacristia, relógio de parede e 4 sinos (em torre com mais de 100 anos). Também encontramos em seu interior o Museu de Arte Sacra da Irmandade do Santíssimo Sacramento, museu criado por Dom Paulo de Tarso Campos em 1967, e composto de 576 peças entre pinturas, esculturas, medalhas e móveis dos séculos XVIII a XX. Faz parte do acervo uma biblioteca com obras raras,

partituras musicais, coleções de jornais antigos e cartas pastorais dos bispos campineiros e paulistas a partir de peças recolhidas na arquidiocese e doadas da coleção de Dom Paulo de Tarso. A chamada “Matriz Nova”, atual Catedral Metropolitana, foi tombada pelo Condephaat em 1981 e pelo Condepacc em 1988.

Capela Nossa Senhora da Boa Morte, foi construída em 1875 às expensas do Barão de Monte Mor; a capela teve como objetivo prestar auxílio religioso aos doentes da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Com o estilo típico do Brasil da época, misturando a arquitetura tradicional popular do império com estilo neoclássico vindo da Europa o altar mor, as duas pias de água benta e o piso do presbitério são em mármore de Carrara. As grades que cercam o altar principal foram construídas pela fundação Irmãos Bierrenbach. A nave é abobadada, com galerias sustentadas sobre colunas. O frontispício da Igreja é adornado por três artísticas estátuas de mármore simbolizando a fé, a esperança e a caridade. A capela que se encontra dentro das dependências da Santa Casa de Misericórdia foi tombada pelo Condephaat em 1972 e pelo Condepacc em 1988. A entrada do público é permitida nos horários de missa: diariamente as 7h15 min, sábados às 15 horas e domingos às 9 horas.

Solar do Barão de Ataliba Nogueira, é um prédio em estilo neo renascentista italiano, projeto atribuído ao Engenheiro Francisco Ramos de Azevedo, construído em 1894 para abrigar a família do Barão de Ataliba Nogueira. Após perder sua função residencial, o prédio passa por modificações na primeira metade do século XX, para abrigar o Hotel Victória. Correndo o risco de ser demolido, o edifício foi tombado pelo Condepacc em 1990. No ano seguinte, após nova reforma, instalou-se ali o Centro Cultural Victória, marcando importante fase na cultura campineira. Hoje o espaço abriga o Centro Cultural Evolução.

Complexo Ferroviário de Campinas, é outro patrimônio importante. A instalação de diferentes companhias férreas em Campinas, a partir de 1868, trouxe para a cidade uma outra dinâmica e sentido históricos. Através das Companhias Paulista (1868), Mogiana (1872), Ramal Férreo (1889), Funilense (1890) e Sorocabana (1921), Campinas consolidou o papel já centenário de “entroncamento” viário, transformando a cidade em um novo espaço de comércio, produção e serviços no interior da Província e, depois, do Estado de São Paulo. A região da chamada “Estação da Paulista” (criada entre as décadas de 1870 e 1920) centralizava um conjunto diversificado de serviços e instituições (hospitais, escolares, fabris, comerciais e de serviços) que, no curso de um século, prestou-se

a atender uma ampla população regional que utilizava o trem como seu principal meio de transporte. No início da década de 1970, as antigas estradas de ferro paulistas foram incorporadas à Fepasa e, no curso da década de 1980, a malha ferroviária começou a ser concessionada. No caso de Campinas, a Fepasa manteve o transporte de passageiros até o ano de 2000, vivendo-se desde então um processo de reestruturação e desativação de serviços que colocou em risco a própria sobrevivência do conjunto histórico e arquitetônico do complexo. No período de transição, ganhou forma um movimento mais sistemático pela preservação do patrimônio histórico da cidade, o qual contribuiu de maneira decisiva para a criação do Condepacc e, em 1990, para o tombamento pelo mesmo conselho de grande parte do Complexo Ferroviário.

Lidgerwood Manufacturing Company Limited; esta firma instalou-se primeiramente em Nova York (EUA) em 1801, em Coatbridge (Escócia) em 1860, em Java em 1868. No Brasil o encarregado de negócios foi seu fundador William Van Vleck Lidgerwood, que instalou um armazém de importação à Rua da Misericórdia, nº 52, Rio de Janeiro, em 1862. Em 1868, William Lidgerwood abriu um depósito de instrumentos agrícolas em Campinas, aproveitando o “boom” comercial, pois as grandes lavouras de café do oeste paulista estavam em pleno desenvolvimento e era certo as companhias férreas passarem por Campinas, nos próximos anos. O edifício do largo da estação, adquirido em 1884 serviu de instalação para a fábrica de fundição de ferro e bronze e depósito de oficinas para construções mecânicas. A construção seguiu o estilo neo-gótico vitoriano, com tijolos aparentes, usando ferro fundido nas esquadrias das janelas, nas bandeiras das portas e janelas do corpo principal e nas grades do porão. Logo após 1890, a Lidgerwood se instalou em São Paulo, mantendo, no entanto, a filial em Campinas até 1922 quando o edifício foi vendido para a firma Pedro Anderson & Cia. e em 1928, para a Cia Paulista de Estradas de Ferro. Com o passar do tempo o prédio acabou servindo de depósito, caindo em esquecimento e desuso. O edifício foi restaurado e tombado pelo Condepacc em 1990, passando a sediar o Museu da Cidade.

Largo São Benedito, localizado entre as ruas Cônego Cipião, Duque de Caxias, Irmã Serafina e Boaventura do Amaral, na região do centro tradicional da cidade, é testemunho das inúmeras transformações históricas, sociais e culturais pelas quais Campinas passou ao longo do tempo. Entre 1753 e 1774, o atual Largo São Benedito abrigou o Cemitério Bento do bairro rural do Mato Grosso. Nesse período, nos primórdios da formação de Campinas, este era apenas um povoado,

marcado pela agricultura de subsistência. Era uma das inúmeras unidades auto-suficientes, dotadas de sociabilidade própria, que se achavam disseminadas pelo “sertão” paulista, sendo formado por moradias rurais - ranchos, sítios, fazendas - interligadas por caminhos, picadas e picadões. A partir de 1774 (momento em que o bairro rural é elevado à condição de Freguesia), Campinas ganha uma nova dinâmica econômica, marcada pela passagem da agricultura de subsistência ao latifúndio monocultor e agro-exportador. Na esteira dessas transformações, o antigo cemitério foi renomeado como “Cemitério dos Cativos”, passando a receber escravos das fazendas, primeiro de açúcar e depois de café, até 1848. A partir de 1848 passa a se chamar “Campo da Alegria” e a abrigar a força, então transferida do Largo Santa Cruz. O Largo São Benedito transforma-se em logradouro público no ano de 1913, quando é ajardinado e arborizado. Contando com 17.040 metros quadrados, o Largo São Benedito era conhecido popularmente como “Jardim São Benedito”, muito embora sua denominação oficial fosse, até 1982, “Praça D. Pedro II”. Em 1982 a Câmara Municipal altera sua denominação para Praça Prof. Sílvia Simões Magro.

Mata da Fazenda Santa Eliza, é uma reserva florestal que abriga o centro de experiências do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Possui no seu interior um nicho de rara beleza, que fornece informações fundamentais para a recuperação das áreas devastadas pela monocultura e outros fatores destrutivos da agricultura moderna. A mata é composta por aproximadamente uma centena de espécies de árvores, onde destacam-se os jequitibás branco e vermelho (alguns com mais de 100 anos), as perobas, as canelas, os guaritás, os jacacatiás e as cássias, entre outras. Existem também dezenas de espécies de aves e de mamíferos, além de diversas nascentes d'água que formam um riacho que corta a mata em toda a sua extensão. A área foi tombada pelo Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas) em 1.991.

Casa Grande e o Engenho Tulha, foi construído no auge do momento açucareiro, entre 1790 e 1795, sendo possível que a Casa Grande seja uma construção remanescente de 1830, período em que se iniciava a montagem da estrutura cafeeira local. Considerada a mais antiga fazenda de café na cidade, a grande propriedade foi herdada por Maria Felicíssima Miquelina de Abreu, do padre e seu padrinho de batismo, Manoel José Fernandes Pinto. Supõe-se que o construtor da Casa Grande tenha sido seu marido Joaquim José Soares de Carvalho. Através dos anos a propriedade foi sendo dividida entre seus herdeiros. Arlindo Joaquim de

Lemos herdou parte da fazenda que passou a se chamar Chácara Paraíso e posteriormente adquiriu a parte denominada Chácara Proença. Em 1941, a Chácara Proença foi novamente dividida, cabendo por sorteio a antiga sede da fazenda a Arlindo de Lemos Jr., que a vendeu à família Hossri. Em 1978, o arquiteto Antonio da Costa Santos adquiriu o lote de 2.688,75 m², com a Casa Grande e Tulha, situação a que foi reduzida a antiga fazenda. O imóvel foi tombado em 1990 pelo Condepacc a pedido de seu proprietário, o arquiteto Antonio da Costa Santos. Em seus estudos de doutorado na FAU-USP, o arquiteto tomou esta propriedade como objeto de pesquisa e a partir dele produziu um dos mais importantes estudos sobre a evolução urbana do município.. Antonio da Costa Santos viveu com sua família no local até tornar-se prefeito da cidade de Campinas em 2001.

Mata Santa Genebra, é uma reserva florestal doada à cidade de Campinas e é um resquício de Mata Atlântica composto por 660 espécies vegetais e 885 espécies animais, numa área de 251 hectares. Administrada pela fundação José Pedro de Oliveira, a Reserva Florestal de Santa Genebra foi declarada ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico pelo Governo Federal em 1985, tendo sido tombada em 1983 pelo Condepatt (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) e pelo Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas) em 1992. O acesso é restrito a pesquisadores e à educação ambiental monitorada. A Fundação desenvolve projetos visando a preservação da área e envolve a comunidade através da educação ambiental voltada para alunos das escolas da rede pública e privada, bem como instituições e entidades.

As visitas monitoradas acontecem no último sábado de cada mês às 9 horas e às 10h30min. A entrada é franca e é obrigatório o uso de calça comprida e calçado fechado.

Colégio Culto à Ciência, inaugurado em 12 de outubro de 1874 foi constituído através de uma associação civil sem fins lucrativos. Inicialmente a escola possuía um único bloco em dois pavimentos, com 4 salas de aula, ambientes administrativos, sanitários e biblioteca, sendo ampliada a partir de 1895 após a dissolução da associação que a mantinha, transformando-se em Ginásio de Campinas. Sua inauguração oficial ocorreu em julho de 1897, tendo sido o primeiro instituto oficial de ensino secundário de Campinas e o segundo do Estado. Vários blocos foram sendo construídos em épocas distintas, para atender às necessidades da escola. Atualmente a edificação possui 5.800,00 m² de área construída. O edifício desta

importante e histórica escola foi tombado pelo Condephaat em 1988 e pelo Condepacc em 1992.

Fazenda Jambeiro, integra a história rural de Campinas, fazendo parte de uma sesmaria adquirida pelo ituano tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral. Esta sesmaria, conhecida como latifúndio “Sete Quedas”, recebeu novas terras em 1803, 1807 e 1816, nela se instalando lavouras de cana e engenhos de produção de açúcar. A vastidão deste latifúndio permitiu, nas décadas seguintes, a divisão em várias fazendas, entre elas: a Sete Quedas, Cachoeira, Pedra Branca e Jambeiro, todas de descendência da família Amaral. A primeira proprietária, no sentido da abertura e formação do Sítio Jambeiro (depois Fazenda Jambeiro), foi Thereza Miquelina do Amaral Pompeu de Camargo, produtora agrícola de cana e de café que tinha suas atividades centralizadas na Fazenda Cachoeira. A Jambeiro, neste caso, integrou um conjunto mais amplo de fazendas, constituindo-se um marco na história do café na região de Campinas do século XIX. A sua última venda se daria em 1947 para Maria de Lourdes da Silva Prado, ocasião em que seriam acrescentados jardins com gradis de cimento e uma capela, além de alterações na varanda central, com a retirada da escadaria central. Em 1976, com o falecimento da proprietária, a fazenda seria passada por herança aos seus descendentes que, em 1979, a transformariam em loteamento, seguindo-se um percurso de depredações que levariam a sede à ruína. A Fazenda Jambeiro, na atualidade, será transformada em um espaço de estudo, buscando-se conhecer através de sua trajetória, um pouco mais das relações sociais, econômicas e culturais construídas na fronteira do mundo rural e urbano de Campinas. No aspecto ambiental, será buscada também a preservação de uma nascente que abastece o córrego Serra D'Água, um afluente do rio Capivari.

Fábrica de Tecidos Elásticos de Godoy e Valbert, destinada a fabricar artigos de tecidos, mais precisamente de elásticos para botinas e sapatos, a fábrica funcionou até 1988 quando foi desativada e vendida. No local surgiu a Igreja do Nazareno que restaurou o antigo prédio preservando algumas de suas características arquitetônicas. A fachada está preservada, porém acrescida de vitrais, mantendo as tesouras de suporte do teto e o arco, típico das construções fabris alemãs. O prédio foi tombado pelo Condepacc em 1993.

Creche Bento Quirino, foi inaugurada em 1916, sendo a mais antiga entidade assistencial de Campinas. Foi construída em terreno doado pela Câmara, ao lado da Igreja São Benedito, na área que fazia parte do antigo Cemitério dos Cativos (escravos). Através dos anos, a creche

passou por amplas reformas com o objetivo principal de atender maior número de crianças carentes. Eclético em sua arquitetura, o prédio possui características *art-nouveau* em sua ornamentação de ferro, nas curvas do portão, no revestimento da fachada, assim como nos elementos florais decorativos e janelas tripartides. A creche foi tombada em 1994 e atualmente atende, em média, 250 crianças carentes, de 2 a 11 anos, com extensa lista de espera.

E.E.P.G Francisco Glicério, como se chama atualmente, foi o primeiro Grupo Escolar de Campinas, inaugurado em 1897 e, posteriormente, passou a chamar-se Grupo Escolar “Francisco Glicério”, em 1917, homenagem ao político campineiro republicano morto no Rio de Janeiro em 1916, passando a funcionar como ginásio somente em 1971, função que mantém até hoje. No local havia um jardim fronteiro, denominado Largo Riachuelo, isolando-se da via pública. Com o alargamento da avenida Moraes Salles, no início da década de 50, a praça foi demolida. Segundo alguns documentos, o 1º Grupo Escolar foi construído por Ramos de Azevedo e apesar de ter passado por uma série de ampliações, para aumentar o número de salas de aula, conserva as mesmas características da época da construção. O prédio caracteriza-se por uma arquitetura eclética, apresentando características neo-renascentistas, com forte predominância neo-gótica demonstrada em suas ogivas, frontão, elementos decorativos, trabalhos em ferro, pináculos, etc. O prédio foi totalmente restaurado em 1994 e tombado pelo Condepacc no mesmo ano.

Observatório Municipal de Campinas Jean Nicolini, equipamento da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, foi inaugurado em 15 de janeiro de 1977, sendo o primeiro no gênero a ser implantado no País. Além das atividades de pesquisa e observacional inerentes a um observatório astronômico, desenvolve ações voltadas para o processo de divulgação com o público em geral e educativa, atendendo estudantes de todos os níveis. No ano de 2002, o Observatório completou 25 anos e, em agosto, foi contemplado pelo Centro Temático de Campinas (CTC) com o Carimbo Comemorativo ao Jubileu de Prata, na Presidência do Senhor José Marques Barbosa e também com um jogo de quatro cartões para colecionadores com a imagem do Observatório, desenvolvido pelo engenheiro Nelson Bardini, inventor do tipo de cartão telefônico existente no Brasil. O carimbo foi lançado pelos Correios e Telégrafos e hoje se encontra no Museu Postal em Brasília. Em 1992, ao seu nome foi acrescentado Jean Nicolini (1922-1991), em memória ao grande entusiasta

da divulgação da ciência astronômica no Brasil e fundador da sociedade civil Observatório do Capricórnio, entidade parceira que utiliza o espaço físico do Observatório Municipal para atuação conjunta.

Vila Manoel Freire e Manoel Dias, conhecida como Vila Industrial surgiu como um bairro proletário no final do século XIX, diretamente associado à instalação das Companhias de Estrada de Ferro Paulista (1872) e Mogiana (1874). Localizada em uma área ocupada originalmente por um conjunto de cemitérios ao lado dos trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, a vila marcou o surgimento do primeiro bairro de trabalhadores da cidade. Nas origens desta ocupação, instalaram-se prédios da imigração (entre as atuais ruas Sales de Oliveira e Pereira Lima) - prédios que seriam utilizados pela companhia Mac Hardy e posteriormente pela Companhia Mogiana-; além da construção de vários conjuntos de casas para os funcionários da “Paulista” (de propriedade desta Companhia). No final do século XIX, a região passou também a receber outras instituições como o Matadouro Municipal, a Companhia Curtidora Campineira de Calçados (1890), o Curtume Campineiro, o Lazareto dos Morféticos, o Lazareto dos Varilosos e a Indústria Fabril, de propriedade de Antonio Correa de Lemos, e no início do século XX, o Curtume Cantusio (1911), o túnel de ligação entre a Vila Industrial e o centro (1915), além da transformação de vários edifícios em oficinas da Companhia Mogiana. Datam das duas primeiras décadas do século, ainda, a construção (pela iniciativa privada) das travessas Manoel Dias (1908) e Travessa Manoel Freire (1918) para venda aos ferroviários da Companhia Mogiana. Sediadas nas proximidades dos trilhos de trem, estas inúmeras instituições e moradias de trabalhadores acabaram por modificar uma paisagem originalmente caracterizada por habitações esparsas e caminhos rurais, instaurando-se, pouco a pouco, uma dinâmica muito específica de desenvolvimento. De maneira particular, o Matadouro e o Curtume (e não apenas as Companhias Paulista e Mogiana) foram capazes de transformar esta paisagem ao impor uma nova dinâmica ao antigo caminho de boiadas (na atual Salles de Oliveira). No curso da primeira metade do século XX, enfim, surgiram outras fábricas e empresas, como as Fábricas de Seda, além de conjuntos de casas de trabalhadores associados aos breves surtos de industrialização vividos pela cidade, como a Vila Tofanello (antigo Furasóio), a Vila Stanislau, a Vila Getúlio Vargas, ou ainda, a Vila Genny. Sempre caracterizada como um bairro de trabalhadores, a vila Industrial - no passado conhecida como “bucheiro” (pela sua proximidade do curtume) - desenvolveu também uma forte identidade cultural e viu nascer equipamentos específicos de lazer e cultura, como o Grêmio Recreativo

Campinas, os blocos carnavalescos “do boi”, “do jacaré”, “do azul e branco” ou as tradições do “corso”, sedimentando-se, pouco a pouco, tradições musicais, artísticas e culturais próprias. Em sua trajetória urbanística, o bairro evoluiu no sentido leste-oeste e seguiu o mesmo traçado urbano (em forma de tabuleiro de xadrez) já utilizado na cidade de Campinas desde sua origem. A Vila Manoel Freire será reconstruída para moradias populares através de um projeto da Caixa Econômica Federal.

Jóquei Clube Campineiro, é mencionado na obra “Campinas recordações” do historiador Amaral Lapa que, por volta de 1870, no local onde hoje está localizada a Delegacia de Polícia, na Avenida Andrade Neves, existia uma raia, onde realizavam-se corridas de cavalos muito disputadas. Anos depois, foi fundado um hipódromo denominado Sociedade Campineira Clube de Corridas, com sede urbana no antigo solar do Visconde de Indaiatuba e sede esportiva, no prado Bonfim. Dificuldades financeiras levaram seus dirigentes, em 1891, a separarem a sede urbana da sede esportiva. Surgiram assim, dois novos clubes: o Jóquei Clube de Campinas (ou Clube de Corridas) e o Clube Campineiro, que permaneceu no antigo solar do Visconde de Indaiatuba. Em 1925 inauguraram a sede da Praça Antonio Pompeu. O prédio, com fachadas e decoração interior inspirados nos palacetes franceses do final do século XVIII, da zona urbana parisiense, segue uma linha muito em voga nos anos 20, utilizada na capital paulista para pequenos edifícios. No andar térreo, o destaque fica por conta do elevador todo em ferro e dourado, funcionando desde a época em que o edifício foi inaugurado. Recebeu através dos anos muita gente em suas badaladas programações: recitais de piano, violino e canto, declamações e grandes festas carnavalescas, no melhor estilo da época. Em 1958, envolvida novamente em grandes problemas econômicos, a sociedade do Clube Campineiro une-se outra vez ao Jóquei Clube de Campinas, formando nova sociedade com a denominação de Joquei Clube Campineiro. O edifício foi tombado pelo Condepacc em 1994.

Mercado Municipal, localizado na Praça Carlos Botelho, na região central de Campinas e mais conhecido como “Mercadão”, foi inaugurado em 12 de abril de 1908 pelo prefeito Orosimbo Maia. Pelo local passava na época a antiga Estrada de Ferro Funilense, transportando sacas de açúcar mascavo, fardos de arroz e feijão, entre outros produtos. A área funcionava também, como depósito de açúcar que era destinado ao Porto de Santos. A cidade possuía então 35 mil habitantes e 5 mil edifícios. Entre as décadas de 30 e 60, o Mercado foi um espaço onde intelectuais,

políticos e jornalistas da cidade se encontravam para grandes conversas. Obra do arquiteto Ramos de Azevedo, por motivo de deterioração e segurança, o prédio sofreu algumas modificações, mas manteve suas características originais. Foi tombado pelo Condephaat em 1983 e pelo Condepacc em 1996. Com quase um século de história, o Mercado hoje abriga 143 boxes com uma grande variedade de produtos. Por ali passam diariamente uma média de 1,5 mil pessoas. Característica marcante entre os comerciantes locais é a tradição de permanência familiar dos boxes ao longo dos anos. O Bar do Pachola destaca-se entre os bares de tradição da cidade. O Mercado é administrado pela Setec - Serviços Técnicos Gerais, da Prefeitura Municipal de Campinas.

Largo do Rosário, conhecido como “Pátio do Rosário” devido à Igreja do Rosário, ali existente desde 1817, sempre foi um local de festividades, como as cavalhadas e solenidades públicas, tais como as realizadas em homenagem ao imperador Dom Pedro II em suas visitas a Campinas em 1848, 1875 e 1878. Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba, construiu nas proximidades, um sobrado imponente, onde hospedou o imperador nas suas visitas de 1875 e 1878. A denominação de “Praça Visconde de Indaiatuba” ocorreu em 31 de janeiro de 1887 em homenagem a um dos fundadores do Colégio Culto à Ciência. O largo era um ponto de tálburis (antigos carros puxados por um cavalo) e local de grande circulação. Em 1854 a Câmara Municipal determinava ser o Pátio do Rosário local de feiras livres. Foi na segunda metade do século XIX que a praça ganhou um projeto paisagístico, com a plantação de árvores e construção de um jardim que depois foram arrancadas para dar lugar ao busto de Campos Sales, mais tarde removido para o início da avenida com seu nome. Em 1956 o plano de urbanização de Prestes Maia previu o alargamento da Avenida Francisco Glicério resultando na demolição da Igreja do Rosário. Durante toda a sua existência o Largo do Rosário foi alvo de muitas modificações, mas sempre foi e continua sendo um dos principais pontos de reunião do centro da cidade.

Maçãos Arbóreos do Recanto Yara, proveniente de vegetação caracterizada como remanescente de ecossistema florestal de terrenos encharcados, fazendo parte do subsistema de florestas semidecíduais dos Planaltos Interioranos da Mata Atlântica. Esse ecossistema constitui *habitat* de muitos animais representativos desse ambiente e refúgio de fauna, inclusive aves migratórias, coexistindo com áreas urbanas do entorno, chácaras e alguns remanescentes da antiga ocupação rural. Entre todas as espécies existentes no local destacam-se, pela diversidade

e raridade, alguns insetos inexistentes em outros sistemas, anfíbios raros e grande diversidade de aves e mamíferos (gambás, tatus, cuícas, preás, morcegos, capivaras entre outros roedores) indicando o bom estado de conservação do ecossistema. Por ser justamente área de várzea, contém nascentes que alimentam o lago da Fazenda Rio das Pedras e fazem parte da captação de água da Sanasa, abastecendo os bairros da Vila Isabel e Jardim América, do Distrito de Barão Geraldo. Por ser uma mata rara em área urbana, com importantes características ecológicas, o Recanto Yara foi tombado pelo Condepacc em 1995.

Casa de Saúde Campinas, que já foi chamada Circolo Italiani Uniti, foi fundada em 1881, pelo comerciante italiano Attilio Bucci e alguns companheiros, com a finalidade de oferecer aos conterrâneos mais pobres mais lazer, educação e assistência médica. Com projeto dos engenheiros Samuele Malfatti e Francisco de Paula Ramos de Azevedo, a sociedade italiana inaugurou seu salão nobre e quatro salas no dia 2 de maio de 1886 para desenvolver os estudos em língua italiana para mais de 100 alunos. Durante o período de febre amarela, o presidente da Câmara Municipal, Sr. José Paulino Nogueira manda providenciar enfermarias municipais no intuito de acudir aos que caíam doentes. O Circolo Italiani, num ato de solidariedade, transformou-se em enfermaria improvisada. Após o fim da febre amarela a escola continuou a funcionar até que em outubro de 1918 a cidade foi assolada pela epidemia de gripe espanhola, transformando novamente o edifício em enfermaria, o que fez com que dois de seus mais importantes líderes, Sr. Irineo Checchia e Mário Gatti iniciassem as obras definitivas para a implantação do Hospital, finalizando em 1920 as atividades escolares. A diretoria passou então a comprar terrenos próximos ao local e em 1924, foram inauguradas as duas alas superiores do hospital. Foi durante o período de perseguições aos italianos radicados no Brasil, por conta da 2ª guerra mundial que o Circolo Italiani Uniti perdeu seu nome intitulado-se finalmente Casa de Saúde Campinas. Da antiga construção pouco se aproveitou; o prédio atual apresenta porões altos, com ornamentação típica neo-renascentista. Apesar da imponência do edifício, o mesmo possui uma leveza e uma elegância em sua construção, dificilmente encontradas nos prédios de grande porte. O edifício foi tombado pelo Condepacc em 1997.

E.E.P.S.G Carlos Gomes, criada em 1903 como Escola Complementar, período em que crescia de maneira assustadora o número de analfabetos em Campinas, tornou-se Escola Normal, como é conhecida popularmente até os dias de hoje, a partir do lançamento da pedra fundamental em 1919,

em terreno que havia sido previamente ocupado pelo antigo Mercado e Desinfectório Municipal. A Escola Normal de Campinas formou uma infinidade de professores, disseminados pelos quatro cantos do Estado, muitos deles ocupando importantes cargos na vida pública. O edifício inaugurado em 14 de abril de 1924, sob projeto do arquiteto César Marchisio, é marcado pelo ecletismo predominante na arquitetura do início do século passado. Em estilo neo-renascentista, utiliza uma série de elementos decorativos e de composição, além de alguns ornamentos como o relógio e o gradil da entrada principal. Em 19 de maio de 1936 a escola Normal passa a designar-se Escola Normal “Carlos Gomes”, em homenagem ao centenário do nascimento do maestro e compositor. O prédio foi tombado pelo Condephaat, em maio de 1982 e pelo Condepacc em abril 1997.

Palácio da Mogiana, construído no final do século XIX, em estilo neoclássico, pela Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e utilizado como sua sede até a década de 1960. As obras ficaram a cargo da Massini Companhia. Abrigou o museu Histórico-Pedagógico Campos Sales e Delegacia Regional de Cultura. Hoje, o Palácio está fechado aguardando obras de restauração.

Praça Carlos Gomes, recebeu este nome em 1880, mas era utilizada na época por lavadeiras que estendiam roupas pelo capinzal depois de lavá-las no chafariz da praça. Ainda hoje é uma das áreas de lazer no Centro de Campinas. Em 1.883, foram compradas 100 palmeiras imperiais e plantadas ao redor da praça. Em 1914, foi realizado o nivelamento e ajardinamento, bem como a construção do coreto. Começaram os primeiros concertos populares de bandas e ficou sendo o lugar preferido das famílias de Campinas. Há no jardim dois monumentos. Um faz homenagem à Rui Barbosa e outro, a Tomás Alves. O primeiro é feito em bronze sobre pedestal de granito rosa. É uma obra do escultor italiano Ettore Ximenes. Já o de Tomás Alves é monumento de granito rosa, onde figura um pórtico ou exedra, tendo o busto em bronze do homenageado e mais três alegorias que representam respectivamente, a cidade de Campinas, a Medicina e a Gratidão. A obra é do escultor Marcelino Velez.

Igreja São Benedito, tombada em 12/12/1998 completou o conjunto de prédios históricos localizados na região da Avenida Moraes Sales, Colégio Francisco Glicério, Creche Bento Quirino, Largo São Benedito, casa da professora Sílvia Simões Magro e a própria casa de saúde. A Igreja foi construída por iniciativa da Irmandade de São Benedito. Em

1835, os membros da congregação pediram às autoridades municipais a doação de um terreno para esse fim. A área destinada ficava próxima ao cemitério, onde eram enterrados os escravos cativos. As obras do templo só tiveram início muitos anos depois. Registros históricos dão conta de que a inauguração ocorreu somente em 1885. A estrutura da Igreja de São Benedito foi concebida no estilo colonial, no qual predominam os elementos rústicos. O projeto da fachada original foi realizado pelo Arquiteto Ramos de Azevedo, que lançou mão de um estilo eclético, mais sofisticado. O destaque da fachada são as linhas neo-românticas. Em 1930, os alunos da Escola doaram os vitrais do templo, que seguiram o estilo eclético. O mobiliário da igreja, assim como os entalhes em madeira do altar obedecem a concepções neo-românticas. O prédio passou por uma reforma geral, incluindo a parte frontal. Depois dessa intervenção, as laterais ganharam o estilo eclético, o que conferiu maior harmonia ao conjunto.

Capela Santa Cruz, é a mais antiga capela de Campinas; sede da primeira paróquia da cidade, foi construída no terceiro dos três campinhos (clareiras na mata) que deram origem ao povoamento local e à cidade de Campinas no século XVIII. O prédio constitui-se num raro exemplar de arquitetura urbana de transição do estilo colonial (taipa de pilão) para o neoclássico. Com a reforma na segunda metade do século XIX, as características arquitetônicas da fachada neoclássica ficaram marcadas no frontão, nas janelas em pleno arco, na platibanda e nas colunas com capitel e base. A igreja deixou de sediar a primeira paróquia da cidade em 1781, porque a atual Basílica do Carmo assumiu esta posição na época. A Capela de Santa Cruz retomou a condição de paróquia em 1870. O Largo Santa Cruz, seu pátio fronteiro, ganhou fama por ter sido palco de marcantes episódios ocorridos no século XIX, pois foi o local de passagem onde agrupavam-se ranchos e pousos de tropeiros que ali paravam por alguns dias, a fim de se refazerem, antes de seguir viagem para o sertão de Goiás e Mato Grosso, em busca de pedras preciosas. O local também ficou marcado, entre outras coisas, por ter sido o local da forca por volta de 1835. O tombamento do edifício foi pedido pelos próprios religiosos, em função do valor histórico do templo construído em taipa.

Externato São João, fundado em 1909, pelos padres Salesianos, ocupou por muitos anos o antigo casarão, construído muito antes de 1860, pertencente a família Estanislau de Campos Salles. Redimensionado para sediar um projeto voltado exclusivamente a jovens carentes e localizado na área central, a escola atraiu muita gente e ali funcionou por 85 anos.

Em abril de 1994, o velho casarão foi demolido indevidamente, restando porém as salas de aula, a capela e o antigo teatro. Em 1995, a capela e o teatro, já restaurados pelos Salesianos, foram tombados pelo Condepacc.

Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, tem sua história ligada ao período da epidemia da febre amarela. Foi construído a partir de donativos conseguidos pelo Cônego Nery e Dona Maria Umbelina Alves Couto, para ser uma casa de caridade aos órfãos. Em terreno de 43.443 m² no bairro Guanabara, doado pelas famílias do Barão Geraldo de Rezende e Francisco Bueno de Miranda, lançou-se em 9 de outubro de 1892 a pedra fundamental do edifício, com a denominação de LYCEO DE ARTES E OFÍCIOS, sob os auspícios de Nossa Senhora Auxiliadora, por vontade do Cônego Nery. Em 25 de julho de 1897, inaugura-se o Lyceo com um terço do total do edifício existente hoje: o corpo central e a lateral direita, com três andares, e a lateral esquerda, com apenas o pavimento térreo. No último andar do corpo central, destacava-se o nicho de Nossa Senhora Auxiliadora e o relógio ofertado pelo Sr. João Engler. O engenheiro Domingos Delpiano utilizou no projeto elementos dos estilos gótico e romano, numa composição caracterizada pelo ecletismo predominante na arquitetura do final do século XIX e início do século XX, fazendo o colégio assemelhar-se às construções européias desse período. Em 1953 surge a Escola Salesiana São José e em 1963 o Arcebispo de Campinas instala ao lado do Liceu, a Paróquia de Nossa de Senhora Auxiliadora, um dos marcos em Campinas. Nos últimos cem anos o edifício passou por várias reformas. Na década de 30, os janelões de madeira foram substituídos por armações de ferro. Na década de 60, os pavimentos ganharam lajes novas e nas comemorações do centenário, todo o interior do prédio foi reformado. O edifício do Liceu Salesiano Nossa Senhora auxiliadora foi tombado pelo Condepacc em 01/09/1999.

Ponte Preta - 1905. Com a instalação dos trilhos da Cia. Paulista no antigo “bairro alto” (1870), foi construída uma primeira ponte de madeira enegrecida com uma camada de piche para suportar o calor causado pela passagem do trem a vapor. A cor preta acabou designando o nome da ponte e posteriormente, do bairro. A ponte interligava a cidade com a estrada de São Paulo e o cemitério do “fundão” (Saudade). Nas suas imediações, existiam campos de futebol que acabaram por originar a Associação Atlética Ponte Preta (1900). Em 1905 a Cia. Paulista a substituiu por materiais mais resistentes.

Armazém da Fazenda Santa Genebra, originado do antigo Armazém da Estrada de Ferro Funilense, em Barão Geraldo, foi tombado em 04/11/2001. O tombamento inclui como parte da área envoltória do armazém, a antiga estação, hoje uma residência. O pedido de tombamento foi feito pelas associações de moradores e de ambientalistas do distrito, que consideram o imóvel parte integrante da história de Barão Geraldo. Este armazém chegou a abrigar um cinema. Construído no final do século, o galpão armazenava os gêneros alimentícios que abasteciam a Fazenda Santa Genebra e áreas vizinhas ao distritos, vindos do Mercado Municipal de Campinas pelos trens da Ferrovia Funilense. O imóvel pertenceu ao espólio de Jandira Pamplona de Oliveira, da Fazenda Santa Genebra.

Casarão de Joaquim Egídio onde funcionava a subprefeitura do distrito de mesmo nome, foi tombado em 30/04/2002. O prédio construído em 1898, foi tombado pelo Condepacc, a pedido dos moradores do distrito que, em 1988 iniciaram uma abaixo assinado ao Conselho pedindo a preservação do imóvel. A construção é remanescente do processo de desenvolvimento da fazenda Laranjal, onde funcionava o comércio destinado à população rural. A família Nalin, que exercia a alfaiataria, construiu o casarão e o utilizava como residência e estabelecimento comercial, no auge da lavoura do café. Com o declínio da cafeicultura em 1929 (quebra da Bolsa de Nova Iorque) houve uma redução drástica da população local, o que influenciou o estabelecimento da família Nalin, com o conseqüente desmembramento do mesmo. A edificação foi subdividida internamente para abrigar cinco famílias. Permaneceu por vários anos, com habitação subdividida de propriedades, até a desapropriação do imóvel pela Prefeitura em 1981. O edifício passou por restauração em 1988, para recuperar o imóvel, que na época estava deteriorado. Os moradores diziam que o casarão enfeitava a cidade. A construção é formada por duas partes distintas: um bloco frontal, onde a fachada tem elementos importantes e diferenciados, obedecendo ao estilo neoclássico do final do século 19 (arcos, simetria na fachada, platibanda e vincas na parede que caracterizam o estilo). A parte posterior é mais modesta, onde não aparecem os arcos e vincos das paredes.

Subprefeitura de Sousas, prédio construído conforme Resolução nº 406, de 14 de setembro de 1912, assinada pelo então Prefeito de Campinas, Dr. Heitor Penteado, sendo inaugurado por volta de 1914. Construída em tijolo de barro, possui vários elementos de composição de sua arquitetura em ferro, vidro e madeira, representativos do ciclo econômico cafeeiro e da imigração italiana, que foram os primeiros a utilizar tijolo de barro nas

construções, contribuindo muito para a intensificação da industrialização. Sua implantação em ângulo de 30° com relação ao alinhamento da rua, com recuo frontal bastante significativo, possibilita assim, maior visibilidade de sua construção. Originalmente as janelas tinham um desenho bastante elaborado em vidro e madeira, emolduradas por frisos de ornamentação com detalhes que remetem àqueles ainda existentes na platibanda do prédio. O prédio mantém suas características arquitetônicas parcialmente preservadas e o uso do imóvel tem-se mantido o mesmo desde sua construção. O edifício foi tombado pelo Condepacc em 08/05/2003.

Igreja de São Sebastião, enquanto Sousas configurava-se como bairro rural, conhecido inicialmente como Bairro do Ilhéus e, mais tarde, Povoado Ponte do Atibaia, as celebrações religiosas eram realizadas nas próprias casas, ou nas fazendas da região, até que se construiu um local específico para o ato da fé. Através da iniciativa e financiamento de Joaquim Antonio Monteiro, inaugura-se a Capela de São Sebastião, em 1889. Neste momento, sua construção restringia-se a uma pequena construção muito simples, cuja fachada frontal era composta de apenas um vão de porta com duas folhas de madeira, contendo bandeira em arco abaulado e acima da parede um frontão com um óculo circular, cujo ápice sustentava uma modesta cruz. Era ainda desprovida de torre, edificada com paredes de pé direito relativamente baixo e com um pequeno altar. A construção da capela favoreceu extraordinariamente o crescimento da ocupação nos seus arredores, fato este que propiciou a elevação do povoado a Arraial de Sousas, em homenagem aos proprietários das maiores sesmarias da região e membros da tradicional família Sousa Aranha. A Igreja de São Sebastião foi tombada pelo Condepacc em 08/05/2003.

Coreto de Sousas, no Largo de São Sebastião, ao lado da Sub-Prefeitura de Sousas é construção realizada entre o final da década de 30 e início da década de 40. Situa-se à beira do rio Atibaia, bem em frente ao local em que existiu a primeira ponte de madeira, construída por volta de 1930, logo no início da ocupação da margem direita do rio, pelos sertanistas desbravadores. Antonio Aleixo de Godoy e Bernardo Sampaio chefiam a equipe de construção da ponte que ligaria definitivamente as duas margens do rio, sendo de um lado a Praça São Sebastião, onde se encontra o Coreto e do outro o início da Rua 15 de Novembro. Cabe ressaltar que a histórica ponte foi destruída durante a Revolução Constitucionalista de 1932. O Coreto foi tombado pelo Condepacc em 08/05/2003, por caracterizar-se como um referencial histórico da área onde situava-se a ponte de madeira mais antiga de Sousas.

Casa de Cultura e Cidadania Antônio da Costa Santos, casarão construído em 1885 por Antonio Jacinto Medeiros, em terreno de 942,42 metros quadrados, destinado a residência. O prédio pertenceu a José Caetano da Silva e esposa, que a alugaram à Prefeitura Municipal de Campinas a partir de 06/08/1918 para abrigar o único estabelecimento de ensino básico existente em Sousas, a EEPSPG “Dr. Thomas Alves” até 01/02/1935. A partir de 1935 o edifício passou a ser cedido gratuitamente à Prefeitura, que o utilizou a partir de 1972 como posto médico prestando serviço de vacinação, imunização e assistência à população local. De características arquitetônicas peculiares, o prédio destaca-se por registrar várias intervenções estilísticas por que passou: o momento inicial de sua construção, verificada através do beiral do telhado de quatro águas, coberto de telhas coloniais do tipo “caipiras” e pelas paredes largas de grandes tijolos de barro; o momento seguinte, justifica-se pela emolduração argamassada das envasaduras com elementos que se remetem ao movimento neoclássico. Pode-se dizer que essa última fase tenha relação com o fato do prédio ter sido utilizado já no início do século XX como escola. As fachadas apresentam-se ornamentadas por colunas com capitéis, bem como os frisos sobre as bases superiores dos vãos de janelas e portas marcam o ritmo da volumetria do prédio de maneira proporcional e geométrica. O prédio abriga atualmente a Casa de Cultura e Cidadania de Sousas, órgão ligado à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo e foi tombado pelo Condepacc em 08/05/2003.

Ponte Adhemar de Barros, uma ponte de concreto sobre o rio Atibaia foi construída em 1940, pelos engenheiros Guilherme Vinter, Secretário de Viação e Obras Públicas e Euclides Vieira, Prefeito Municipal, durante o período do Interventor Federal Dr. Adhemar de Barros. A justificativa de construção dessa ponte se deu em função de dois fatores. Primeiro acessar as indústrias, fazendas, clubes, igrejas, comércio e comunidade local, e em segundo lugar, pelo estado de conservação bastante precário em que se encontrava a histórica ponte de madeira que, até 1948, era a única ponte que permitia o fluxo de veículos sobre o Rio Atibaia na ligação de Sousas e Joaquim Egídio a Campinas. Desde sua construção, a ponte Adhemar de Barros tornou-se a principal via de acesso, para veículos motorizados, existente na ligação dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio a Campinas. A Ponte foi tombada pelo Condepacc em 08/05/2003.

Monumento ao Imigrante, é de autoria do artista Lélío Coluccini, e foi todo concebido em mármore e bronze. Erguido em frente à Igreja Matriz Santana marca o 10º aniversário da fundação do Lions Clube de Campinas-Sousas. Foi inaugurado em 28 de junho de 1970 e traz a inscrição: “Ao imigrante, que na sublime inspiração do trabalho ajudou a plantar a semente do progresso, colaborando com a grandeza desta terra”. Por ser um marco representativo da colonização histórica local, o monumento foi tombado pelo Condepacc em 08/05/2003.

Igreja Matriz de Santana, foi criada a partir do crescimento do Arraial de Sousas. O casal Adão Salgado e Dona Maria Franco Salgado fez a doação do terreno ao patrimônio público para a construção da Matriz. O povo contribui generosamente e a Igreja é inaugurada em 08 de setembro de 1894, sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Conselho, graças a João de Assis Lopes Martins e Manoel da Rosa Martins. Em 1898 é criada a paróquia, que tem como seu primeiro vigário, o Reverendo Padre Miguel Guilherme. Em 1903 a igreja passa a intitular-se Matriz de Santana, através de requerimento da autoridade eclesiástica local, Padre Francisco de Campos Barreto. Ao lado da matriz, à rua Siqueira Campos, 90 foi construída a Casa Paroquial por Dom Antonio Maria Alves de Siqueira, Arcebispo Arquidiocesano de Campinas, inserindo-se no conjunto arquitetônico da Igreja. A Igreja e Casa Paroquial, conjunto tombado pelo Condepacc em 08/05/2003, vem desde o início servindo de palco para confraternizações locais e celebrações religiosas com destaque para popular Festa de Santana, homenagem à padroeira de Sousas.

Hospital Dr. Cândido Ferreira, teve lugar no ano de 1919, na chácara Palmeiras, localizada em Sousas, a construção de um hospital psiquiátrico. A necessidade de criação de uma instituição com esta finalidade surgiu no ano de 1917, a fim de possibilitar a assistência a 21 presidiários da Cadeia Pública de Campinas que apresentavam problemas psiquiátricos, agravados pelo mau atendimento e baixo estado de higiene. Em 14 de abril de 1924 foram inaugurados os primeiros edifícios do Hospital Psiquiátrico conhecido inicialmente como “Hospital de Dementes de Campinas” e depois como “Sanatório Dr. Cândido Ferreira”, cujas construções foram projetadas e supervisionadas, gratuitamente, pelo engenheiro Bruno Simões Magro e executadas pelo construtor Ercole Bonetti. Hoje o Hospital Cândido Ferreira proporciona tratamento gratuito à população, tendo obtido vários prêmios por seus inovadores projetos. Maiores informações podem ser obtidas através do telefone: (19)3758 8600 ou através do site: <http://www.candido.org.br>. O Prédio do hospital foi tombado pelo Condepacc em 08/05/2003.

Capela de Santa Cruz, de construção original datada do final do século XIX, em terreno pertencente, na época, a Amador Nóbrega & Irmãos, foi executada através de donativos, cumprindo uma promessa da Sra. Carolina Fornazari. Apresentava no início o forro com ripa de coqueiro e barrote de madeira aparente, compondo assim a estruturação do telhado. Reformada muitos anos depois, continua apresentando arquitetura muito simples, de pequenas dimensões, desprovida de ornamentação, possuindo apenas uma porta principal, telhado de duas águas, um altar em seu interior e uma escadaria de acesso frontal, apresentando bom estado de conservação, graças à família Trevisani Bernardo. Apesar da ausência de riqueza arquitetônica, caracteriza-se como a única capela remanescente no núcleo urbano de Sousas. O imóvel foi tombado pelo Condepacc em 08/05/2003.

Posto Policial de Sousas, prédio construído em 1895, para sediar a Cadeia do Arraial de Sousas. Possui uma área construída de 54 metros quadrados, numa área total de 475. Caracteriza-se como uma construção isolada, sem nenhuma relação com as demais construções da área central de Sousas. Sua tipologia apresenta um desenho quadrado, com as envasaduras simétricas. Os detalhes da platibanda são retilíneos, cuja cimalha contorna toda a extensão das fachadas. As envasaduras possuem molduras argamassadas em relevo sobre superfície das paredes. Por fazer parte da história do Arraial, o prédio foi tombado em 08/05/2003 pelo Condepacc.

Capela de São Joaquim e São Roque, foi construída a partir de doação de terras de propriedade de Joaquim Egídio de Souza Aranha, por volta de 1870. Era uma capela modesta, restringindo-se apenas ao altar, sendo ampliada com uma torre com sinos alguns anos depois, nos mesmos moldes da Igreja Matriz de Santana em Sousas, ganhando novas proporções. A Igreja centraliza as festividades de confraternização da comunidade, nas quais destaca-se a Festa de São Joaquim e São Roque, padroeiros do local, que vem acontecendo há aproximadamente 80 anos, seguindo sempre a mesma tradição de quermesses, leilões, quebra-pote, pau-de-sêbo, etc. Essas festas tem sido realizadas pelos habitantes da região de Sousas e Joaquim Egídio, reunindo grande público e dando continuidade às manifestações genuínas da cultura paulista. Por caracterizar-se como a única Igreja de Joaquim Egídio e pelo seu valor histórico e cultural para a região, a Capela de São Joaquim e São Roque foi tombada pelo Condepacc em 08/05/2003.

Ponte do Padre Dom Abel, é uma ponte histórica construída há muitos anos sobre o rio Atibaia, ligação entre a Rodovia D. Pedro I a Joaquim Egídio; à época visava a ligar os antigos caminhos do então povoado de Joaquim Egídio ao caminho para Jundiá e para o porto de Santos. A grande importância dessa ponte está relacionada ao período anterior à implantação do Ramal Férreo Campineiro nos povoados de Sousas e Joaquim Egídio. A ponte foi originalmente executada em pedra e madeira, característica inerente às construções da época e está bem preservada até os dias de hoje. Por caracterizar-se como uma das únicas pontes históricas e de grande significado no contexto sócio-econômico que contribuiu para a formação de Campinas, a Ponte do Padre Dom Abel foi tombada pelo Condepacc em 08/05/2003.

Museu do Negro de Campinas, aberto à população diariamente das 14 às 18 horas, foi criado em 2001 com a intenção de resgatar e divulgar a memória da comunidade negra na cidade. A casa foi construída entre 1911 e 1913 por Adão Bernardino dos Santos, cocheiro de origem negra, para ser residência de sua família. O imóvel abrigava também os carros e animais de transporte, e é um dos últimos exemplares restantes no bairro, que na época abrigou uma comunidade de negros e imigrantes italianos em meio às chácaras e casarões dos comerciantes e barões do café. A história da comunidade negra é contada em fotos, vídeos e documentos. Dentro do acervo destaca-se uma “Carta de Cocheiro” emitida em nome do antigo proprietário da casa. Aulas de capoeira e música negra também são oferecidas no espaço. Pelo seu valor histórico e arquitetônico, a casa que atualmente abriga o museu foi tombada pelo Condepacc em maio de 2003.

Praça Bento Quirino, é portadora das marcas históricas mais antigas de Campinas, localizada na região do “marco zero” da Vila de São Carlos. O espaço é testemunha da transformação de Campinas de “bairro rural” em Freguesia (1774) e foi nas suas imediações que, no último quarto do século XVIII, desenhou-se o traçado das primeiras ruas (então denominadas “rua de baixo”, “rua do meio” e “rua de cima”) do povoado. Neste momento começavam a se implantar na região, grandes propriedades monocultoras, escravocratas e de caráter mercantil, voltadas para a produção de açúcar. Entre as praças Bento Quirino e Antonio Pompeo (pequeno jardim localizado entre o Jockey Club e a Rua Tomás Alves), delimitou-se o centro tradicional da cidade, instalando-se nesta área a primeira igreja matriz, o cemitério e os principais edifícios da Freguesia. Na atual Praça Bento Quirino é ainda possível ver dois monumentos

importantes: o monumento-túmulo de Carlos Gomes, obra do escultor Rodolfo Bernadelli, (há uma cópia desse monumento defronte ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro) e o monumento a Bento Quirino.

Monumento a Bento Quirino, uma estátua em bronze sobre pedestal de granito cinza. Obra do escultor Amadeu Zeni, executada no Liceu de Artes e Ofício de São Paulo. Inaugurado em 18 de abril de 1918 no saguão do antigo Instituto Profissional Bento Quirino, hoje denominado Escola Profissional Bento Quirino, edifício atualmente ocupado pelo Colégio Técnico da Unicamp e depois transferido para a praça em seu nome, em 18 de abril de 1937, quando do centenário de seu nascimento. Bento Quirino dos Santos nasceu e morreu em Campinas. Comerciante abastado, prestou relevantes serviços à população por ocasião da epidemia de febre amarela, no final do século XIX. Presidente da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro. Filantropo, colaborou na fundação da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, da qual foi provedor e grande benemérito. Fundou e presidiu a Companhia Campineira de Águas e Esgotos e a Companhia Campineira de Iluminação à Gás. Abolicionista, republicano, foi delegado de polícia de Campinas após a proclamação da República. Participou da Convenção Republicana de Itu em 1873. Juiz de Paz em Campinas. Vereador à Câmara Municipal e co-fundador do Clube Semanal de Cultura Artística.

Monumento Túmulo a Carlos Gomes, em granito ostentando em corpo inteiro a estátua em bronze do maestro, que se apresenta em atitude de regente de orquestra, obra do escultor Rodolfo Bernadelli, tem na sua base uma figura de mulher, também em bronze, representando a cidade de Campinas. Antônio Carlos Gomes nasceu em Campinas em 11 de julho de 1836. Filho e irmão de maestros, desde cedo revelou seus pendores musicais. Estimulado e amparado pelo Imperador D. Pedro II, frequentou o Conservatório Musical do Rio de Janeiro. Em 1861 regeu sua primeira ópera “A Noite do Castelo”. Ainda no Rio de Janeiro, compôs a sua segunda ópera, “Joana de Flandres” (1863), obtendo então, uma bolsa para estudar na Itália. Diplomou-se como maestro-compositor no Conservatório de Milão em 1866. Alcançou o ápice da carreira artística com sua ópera “o Guarani”, levada à cena no teatro Scala de Milão, em 1870. Escreveu ainda notáveis peças musicais, como as óperas “Fosca” (1873), “Salvador Rosa” (1874), “Maria Tudor” (1878), “O Escravo” (1889), “Condor” (1891) e o poema “Colombo” (1892). É considerado o maior gênio musical das Américas. Morreu em Belém do Pará em 16 de setembro de 1896, sendo seu corpo conduzido para Campinas e aqui enterrado em seu monumento-túmulo em 2 de julho de 1905.

Cemitério da Saudade, abriga os restos mortais de moradores de Campinas desde o final do século 19; não é apenas um repositório de recordações, tristeza e fé. Tombado como patrimônio cultural da cidade em novembro de 2003, o cemitério lista um acervo de pequenas e grandes obras, expressivas das representações que a arte produziu durante uma década como ideal religioso em torno da morte. São jazigos e capelas adornados por estátuas forjadas em material nobre, concebidas geralmente dentro de um academicismo refinado, que têm nas mãos do escultor Lélío Colluccini seu principal realizador. Primeiro cemitério público do País, o Cemitério da Saudade incorporou em 1881, ano de sua inauguração, os quatro cemitérios então existentes na cidade, todos propriedades particulares. Eram eles: o Cemitério do Santíssimo, destinado aos brancos católicos da cidade; o Cemitério São Miguel e Almas, para os negros católicos; o Cemitério dos Protestantes e um outro, sem nome, onde se enterravam as vítimas da febre amarela. Os restos dos negros não católicos iam para o chamado Campo da Alegria, de cenário muito simples: apenas um repositório necessário para o corpo, já que a alma buscava seu conforto ao retornar imediatamente para África-mãe. Foi o campineiro Ferreira Penteado quem doou parte de suas terras para a construção do novo campo. As terras foram meticulosamente loteadas para que o novo cemitério pudesse manter na morte a segmentação social que determinou a sorte dos vivos. E os quatro cemitérios reproduziram seus enunciamentos sociais no novo espaço.

Largo das Andorinhas, era conhecido primitivamente como “Largo do Pelourinho”, porque o tronco onde eram castigados os escravos ficava na “Praça da Matriz Velha”, possivelmente no cruzamento das ruas Barão de Jaguara e Benjamin Constant, a uma distância aproximada de 200 metros do Largo. Testemunho de uma Campinas de fins do período imperial, esta praça possui 1.700 metros quadrados e teve vários nomes até 1945, quando foi assinado pelo prefeito Joaquim de Castro Tibiriçá o Decreto-Lei nº 311, que a denominou “Largo das Andorinhas”. O nome é uma referência a um mercado de hortaliças edificado em agosto de 1886, nas proximidades da praça, e demolido em abril de 1956, o qual, depois de perder seu uso comercial (em 1908, com a inauguração do novo mercado na praça Corrêa de Melo) foi tomado pelas andorinhas durante longos anos, ficando popularmente conhecido como “Casa das Andorinhas”.

Largo do Pará, teve vários nomes ao longo de sua história, sendo a primeira delas “Independência”, no ano de 1848. No local há um coreto, chafariz e *playground*. A denominação “Pará” foi dada pela Câmara Municipal em 1896, em homenagem ao maestro Carlos Gomes, Estado onde morou e faleceu. O nome substituiu a então denominação “Largo do Tanquinho”. Em 1927, por ocasião do bicentenário do café, o Largo do Pará recebeu um monumento em homenagem ao café, já que Campinas foi o mais importante centro produtor de café do país. Finalmente, depois de receber diversas outras denominações, a nomenclatura “Pará” voltou a designar o Largo, conforme Lei nº 515, de abril de 1937. Por medidas de ordem sanitária e também em razão da modernização urbanística da cidade, o Largo do Pará foi arborizado e ajardinado em 1899, contornando-se assim os constantes carreamentos de terra provocados por chuvas fortes, ao mesmo tempo em que se marcava uma nova concepção de espaço público, pautada pela “sociabilidade laica e autônoma dos jardins”, expressão-síntese da vida burguesa, urbana, industrial e moderna.

Largo de Santa Cruz. Provavelmente a segunda praça a se formar na cidade, um pouco mais distante do núcleo central (Largo da Matriz Velha), caracteriza-se, já na primeira metade do século XIX, como um importante espaço público em torno do qual se inicia um pequeno comércio, primeiramente em função dos tropeiros, e posteriormente das indústrias que ali se instalavam. Seu nome se deve a uma capelinha, chamada Capela de Santa Cruz, construída em taipa, por escravos, sendo que, por volta de 1814 surgem em suas imediações as primeiras residências. O Largo de Santa Cruz situava-se em uma das principais entradas da cidade, denominada “caminho dos pousos”, pois ali os tropeiros e viajantes se refaziam de suas longas viagens em direção a Goiás. Foi no Largo de Santa Cruz que se construiu a primeira força da cidade, em 1835, o que lhe deu a alcunha de “Largo da Força”. No auge da economia cafeeira a principal festa profana da cidade era o Carnaval, cujo primeiro registro em Campinas data de 1857. No Largo de Santa Cruz os blocos, cordões e carros alegóricos se reuniam para sair em direção ao centro da cidade, passando pelas principais ruas, indo até o Largo da Matriz Velha e o Largo do Teatro, e daí retornando ao Largo da Matriz.

Torre do Castelo ou “Castelo d’água”, inicialmente assim chamado, foi criado para abastecer os bairros que se formavam na região norte. A torre de 27 metros de altura foi erguida em um dos extremos da triangulação geodésica, ponto estratégico para o desenvolvimento urbano da cidade definida pelo Plano de Melhoramentos de Campinas, conhecido como

Plano Prestes Maia, de 1938. O prédio foi construído entre 1936 e 1940 com capacidade para 250 mil litros de água e com encanamentos de ferro fundido (importados da França) e seis janelas, de onde é possível ter uma visão em 360 graus da cidade. O terreno escolhido para a construção foi a praça circular do Jardim Chapadão, de onde partia uma das avenidas centrais da nova cidade, a Andrade Neves. Em 1972, a Torre foi reformada para abrigar uma sala circular e nova urbanização da praça. Em 1991, o prédio recebeu novas alterações para a instalação do Museu Histórico da Sanasa. Já em 1998, o edifício e a praça passaram por uma grande restauração para devolver as características do início da década de 1940. No ano de 2001 foi instalada em seu interior a Rádio Educativa de Campinas. Do alto da Torre do Castelo, podemos conhecer e compreender a cidade de maneira profunda, mergulhar na sua diversidade e aprender com a imensa riqueza cultural e histórica de Campinas. Dentro do Projeto “Conheça Campinas”, a Torre está aberta ao público para visitas monitoradas, aos sábados e domingos.

Área de Proteção Ambiental – APA, criada pela Lei nº 10.850, gerou mais um instrumento para a política ambiental do município. A lei tem como objetivos principais conservação do patrimônio natural, cultural e arquitetônico, a proteção dos rios Atibaia e Jaguari para abastecimento público e o controle da urbanização e das atividades agrícolas e industriais dos distritos de Sousas, Joaquim Egídio e do núcleo Carlos Gomes, Jardim Monte Belo e Chácaras Gargantilha, que compõem a APA. Para Campinas, a APA é uma área de grande importância ambiental, por ser a maior produtora de água do município, demandando assim a garantia da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, da proteção de suas bacias para futuro abastecimento público e do controle das atividades agrícolas e industriais da região bem como da crescente urbanização. Na APA também está a maior parte das matas naturais de Campinas. Atualmente, há somente 2% de Mata Atlântica remanescente no município e 60% delas estão na APA Municipal. Com aproximadamente 222 quilômetros quadrados de extensão, correspondentes a 27% da área total do município, a APA apresenta fauna e flora bem diversificadas: 250 espécies de aves, 68 de mamíferos, 45 de anfíbios e 40 de répteis. Nas matas é possível encontrar macacos, tatus, tucanos, maritacas, capivaras, sabiás, além de animais ameaçados de extinção como a jagüatirica, sussuarana, sagüi, lontra e paca. Uma vegetação típica de ambientes rochosos, igualmente raríssima, também é encontrada na região. O processo de estruturação da APA estabelece entre outras diretrizes a proteção da mata nativa e a recuperação das matas ciliares, prevenção de incêndios na zona

rural, desenvolvimento de atividades agropecuárias condizentes com o equilíbrio natural, condicionamento de atividades de mineração a licenças ambientais prévias, estímulo a atividades turísticas não predatórias; adoção de políticas adequadas para futuros parcelamentos de solo e monitoramento daqueles já realizados, bem como o desenvolvimento de programas adequados de manejo dos resíduos sólidos.

A lei de 07 de junho de 2001 estipula ainda a criação de um Conselho Gestor para garantir a participação autônoma e organizada da comunidade nas definições de políticas para o desenvolvimento sustentado na APA e também acompanhar a sua aplicação. Tendo a participação de representantes do Poder Executivo Municipal, da população e de organizações da sociedade civil, o Conselho foi criado pelo decreto 13.835, de 25 de janeiro de 2002.

Fazenda Santa Elisa, é uma reserva florestal que abriga o centro de experiências do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Possui no seu interior um nicho de rara beleza, que fornece informações fundamentais para a recuperação das áreas devastadas pela monocultura e outros fatores destrutivos da agricultura moderna. A mata é composta por aproximadamente uma centena de espécies de árvores, onde destacam-se os jequitibás branco e vermelho (alguns com mais de 100 anos), as perobas, as canelas, os guaritás, os jacacatiás e as cássias, entre outras. Existem também dezenas de espécies de aves e de mamíferos, além de diversas nascentes d'água que formam um riacho que corta a mata em toda a sua extensão. A área foi tombada pelo Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas) em 1991.

Museu do Café, pretende preservar e difundir a memória da cultura cafeeira em Campinas, buscada por meio das relações de trabalho, tendo como protagonistas os trabalhadores escravos, livres, libertos, migrantes, imigrantes, seus conflitos e suas conquistas. Dentro de uma nova concepção, o Museu do Café, procura desempenhar sua função social contribuindo para a compreensão da sociedade onde está inserido, trabalhando diversos aspectos da história da economia cafeeira, abordando problemas sociais e aspectos culturais de uma coletividade, envolvendo personagens anônimos e heróis fabricados, personagens e histórias considerados importantes oficialmente e os excluídos do processo histórico.

Museu Dinâmico de Ciências – MDCC, foi criado a partir de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Campinas, Unicamp, Funcamp e Aciesp. Em 28 de outubro de 1987 foram inaugurados o Planetário de Campinas e os Laboratórios Didáticos que constituem as instalações físicas do museu. O museu oferece diversas atividades para escolas, além de sessões escolares no Planetário. São também ministrados cursos, palestras e exposições para o público em geral, bem como cursos e oficinas para professores.

Museu Universitário da PUC-Campinas, data de 16/01/1985. Com uma história construída a partir da pesquisa científica formou-se um acervo de fundamental importância pelo seu volume, datação e diversidade, incluindo etnografia indígena, etnologia, cultura popular, rizicultura do Japão no século XVI, cultura afro-brasileira. Impossibilitado temporariamente de receber visitação pública, o museu disponibilizou ao público escolar e outros segmentos da sociedade exposições itinerantes, projetos e fórum de participação científica-popular.

Museu da Cidade, foi criado em 1992 para reunir acervos de três museus até então existentes na cidade: O Museu do Índio, criado em 1967, O Museu Histórico de 1969 e o Museu do Folclore de 1977. O novo museu foi instalado em um edifício do final do século XIX (1886), originalmente construído para abrigar as oficinas da Lidgerwood Manufacturing Co. Ltd. A indústria produtora de máquinas e implementos agrícolas funcionou no local até 1922. Em 1990, este prédio foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas e restaurado para tornar-se sede do museu. Desde sua fundação, o Museu da Cidade vem desenvolvendo um conjunto de atividades voltadas para a reflexão e o debate sobre a trajetória histórica da cidade.

Além disso, são organizadas exposições itinerantes, cursos, oficinas, performances teatrais, seminários, palestras, ciclos de vídeos e lançamentos de livros.

Museu da Imagem e do Som de Campinas - MIS, foi fundado em 1975 e, desde então, vem captando, organizando, preservando e divulgando registros iconográficos que documentam a história social e cultural de Campinas. Além destes registros, possui um acervo material, constituído por equipamentos exemplares do desenvolvimento e do uso da tecnologia audiovisual. Nos últimos anos, o MIS vem desenvolvendo ações que buscam integrar: preservação de acervos iconográficos e sonoros, pesquisa e difusão cultural. Além de atender a demanda de

consultas de estudantes, professores, cineastas, videomakers, produtores culturais, enfim, profissionais de diversas áreas que necessitam ter acesso às imagens históricas da cidade e região, o Museu também realiza seus próprios projetos de pesquisa, cujos resultados são disponibilizados para a população em exposições, publicações e vídeos. O MIS também organiza mostras de vídeo, cinema e fotografia. O Museu está estruturado nos seguintes setores: fotografia, vídeo, cinema e música. Uma biblioteca, com aproximadamente 3 mil publicações, entre livros, revistas, partituras e catálogos de temas históricos e técnicos está sendo organizada e também poderá ser consultada por pesquisadores e interessados em geral. O setor de fotografia possui mais de 10 mil imagens que registram a memória iconográfica da cidade.

Museu de Arte Contemporânea de Campinas José Pancetti, foi fundado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Campinas, em 1965, funcionando no antigo prédio da CPFL, na Avenida da Saudade. Em 1976, o Macc foi transferido para sua sede atual, um edifício de arquitetura contemporânea, onde se instalariam, no piso superior a Biblioteca Pública Municipal e no piso térreo, o Museu. O Macc tem assumido nos últimos dois anos sua vocação original: apresentar à comunidade a produção de arte contemporânea por meio de seus editais, bem como sedimentar os antepassados desta contemporaneidade por meio de exposições de renomados artistas nacionais e regionais como Portinari, Pancetti, Guignard, Mário Bueno, Egas Francisco, Thomaz Perina e Francisco Biojone. Além dessas mostras de curta duração, o visitante também poderá encontrar parte do acervo do museu permanentemente exposto. Um dos setores que pretendemos atingir, cada vez mais, é o público escolar, dentro de uma política de criação de novos públicos para os museus e para a arte. Esse público recebeu no último ano um espaço exclusivo e permanente para ação educativa denominado de Macquinho, onde professores e alunos da rede de ensino de Campinas e região têm contato com o acervo do museu e uma série de práticas artísticas e procedimentos museais. O Museu possui um acervo composto por 578 obras entre esculturas, pinturas, objetos e instalações artísticas, originadas principalmente através das doações dos artistas e dos Salões e Editais de Arte Contemporânea já realizados.

Museu Carlos Gomes, em seu acervo reúne objetos pessoais, peças diversas, o piano e instrumentos do compositor Carlos Gomes, que projetou Campinas no cenário mundial. Tem como finalidade preservar a vida e a obra da família que deu início ao ensino da música na cidade.

Guarda inúmeras partituras de Manoel Carlos e Santana Gomes, respectivamente pai e irmão do referido músico.

Museu de Arte Sacra Irmandade Santíssimo Sacramento, foi fundado por Dom Paulo de Tarso Campos em 1967, a partir de peças recolhidas na arquidiocese e doadas de sua própria coleção. Seu acervo é formado por 576 peças entre pinturas, esculturas, medalhas e móveis dos séculos XVIII a XX. Faz parte do acervo uma biblioteca com obras raras, partituras musicais, coleções de jornais antigos e cartas pastorais dos bispos campineiros e paulistas.

Museu de História Natural e Aquário Municipal, localizado no Bosque dos Jequitibás, foi criado em 1937 na administração de Alves dos Santos e fundado por Max Wúnsche que, além de construir um acervo representativo da fauna brasileira e de outras regiões do mundo, montou um setor de taxidermia, para a conservação e ampliação do acervo. Em 1987, houve uma nova reformulação física e estrutural em cooperação com o Departamento de Zoologia da Unicamp, cujo objetivo era difundir conhecimentos sobre a fauna e flora, promovendo sua conservação e desenvolvendo programas de Educação Ambiental e Biologia para crianças, professores e público em geral. O Museu possui um acervo de 2.050 peças.

Aquário Municipal de Campinas, com uma área de 200m², situa-se dentro do Bosque dos Jequitibás, e foi fundado em 1992 pelo biólogo Flávio Jorge Abrão. É o único no Brasil a apresentar de forma didática a evolução do reino animal, mostrando os principais filos, desde os invertebrados marinhos até os vertebrados, como: poríferos, celenterados, anelidas, moluscos, crustáceos, aracnídeos, equinodermas, peixes cartilaginosos, peixes ósseos, anfíbios até répteis. Os animais estão expostos em 49 aquários e 9 terrários, em uma rica fauna marinha, dulcícola e terrestre.

As visitas realizadas pelas escolas não necessitam de agendamento, já atividades monitoradas devem ser agendadas com um mês de antecedência pelo telefones (19) 3295-5850 ou 3251-1989. O Aquário possui aproximadamente 200 espécies de animais vivos. Os locais contam também com: Programa de Educação Ambiental; atividades para a Rede Escolar; curso de Ecologia de Férias; oficinas para professores; atividades para Portadores de Deficiência e empréstimo de material

Monumento Bicentenários de Campinas, concebido pelo escultor Lélío Coluccini, para situar-se no antigo Largo das Andorinhas. Executado em concreto aparente, possui em sua parte frontal uma figura coroada de

mulher em bronze, segurando o brasão de Campinas. A figura representa a “Princesa do Oeste”, que tem o coração aberto a quantos procurarem a cidade e a todos os seus filhos. O pilar básico possui a data de fundação da cidade em sua base e a do bicentenário em seu cimo, em bronze.

Monumento a Campos Sales, é um grande monumento de granito cinza com colunas simbólicas e figuras em bronze representando algumas características do governo do homenageado, isto é, a harmonia, o crédito e a abundância. Há também, alegorias representando a lei, o trabalho e a vitória da República. Bem na frente está a figura em bronze de Campos Sales, em atitude que lhe era peculiar. Obra executada pelo escultor, Iolando Mallozi. Inaugurado em 8 de agosto de 1934 na praça Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário), sendo posteriormente o monumento daí removido para o início da Avenida Campos Sales. Manoel Ferraz de Campos Sales nasceu em Campinas em 13 de fevereiro de 1841. Foi advogado, jornalista, vereador à Câmara Municipal de Campinas. Participou ativamente da propaganda republicana e foi deputado provincial, deputado geral, abolicionista, Ministro da Justiça do governo Provisório Republicano e Presidente da República no quadriênio 1898-1902, destacando-se como restaurador das finanças nacionais.

Monumento à Fundação de Campinas, obra do escultor Lélío Coluccini, traz oito blocos dispostos em ligeiro semi-círculo, todos em granito cinza, traduzindo a homenagem da cidade ao fundador Barreto Leme e a colaboradores na fundação de Campinas. Inaugurado em 15 de dezembro de 1957.

Monumento das Andorinhas, traduz um grupo de andorinhas em pleno vôo, em bronze sobre granito, executado pelo escultor Lélío Coluccini e terminado em 1957. As andorinhas constituíam, com sua chegada ao entardecer, o majestoso espetáculo, que atraía grande público, dando o título de “Cidade das Andorinhas” a Campinas.

Monumento Túmulo aos Voluntários de 1932, traz um grandioso mausoléu com forma de bandeira paulista e que apresenta na parte central a figura em bronze do Soldado Constitucionalista, encimado pelo brasão de São Paulo e pelos versos, também em bronze do poeta campineiro Guilherme de Almeida. Em cada uma das colunas menores, inscreve-se o nome de um soldado campineiro morto em combate. Executado pelo escultor Marcelino Velez. O movimento revolucionário eclodido em 1932, em São Paulo, visando a constitucionalização do país, empolgou o povo paulista que se bateu unânime contra a ditadura reinante.

Biblioteca Ernesto Manoel ZinK, inaugurada em 15 de setembro de 1946, tem como missão reunir, tratar, preservar e difundir o patrimônio histórico e cultural acumulado, e em especial o que retrata a memória de Campinas, garantindo à população o direito de acesso e uso gratuito da informação. O acervo da Biblioteca Ernesto Manoel Zink é recheado de obras raras. Numa sala reservada da biblioteca geral estão arquivados livros, revistas e outras preciosidades literárias, que se prestam à pesquisa ou a simples curiosidade daqueles que desejam desvendar as publicações de décadas passadas. As 700 pessoas que circulam diariamente pela biblioteca, no período de aulas, podem usufruir o conteúdo dos diversos acervos, inclusive estes que possuem obras raras e publicações de autores campineiros. A coleção de obras de autores campineiros tem 1603 títulos. Tem em seu acervo: permanente: 9.882 volumes, circulante: 28.804 volumes e infantil: 2.220 volumes.

Biblioteca Pública Distrital de Sousas Guilherme de Almeida. A Biblioteca Pública Distrital de Sousas Guilherme de Almeida foi criada em agosto de 1963 pela Lei nº 2876 e inaugurada em 14 de novembro de 1966, numa sala da subprefeitura de Sousas, tendo como primeira bibliotecária Zuleika de Godoy Gomes. A biblioteca atua como mediadora entre a informação e a comunidade, no sentido de coletar, processar, preservar, disseminar e disponibilizar aos usuários, por meio de coleções e serviços. Também busca suprir as necessidades de conhecimento da população, mais especificamente dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, desenvolvendo ações de orientação, educação, lazer e cultura, contribuindo para e com a preservação da memória local e para incentivo à leitura e a formação de leitores. Além de livros, a biblioteca possui assinaturas de jornais e revistas. Tem um acervo de 11.244 volumes.

Biblioteca Setorial da Pontifícia Universidade Cat – PUCC . Rod. Dom Pedro I, Km, 136 Prédio H-13 Campus I Jd. Sta. Cândida Telefone: (19) 3756-7000 Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 8 às 17 horas.

Biblioteca Pública Joaquim de Castro Tibiriçá. A Biblioteca Joaquim de Castro Tibiriçá foi fundada em 7 de novembro de 1976 e, em 13 de outubro de 1977, pelo decreto nº 5253, foi denominada Joaquim de Castro Tibiriçá em homenagem ao prefeito que, durante a sua administração (1945-1947), criou e instalou a primeira biblioteca em Campinas. Desenvolver a atração no usuário de forma a mostrar os diferentes usos da biblioteca é sua principal missão. Além disso, objetiva permitir, por meio da educação contínua, a superação constante de conhecimentos,

tornando os indivíduos aptos a gerir e gerar seu desenvolvimento, escolher e decidir suas possibilidades, e manter e apresentar a memória local de onde está inserida. As visitas são feitas sem agendamento prévio, somente obedecendo ao horário de atendimento. A Biblioteca, por meio de seus setores, disponibiliza o acervo de 12.631 volumes para atendimento ao usuário nas formas de consulta, ou empréstimo.

Centro de Memória da Unicamp. O Centro de Memória (CMU), órgão vinculado à Reitoria da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tem como objetivo promover e integrar estudos e pesquisas interdisciplinares voltados à reconstrução da memória histórica e sócio-cultural de Campinas e região. Para a realização desse trabalho, o Centro conta com acervos documentais e bibliográficos, cuidando, ainda, de sua restauração, organização, conservação e divulgação. Para atingir seus objetivos, o CMU se propõe a realizar pesquisas próprias e/ou em convênios com outras instituições (Prefeituras, escolas, organizações não governamentais etc.). Presta assessoria a projetos ligados à memória histórica e ao patrimônio sociocultural, organiza e promove eventos de ordem acadêmica (seminários, conferências, exposições) cursos, treinamentos e/ou estágios voltados à preservação da memória nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Restauração de Documentos, História Oral e Iconografia. O Centro de Memória (CMU) foi criado em 1985, através da Portaria GR-162/85, de 01-07-85, diretamente subordinado à Reitoria. Em 1990 incorpora o Núcleo de Estudos Regionais(NER). Em 1992, a Deliberação CONSU-A-06/92, 28-05-92, baixa o Regimento Interno do Centro de Memória da Unicamp.

Arquivo Municipal de Campinas. O serviço de arquivo, como esfera institucionalizada de atividade, existe na Prefeitura Municipal de Campinas desde 1933, a partir da criação da Repartição de Estatística, Divulgação e Arquivo. A atual Coordenadoria Setorial de Arquivo Municipal foi criada em 1999, agrupando em um único órgão o antigo Arquivo Geral, criado na década de 1960, e o acervo documental histórico, que vinha sendo organizado de forma autônoma desde 1991. O Arquivo Municipal é responsável pela guarda final de toda a documentação produzida e recebida pela Prefeitura Municipal de Campinas. Por meio do Setor de Arquivo Intermediário, cuida da gestão de documentos que possuem valor legal e administrativo, de seu desarquivamento para atender às necessidades de informação de cidadãos e da própria administração, da eliminação de documentos através de procedimentos legais e da seleção para recolhimento permanente no Setor de Arquivo Histórico.

Centro de Documentação. O Centro de Documentação do Patrimônio Cultural é um dos serviços da Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural que possibilita a pesquisa pública sobre os bens tombados pelo Condepacc, além de vários assuntos correlatos sobre a história de Campinas; patrimônio cultural e urbanismo. Este serviço começou em 1989, com alguns atendimentos a estudantes e de maneira informal. Em 1993, a historiadora da CSPC iniciou um trabalho de agrupamento de documentos, decorrente de suas pesquisas e mantendo atendimento aos pesquisadores. A partir de 1997, elaborou-se a centralização de todo o acervo em um só local, estabelecendo um espaço mais adequado à pesquisa, possibilitando a ampliação no atendimento e registrando toda a documentação existente na CSPC. Todo documento produzido, doado ou adquirido por outros meios, que passa a integrar o acervo do CD é registrado ou tombado. Existem quatro livros tombo ou de registro do acervo. O serviço do Centro de Documentação tornou-se referência de pesquisa aos universitários de Campinas e demais cidades da região e, em menor escala, a estudantes do ensino médio e público em geral.

Anexo 2 – Campinas

Bens tombados pelo Condepacc – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural

ANTIGAS OFICINAS DA CIA. MOGIANA

ARMAZÉM DA FAZENDA SANTA GENEBRA. Tombamento em 4/11/2001

ARMAZÉM GERAL DA CIA. MOGIANA

BASÍLICA NOSSA SENHORA DO CARMO. Tombamento em 09/10/2003

BOSQUE DOS JEQUITIBÁS. Tombamento em 19/10/1993

CAPELA DE SANTA CRUZ. Tombamento em 5/2/1999

CAPELA DE SANTA CRUZ. Tombamento em 8/5/2003

CAPELA DE SÃO JOAQUIM E SÃO ROQUE. Tombamento em 8/5/2003

CAPELA NOSSA SENHORA DA BOA MORTE. Tombamento em 29/12/1988

CASA CARDEAL DOM AGNELLO ROSSI. Tombamento em 8/5/2003

CASA CULTURA E CIDADANIA ANTONIO DA COSTA SANTOS. Tombamento em 8/5/2003

CASA DE SAÚDE CAMPINAS. Tombamento em 1/5/1997

CASA GRANDE E TULHA. Tombamento em 19/11/1992

CASARÃO DE JOAQUIM EGÍDIO. Tombamento em 30/4/2002

CATEDRAL METROPOLITANA DE CAMPINAS. Tombamento em 29/12/1988

CEMITÉRIO DA SAUDADE. Tombamento em 11/12/2003

COLÉGIO CULTO À CIÊNCIA. Tombamento em 24/12/1992

COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. Tombamento em 18/6/1996

COLÉGIO TÉCNICO BENTO QUIRINO. Tombamento em 24/12/1992

COMPLEXO FERROVIÁRIO CENTRAL DA Fepasa. Tombamento em 29/11/1990

CONJUNTO DE LUSTRES DO ANTIGO TEATRO MUNICIPAL.
Tombamento em 20/8/1996

CORETO. Tombamento em 8/5/2003

CRECHE BENTO QUIRINO. Tombamento em 5/1/1995

E.E.P.G. FRANCISCO GLICÉRIO. Tombamento em 5/1/1995

E.E.P.S.G. CARLOS GOMES. Tombamento em 14/6/1997

ESTAÇÃO DA CIA. PAULISTA (Fepasa)

EXTERNATO SÃO JOÃO. Tombamento em 25/8/1999

FÁBRICA DE TECIDOS ELÁSTICOS GODOY E VALBERT S.A.
Tombamento em 10/2/1994

FAZENDA JAMBEIRO (Conjunto Arquitetônico). Tombamento em
22/12/1993

FAZENDA RIO DAS PEDRAS. CONJUNTO ARQUITETÔNICO:
SEDE E CASA DE COLONOS. Tombamento em 13/11/2003

FAZENDA RIO DAS PEDRAS. MATAS E LAGOAS. Tombamento em
13/11/2003

HOSPITAL CÂNDIDO FERREIRA. Tombamento em 8/5/2003

IGREJA DE SANTANA E CASA PAROQUIAL. Tombamento em
8/5/2003

IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO. Tombamento em 8/5/2003

IGREJA SÃO BENEDITO. Tombamento em 12/12//1998

IMÓVEL RUA CÔNEGO CIPIÃO. Tombamento em 22/5/1991

IMÓVEL RUA PE. VIEIRA, Tombamento em 14/12/1991

IMÓVEL RUA SALES DE OLIVEIRA. Tombamento em 19/5/1992

INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS. Tombamento em
11/12/2003

JÓQUEI CLUBE CAMPINEIRO. Tombamento em 23/5/1995

LICEU SALESIANO N. SENHORA AUXILIADORA. Tombamento em
1/9/1999

LIDGERWOOD MANUFACTURING LTDA. Tombamento em
29/11/1990

MACIÇOS ARBÓREOS DO RECANTO YARA. Tombamento em 2/10/1996

MARA RIBEIRÃO CACHOEIRA. Tombamento em 19/11/2002

MATA DA FAZENDA SANTA ELISA. Tombamento em 14/12/1991

MATA SANTA GENEBRA. Tombamento em 19/11/1992

MERCADO MUNICIPAL. Tombamento em 18/6/1996

MONUMENTO A BENTO QUIRINO. Tombamento em 09/10/2003

MONUMENTO A CÉSAR BIERRENBACH. Tombamento em 09/10/2003

MONUMENTO AO IMIGRANTE. Tombamento em 8/5/2003

MONUMENTO-TÚMULO A CARLOS GOMES. Tombamento em 09/10/2003

MUSEU DO NEGRO. Tombamento em 26/6/2003

OBSERVATÓRIO MUNICIPAL JEAN NICOLINI. Tombamento em 9/7/1994

OFICINA DA CIA PAULISTA

OFICINAS DE CARROS E VAGÕES (DUAS)

OFICINAS DE LOCOMOTIVAS

PALÁCIO DA MOGIANA. Tombamento em 14/7/1998

PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM. Tombamento em 22/10/2002

PONTE ADHEMAR DE BARROS. Tombamento em 8/5/2003

PONTE PADRE ABEL. Tombamento em 8/5/2003

PONTE SOBRE FERROVIA. Tombamento em 21/7/2001

POSTO POLICIAL - Antiga Cadeia Pública. Tombamento em 8/5/2003

PRAÇA ANTÔNIO POMPEU. Tombamento em 09/10/2003

PRAÇA BENTO QUIRINO. Tombamento em 09/10/2003

PRAÇA CARLOS GOMES. Tombamento em 12/12/1998

PRAÇA PROF^a SILVIA SIMÕES MAGRO. Tombamento em 22/11/1991

PRAÇA VISCONDE DE INDAIATUBA. Tombamento em 18/6/1996

ROTUNDA

SANATÓRIO SANTA IZABEL. Tombamento em 11/12/2003

SOLAR DO BARÃO DE ATALIBA NOGUEIRA. Tombamento em 13/7/1990

SOLAR DO BARÃO DE ITAPURA. Tombamento em 29/12/1988

SOLAR DO BARÃO DE ITATIBA. Tombamento em 29/12/1988

SOLAR DO VISCONDE DE INDAIATUBA. Tombamento em 29/12/1988

SUBPREFEITURA DE SOUSAS. Tombamento em 8/5/2003

TÚNEL DE PEDESTRES SOB A LINHA FÉRREA

VILA MANOEL DIAS E VILA MANOEL FREIRE. Tombamento em 23/5/1995

Anexo 3 – Campinas

Patrimônio Urbano de Esporte e Lazer - Praças Esportivas

REGIÃO LESTE

Balneário Parque Taquaral

Ginásio do Taquaral

Centro de Vivência dos Idosos

Cartódromo Afrânio Ferreira Jr.

Praça de Esportes Dr. Roberto Angelo Barbosa

Praça de Esporte Gilberto Campos Valente

Praça de Esportes Dr. Carlos Andrade Pinto

Praça de Esportes Benedito dos Santos

Praça de Esportes Dr. Edgar Arianí

Centro de Lazer Jaime Lerner

Centro de Lazer Omar Cardoso

REGIÃO SUDOESTE

Praça de Esportes Tancredão

Praça de Esportes Vila União

Bosque dos Cambarás (DIC V)

REGIÃO NOROESTE

Centro Esportivo Brasil de Oliveira (Trabalhadores)

Centro de Lazer Ferdinando Tilli (Bosque do Valença)

REGIÃO SUL

Ginásio de Esportes Rogê Ferreira

Praça Argemiro Roque

Praça de Esportes Pompeu de Vito

Praça de Esportes Sarkis Salamene

Praça de Esportes Ferdinando Panattoni

Praça de Esportes Dr. Carlos Grimaldi

Praça de Esportes Dr. Olímpio Dias Porto

Praça de Esportes Dorival Daniel Waetge

Praça de Esportes do Corintinha

Praça de Esportes do Parque Jambeiro

REGIÃO NORTE

Praça de Esportes João Carlos de Oliveira

Praça de Esportes Salvador Lombardi Neto

Praça de Esportes Dr. Orestes Quércia

Praça de Esporte José Gentil Franco de Campos

Praça de Esportes Orestes Laércio Aulicínio

Centro de Convivência Integrado de Cultura, Esportes e Lazer da Vila Boa Vista

Estádios

Estádio Brinco de Ouro da Princesa

- Guarani Futebol Clube. Site Oficial: www.guaranifc.com.br

Eventos: capacidade para 30.989 pessoas

Estádio Moisés Lucarelli

- Associação Atlética Ponte Preta.

Site Oficial: www.pontepretaesportes.com.br

Eventos: capacidade para 20.028 pessoas

Clubes

- Careca Sport Center

Eventos: 1 sala com capacidade para 170 pessoas em forma de auditório.

- Clube Bonfim

Eventos: salão menor com capacidade para 300 pessoas; salão maior com capacidade para 700 pessoas sentadas e 1000 pessoas em pé.

- Clube Campineiro de Regatas e Natação

Eventos: capacidade para 522 pessoas.

- Clube Concórdia

Eventos: ginásio: capacidade para 6000 pessoas; restaurante: capacidade para 400 pessoas.

- Clube Fonte São Paulo

Eventos: capacidade para 1000 pessoas

- Clube Hípica de Campinas

Eventos: 1 salão principal: 700 pessoas sentadas.

- Clube Rhodia

Eventos: capacidade para 300 pessoas.

- Clube Semanal de Cultura Artística

Eventos: capacidade para até 500 pessoas sentadas.

- Tênis Clube de Campinas

Eventos: salão: capacidade para 500 pessoas sentadas; boate: 150 pessoas; ginásio: 3500 pessoas; bar inglês: capacidade para 50 pessoas sentadas.

Teatros

- Centro Cultural Evolução

Eventos: capacidade para 400 pessoas.

- Centro de Convivência Cultural

Eventos: capacidade 530 pessoas.

- Teatro de Arena Teotônio Vilela

Eventos: capacidade para 5000 pessoas

- Teatro José de Castro Mendes

Eventos: capacidade para 830 pessoas.

- Auditório e Espaço Cultural - Instituto Agronômico de Campinas

Eventos: 1 sala com capacidade para 300 pessoas em forma de auditório

Locais para eventos

- Campinas Hall

Eventos: possui vários ambientes com diferentes capacidades de público, permitindo shows e eventos de médio e grande porte, a partir de 150 pessoas.

- Excalibur

Casa de eventos (convenções, formaturas, casamentos, festas, etc), com capacidade para 980 pessoas, em forma de auditório.

- Espaço Edding

Espaço de eventos com 5.700 m² e diversos ambientes, comportando desde eventos pequenos até convenções, formaturas, exposições e shows de grande porte (entre 150 à 5.000 pessoas).

Anexo 4 – Campinas

Eventos do Calendário Oficial

Janeiro

- 09/01-15/02 Campanha de Popularização do Teatro (1º bimestre)

Lei 10443 (17/03/2000)

Fevereiro

- 07/02 Eleição de Rei Momo e Rainha do Carnaval

Decreto 14.386 (14/08/03)

Lei 6348 (21/12/1990)

- 07/02 Dia dos Clubes Sociais, Esportivos e Culturais da Cidade

Lei 8636 (12/12/1995)

- 14/02 Dia Municipal do Samba

Sábado antecedente ao carnaval

Lei 11153 (12/03/2002)

- 21/02 e 22/02 Carnaval Oficial

Decreto 14.386 (14/08/03)

Março

- Semana Campos Sales

Lei 1284 (24/03/1955)

- Semana do Artesão

Lei 11605 de 10/07/2003

3ª semana de março

- 01/03 - 08/03 Semana da Mulher

Decreto 259 (31/10/1990)

- 04/03 Semana Antônio da Costa Santos

Lei 1167 (10/04/2002)

- 21/03 a 30/03 Festival Internacional de Teatro

Decreto 10406 (12/04/1991)

- 24/03 Dia da Solidariedade Latino-Americana

Lei 6181 (06/03/1990)

Abril

- 17/04 Dia Municipal da Comunidade Italiana

Lei 7890 (10/05/1994)

- 10/04 Lavagem das Escadarias

Sábado de Aleluia

Lei 9515/97

- 21/04 Prova Tiradentes de Ciclismo

Lei 9397 (02/10/1997)

- 22/04 Dia da Comunidade Luso-Brasileira

Lei 7037 (19/06/1992)

Mai

- 01/05 Festa do Trabalhador

(não regulamentada)

- Salão Acadêmico de Belas-Artes

Decreto 8291 (22/11/1984)

- 23/05 a 29/05 Semana de Solidariedade dos Povos Africanos

Semana do dia 25

- 25/05 Dia do Trabalhador Rural

Lei 10958 (05/10/2001)

Junho

- Salão de Arte Contemporânea

Decreto 8343 (16/01/1985)

- 10/06 Dia de Portugal

Decreto 10797 (02/06/1992)

- 12/06 Semana Norte-Americana

Lei 9586 (23/12/1997)

- Semana Portuguesa
- 15/06 a 21/06 Semana Francesa

Lei 9142 (10/12/1996)

- 18/06 Dia Municipal da Comunidade Japonesa

Lei 8981 (08/10/1996)

- 18/06 Semana da Comunidade Japonesa

Lei 9736 (06/05/1998)

- 23/06 a 29/06 Semana Nordestina

Lei 5691 (27/06/1986)

- 28/06 Dia Municipal do Orgulho Homossexual

Lei 10182 (22/07/1999)

- Festa do Peão de Boiadeiro de Sousas

Lei 8664 (19/12/1995)

Julho

- 04/07 A 11/07 Semana Guilherme de Almeida

Lei 10138 (25/06/1999)

- 08/07 a 14/07 Semana dos Grandes Campineiros

Lei 1402 (11/11/1955)

- 14/07 Aniversário da Cidade

- 18/07 Dia do Trovador

Lei 5679 (06/05/1986)

- Jogos Regionais
(regulamentação anual por decreto estadual)

- 20/07 Dia do Amigo

Lei 10097 (24/05/1999)

- 20/07 Dia do Turismo Étnico Afro-Brasileiro

Lei 11136 (17/01/2002)

- Festa da Imigração Japonesa
- Concurso Rainha Pérola Negra

Lei 8165 (20/12/1994)

- 25/07 Dia Mundial da Cultura, do Esporte e da Paz

Lei 9971 (29/12/1998)

- 26/07 Dia Municipal de Ação de Graças da 3ª idade

Lei 11165 (02/04/2002)

Agosto

- Semana do Folclore

Lei 3222 (16/03/1965)

- Semana Evangélica

Lei 6915 (07/02/1992)

- 19/08 Dia do Fotógrafo

Lei 4872 (10/04/1979)

- Sagra de San Máximo

Lei 10044 (13/04/1999)

- Comemoração alusiva a Hércules Florence

Setembro

- Semana Carlos Gomes

Lei 210 (23/09/1949)

- 05/09 a 11/09 Semana da Pátria

- 07/09 Dia da Independência

Lei 5571 (28/11/1969)

- 23/09 Dia do Poeta

Lei 6906 (07/01/1991)

- Festival Municipal de Teatro Amador

Lei 10536 (06/06/2000)

Decreto 4905 (12/04/1991)

- Congresso de Leitura- COLE (bienal)

Decreto 10188 (16/07/1990)

- Semana Alemã
- 14 a 21/09 Semana Chilena

Lei 11912 (23/03/2004)

Outubro

- 12/10 Semana Espanhola

Lei 9192 (26/12/1996)

Novembro

- Semana da Consciência Negra
- 20/11 Dia da Consciência Negra

Lei 11128 (14/01/2002)

- Semana Mineira

Lei 6543 (28/06/1991)

- Dia de Ação de Graças

Lei 10849 (07/06/2001)

- Concurso de Fotos Turísticas

Decreto 5204 (17/08/1977)

Dezembro

- Feira de Natal
- 29/12 Dia do Artista Plástico

Lei 11556 (20/05/2003)

Anexo 1 – Piracicaba

Patrimônio Natural, Cultural e Histórico de Piracicaba

Campus da Esalq ou Escola Superior de Agricultura “Luiz De Queiroz”. É a mais antiga Escola de Agronomia do País. Foi idealizada por Luiz Vicente de Souza Queiroz que, em 1895, doou ao Estado a fazenda São João da Montanha, para que ali a escola fosse construída. Em 1901, seu sonho foi realizado. O Parque Esalq foi projetado pelo paisagista belga Arsenio Putterman; ocupa uma área de 56 hectares e data de 1907. É, sem dúvida, o mais belo campus do País, dedicando-se ao ensino e à pesquisa. Após conclusão dos cursos de agronomia e veterinária na Europa, Luiz de Queiroz decidiu abrir uma escola de agricultura que pudesse ensinar as técnicas de cultivo corretas em Piracicaba. No dia 1º de abril de 1896, foi lançada a pedra fundamental e posteriormente iniciada a obra, que andava devagar apesar das promessas de continuidade dos sucessivos governos. A crise financeira gerada pela queda do mercado do café agravou a má vontade do governo paulista para com a construção da escola. Uma das cláusulas da doação que marcava o prazo de dez anos para o início das atividades escolares foi elemento importante para a concretização do projeto. Somente no início do século XX, em 3 de junho de 1901, a escola foi finalmente inaugurada, com a presença da viúva de Luiz de Queiroz e várias autoridades. Em 1905, o então presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, e seu secretário da agricultura, Carlos José de Arruda Botelho, reorganizaram a Escola e reiniciaram as obras do edifício principal. A Esalq, estruturada inicialmente como estabelecimento de ensino médio idealizado por Luiz de Queiroz, passou a ser escola de ensino superior em 1925. Com a fundação da Universidade de São Paulo em 1934, a Esalq foi integrada à USP. A função do Parque, além da ornamentação, é de manter uma grande coleção de plantas com fins didáticos e científicos, permitindo observações sobre comportamento das mesmas e fornecimento de sementes para propagação. Assim, encontram-se no parque muitos exemplares de espécies nativas e de outras regiões do Brasil. O Parque da Esalq continua, por quase 100 anos, sendo verdadeiro exemplo de projeto paisagístico que, além de sua beleza característica, é praticamente auto-sustentável, com baixa necessidade de interferência. Patrimônio Tombado pelo Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turismo do Estado de São Paulo.

Capela de São Pedro de Monte Alegre. O alto índice de imigrantes italianos trabalhando na Usina Monte Alegre criou a necessidade da construção de uma igreja Católica para atender aos colonos. O Comendador Pedro Morganti, proprietário da usina, contratou o engenheiro italiano Antonio Ambroste, que residia em São Paulo. Uma grande equipe trabalhou na construção, inclusive colonos e trabalhadores da Usina, que cederam voluntariamente sua mão-de-obra. Os interiores foram pintados por Alfredo Volpi, a convite do Comendador Morganti e contou com a colaboração de pintores da Usina, Vergílio Silva e João de Campos (Ventura). Os trabalhos duraram seis meses, entre 1937 e 1938, com a colaboração dos pintores Aldorigo Marchetti e Mário Zanini. Os sete sinos da capela foram fundidos na oficina mecânica da Usina Monte Alegre, sob orientação de João Botene e modelados por Angelo Scalasini. Em 4 de janeiro de 1937, Dom Francisco de Campos Barreto, Bispo de Campinas concedeu licença para bênção da Capela, que nunca pertenceu à diocese, tendo permanecido na propriedade de particulares. Alfredo Volpi, pintor de origem italiana que ornamentou a capela, teria se inspirado em duas frases do latim para criar os quadros que cobrem suas paredes e o teto. As paredes têm como tema a hóstia, o amanhecer (representado por um galo), o símbolo papal, as chaves de São Pedro, o Divino Espírito Santo e a Aleluia. Na cúpula, foram ilustrados os quatro apóstolos, Mateus, Marcos, Lucas e João. Construída em 1937. Tombado pelo Codepac - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba.

Casa das Artes Plásticas “Miguel Archanjo Benício Assumpção Dutra”. Fundada em 1955 como Pinacoteca Municipal, possui um acervo de 350 obras adquiridas através do prêmio aquisitivo dos Salões de Belas-Artes, Almeida Júnior e de Arte Contemporânea, que realiza atualmente. Promove exposições periódicas e parciais do acervo municipal e de artistas consagrados, além de abrigar oficinas culturais e sala de projeção de filmes relacionados às artes plásticas.

Casa do Povoador. Localizada na rua do Porto, à margem esquerda do rio Piracicaba, é considerada uma das primeiras casas construídas quando do povoamento. Tombada pelo Patrimônio Histórico do Estado e do Município, abriga um Centro Cultural, onde são realizadas exposições e mostras. Símbolo da cidade de Piracicaba, a chamada ‘Casa do Povoador’, foi construída em taipa de mão (pau a pique) e se configura como uma das últimas remanescentes da técnica no perímetro do município, tendo resistido ao tempo graças às sólidas bases de pedra

e estruturas de madeira. De residência familiar, entreposto de sal, a asilo de órfãos, a ‘Casa do Povoador’ foi construída entre o final do século XVIII e início do XIX, de acordo com sua técnica construtiva baseada na tradição paulista bandeirista, passou por diversos proprietários e funções. Em 1945, a Prefeitura Municipal adquiriu o imóvel, considerado pelo Prefeito Pacheco e Chaves como bem de utilidade Pública. Em 1967, nas comemorações dos 200 anos de Piracicaba, a ‘Casa do Povoador’ passou a ser reconhecida como símbolo da cidade. Finalmente, em 1969, foi tombada pelo Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turismo do Estado de São Paulo, como Monumento Histórico do Estado de São Paulo. Atualmente, a ‘Casa do Povoador’ atende à comunidade, sendo utilizada para realização de diversas atividades culturais ligadas à Secretaria Municipal da Ação Cultural. Conta com várias salas de exposição e com a Galeria ‘Alberto Thomazi’, onde se realizam exposições de arte. Três salas são destinadas a projetos culturais diversos e com destaque para uma exposição de fotos sobre a restauração do imóvel, ocorrida em 1986. Na Praça Júlio Chrisóstomo do Nascimento, é realizado o Projeto Arte da Terra, voltado para a música regional e de raiz, com grupos e duplas sertanejas. Há ainda o acervo ‘Bonecos do Elias’: em agosto, mês do folclore e do aniversário de Piracicaba, a ‘Casa do Povoador’ promove atividades especiais, com exposições e apresentações musicais e de grupos folclóricos, com o objetivo de destacar e preservar o folclore e a arte local e regional.

Casarão da Rua do Porto. O Casarão é remanescente do conjunto de uma antiga olaria, uma das várias que havia na região da Rua do Porto. Está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo – Setur. É um dos mais belos pontos turísticos da cidade. Situa-se na margem esquerda do Rio Piracicaba, num espaço privilegiado do conjunto arquitetônico do Calçadão da Rua do Porto, conservando-se quase imutável como as casinhas e chaminés do século XIX, onde funcionavam indústrias de cerâmicas, e hoje é uma das reminiscências em estilo neocolonial. O Casarão do Turismo, como também é conhecido, se destaca como memória viva da história da cidade. Está dentro do complexo da orla do rio, num espaço turístico, histórico e cultural. É utilizado como Posto de Informações, com guia receptivo, filmes, folhetaria, concentração de manifestações folclóricas populares, exposições, mostras, sala para eventos, reuniões, cursos e sua parte externa, a “Praça dos Artistas”, é um local utilizado para exposições diversas, feira de artesanato. No seu interior realizam-se cursos, reuniões, palestras, uma pequena loja de produtos temáticos sobre nossa cidade e visitação pública nos finais de

semana. Sua construção data do início do Século XX. Tombado pelo Codepac - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba.

Casarão Da Sociedade Italiana. A história da Società Italiana di Mutuo Soccorso di Piracicaba se iniciou em 1887, quando membros da colônia italiana se reuniram para criar uma sociedade. O objetivo era auxiliar os imigrantes na subsistência, orientação e principalmente, na união dos conterrâneos da Itália. Após sua fundação, muitos foram os estágios pelos quais a Società passou para chegar ao que é hoje. Um fato marcante na sua história foi a aquisição da sede para melhor exercer suas funções. Assim, em 1904, 600 ações formaram o capital necessário para a construção do edifício, grande orgulho da colônia italiana que fica na rua Dom Pedro I, 781, no centro de Piracicaba.

Catedral de Santo Antônio. Construção em estilo românico, com capacidade para 1.000 pessoas. Foi inaugurada em 1959, sendo a quinta versão da Igreja Matriz de Piracicaba. Está localizada no centro da cidade, na Praça José Bonifácio. A primeira Catedral se incendiou por causa de um monte de palhas secas amontoadas numa tribuna. As paredes resistiram, mas o interior foi destruído. A Diocese de Piracicaba foi criada em 1944, com a igreja em ruínas. Dois anos após, em 1946 as ruínas foram totalmente demolidas em empreitada por Paulo Pecorari, para a construção de uma igreja maior, que pudesse sediar a nova Diocese. Pecorari instalou a cúpula da torre na Capela de Santa Clara anexa ao Lar Franciscano de Menores e o relógio foi transferido para a torre da Igreja São Benedito. A nova Catedral foi projetada no estilo neo-românico, ainda que tardio, pelo arquiteto Benedito Calixto de Jesus Neto. O início de suas obras ocorreu em 1946. Foi espaço que recebeu diversas autoridades políticas do país ao longo de sua história a exemplo do governador Adhemar de Barros, o governador Jânio Quadros e o presidente Juscelino Kubitschek. A obra somente foi concluída no final de 1961. Tombada pelo Codepac - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba.

Centro Cívico - Sede do Governo. Centro cívico, cultural e educacional de Piracicaba, inaugurado em 1º de Janeiro de 1989, sede da Prefeitura Municipal de Piracicaba, local que concentra a quase totalidade das Secretarias Municipais. Também é a sede do gabinete do prefeito do município de Piracicaba. Localiza-se nas imediações do Parque da Rua do Porto, com amplo estacionamento, sendo de fácil acesso à população. Devido à sua forma de construção, oferece, de seus andares, belíssima vista de diversos ângulos do município.

Centro Cultural da Estação da Paulista, leva o nome do artista plástico Antonio Pacheco Ferraz. O espaço passa a ser palco para manifestações artísticas diversas, como teatro, dança, música, oficinas pedagógicas e educativas. Totalmente restaurado pela Emdhap, o Centro Cultural será coordenado pela Secretaria da Ação Cultural, com atividades multidisciplinares. A antiga plataforma de embarque, por exemplo, foi reformulada para funcionar como palco permanente. Ambientes internos foram cuidadosamente restaurados, como pisos e sanitários. Nas salas funcionarão oficinas de artes cênicas e dança entre outras manifestações artísticas. A revitalização do prédio central da Estação da Paulista foi contemplada pela Prefeitura para oferecer ao piracicabano um novo e adequado espaço para atividades culturais. Para receber eventos artísticos, o prédio passou por reforço estrutural, sem perder as características originais. A Estação da Paulista foi inaugurada em 1922 e tombada como patrimônio histórico de Piracicaba em 1996. O local, a Estação Ferroviária da Paulista, trouxe nas décadas de 20, 30 e 40 muitos progressos ao município e após décadas de abandono foi revitalizado e entregue à comunidade como espaço cultural, educativo e artístico. O que se está resgatando e recuperando com este patrimônio histórico é uma região habitada por mais de 60 mil pessoas. O espaço abrigará dois outros em fase de conclusão de obras. O “Centro de Convívio da Terceira Idade” ou “Estação Idoso” visa à disponibilizar espaço aos grupos e serviços de atenção à Terceira Idade do município. O nome de Estação Idoso, conforme Maria Angélica, foi escolhido para manter a denominação de estação ao local, como é tradicionalmente conhecido no município. O galpão destinado às atividades da Terceira Idade também recebeu reforço de concreto armado nos pilares de madeira para manter a estabilidade da estrutura; e o “Parque de Lazer da Paulista”, com pista para caminhadas, 800 metros de ciclovia (1ª ciclovia de Piracicaba), campo de futebol social, bancos, praça, bebedouros, parque infantil (com muro de escalada, arborismo, casa das bonecas entre outros), equipamentos de ginástica, arborização, paisagismo, estacionamento com 200 vagas e iluminação. O Parque de Lazer está em fase de conclusão das obras.

Centro de Documentação, Cultura e Política Negra. Uma antiga reivindicação do Conselho do Negro de Piracicaba e do Centro de Documentação, Cultura e Política Negra, ganhou sede própria recentemente. O local tem como objetivo preservar os valores da cultura negra, por meio de espaço físico próprio, para a realização de estudos, pesquisas, palestras, encontros e outras atividades voltadas para este fim. O imóvel encontra-se próximo à Pinacoteca Municipal e passou por

pequenas adaptações. Um dado histórico significativo é que o local foi abrigo para antigos escravos de Piracicaba, sendo um dos imóveis mais antigos do município. É, patrimônio tombado e está sendo preservado.

Conjunto Esportivo Municipal “Barão de Serra Negra”. Formado pelo Estádio Municipal “Barão de Serra Negra”, com capacidade para 35 mil pessoas; ginásio coberto “Waldemar Blatkauskas”, para 4 mil pessoas; miniginásio coberto “José de Oliveira Garcia Neto”, com duas quadras e capacidade para 600 espectadores; conjunto hídrico com piscina de 50 metros e arquibancadas para mil pessoas.

Edifício Principal e Anexo Martha Watts. O primeiro edifício construído especialmente para abrigar uma escola em Piracicaba foi o principal do Colégio Piracicabano, inaugurado em 1884 por missionárias metodistas americanas. Em 1881 estabeleceram-se definitivamente em Piracicaba com o intuito de iniciar um trabalho religioso e também de caráter educacional. Quando construído, o Edifício Principal do Colégio Piracicabano mudou a paisagem da Rua Boa Morte. Numa cidade onde praticamente todas as casas eram caiadas e térreas no alinhamento da calçada, o sobrado recuado de alvenaria aparente se destacava. Com o apoio político dos irmãos Moraes Barros, em 13 de Setembro de 1881, a missionária americana Martha Hite Watts abriu as portas da nova escola: ‘O Colégio Piracicabano’, com a matrícula de apenas uma aluna, pois o ano letivo já havia começado no início do ano. Os três professores dedicaram seus esforços a esta única aluna, até que no ano seguinte, várias famílias matricularam seus filhos. Em janeiro de 1884 as obras foram concluídas e inauguradas. O edifício oferecia inicialmente capacidade de hospedagem para 30 alunas internas. O Colégio Piracicabano foi construído e sustentado pelas mulheres metodistas norte-americanas, com o objetivo principal de promover a educação feminina no Brasil. O Edifício Principal foi construído com características da arquitetura norte-americana com influência do neoclássico paladiano, que é comum na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. A execução em alvenaria aparente, no século XIX, também é típica destes países. Algum tempo depois, em 1899, foi novamente ampliado com a construção de cozinha e outros serviços. A partir de 1907, foi iniciada a construção de um edifício anexo ao Edifício Principal, para o Colégio Piracicabano, o Anexo Martha Watts. Praticamente um novo edifício, mas integrado ao original, deveria comportar laboratórios, salas de música, biblioteca, salas de aula, sanitários, e um auditório - conhecido como Salão Nobre. A obra ficou pronta em 1914 e recebeu o nome da fundadora do Colégio, que havia falecido em 1909, nos EUA. O engenheiro arquiteto George Krug, autor de inúmeras

obras de importância em São Paulo, projetou o Anexo Martha Watts e reformou a fachada do Edifício Principal do Colégio Piracicabano. Sua construção data de 1884 e 1914. Tombado pelo Codepac - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba.

Engenho Central. O Engenho Central foi fundado em 1881 pelo Barão Estevão Ribeiro de Rezende, com o objetivo de substituir o trabalho escravo pelo assalariado e pela mecanização. O complexo industrial deveria processar toneladas de cana-de-açúcar com mais rapidez que os artesanais engenhos movidos à força de mula, dando conta de uma enorme produção que seria alimentada por canas compradas de pequenos e grandes fornecedores em maquinários trazidos da França. Em outubro de 1882, entrou em funcionamento o complexo agroindustrial composto de maquinário de oito cilindros com entradas automáticas das canas e saída do bagaço pelas fornalhas com três geradores da força de cem cavalos, servidos por uma chaminé de tijolos, com trinta e cinco metros de altura e três tanques de cobre para saturar a garapa. Em 1888, o Barão de Rezende passou a ser seu proprietário exclusivo. Dois anos depois, em 1891 a Empresa do Engenho Central passou a se denominar Cia. Niágara Paulista com Cícero Bastos como sócio. Rezende decidiu vender o engenho, em 1899, para três franceses, Durocher, Doré e Maurice Allain, com a denominação 'Sucrerie de Piracicaba'. No ano de 1907 foi fundada a sociedade anônima 'Société de Sucrerie Brèsilienne' (S.S.B.), com a presidência de Maurice Allain, que ocupou o cargo até 1932, sendo sucedido por Pierre Allain. A 'S.S.B.' compreendia seis usinas, com produção anual de cem mil sacas de açúcar e três milhões de litros de álcool e passou a ser a maior empresa do estado em produção e a mais importante do país. A partir da década de 1950, a concorrência do açúcar dos outros países latino-americanos privilegiados pelos EUA no mercado internacional, a dificuldade de manutenção das peças importadas e de mão-de-obra especializada fizeram a produção decair em todos os engenhos centrais, transformando-os em usinas. Em 1970 a usina foi vendida para a 'Usinas Brasileiras de Açúcar, tendo funcionado até 1974, data de sua desativação. Os antigos barracões foram substituídos por edifícios de alvenaria aparente, conforme a necessidade, a partir da década de 1920. Da época do 'Engenho Central' quase não restou nenhuma construção, apesar de algumas remanescentes terem sido construídas aproveitando arcabouços antigos, como a antiga Moenda. Tombado pelo Codepac - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba, seguem em discussões projetos para tornar o Engenho Central um centro cultural para o município, devido à importância do patrimônio para a cidade.

Escola de Engenharia de Piracicaba - (EEP). Da Fundação Municipal de Ensino, iniciou suas atividades em 1969, com o curso de Engenharia Civil. Em sua trajetória, em todos estes anos, ganhou notoriedade e o reconhecimento público pelo ensino de qualidade e formação de profissionais cada vez mais capacitados para atuar com eficiência, criatividade e responsabilidade nas áreas de Engenharias Civil, Ambiental e Mecânica, Ciência da Computação e Administração. A EEP está instalada em uma área de 10 alqueires, que correspondem a 240 mil metros quadrados. São 12 mil metros quadrados de construção que abrigam a administração, salas de aulas, anfiteatro, laboratórios, bibliotecas e praça de alimentação, além do Cotip - Colégio Técnico e Industrial de Piracicaba. A Biblioteca Central possui um acervo de aproximadamente 13.500 itens entre livros registrados, folhetos, periódicos e monografias.

Escola de Música de Piracicaba. Fundada em 9 de março de 1953, é um dos patrimônios artísticos da cidade. A sala “Ernst Mahle” tem capacidade para 300 pessoas e a sala “Cecília Mahle” abriga 150 pessoas, possuindo também sala de espetáculos ao ar livre. A escola promove apresentações de música clássica, corais e orquestras, música de câmara e apresentações individuais de instrumentistas;

Escola Marquês de Monte Alegre (Antiga). O edifício das Escolas Reunidas ou Grupo Escolar de Monte Alegre foi construído por iniciativa particular da família Morganti, então proprietária da Usina Monte Alegre, para atender aos filhos dos funcionários, constituídos principalmente por imigrantes italianos. Oferecido à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para a implantação de uma escola, funcionou até meados da década de 1990, quando foi desativada pela reforma do ensino paulista. Pouco se conhece da história da antiga Escola de Monte Alegre, fundada em 21 de janeiro de 1927 e em respeito aos Morganti, a escola era badalada pelas autoridades na época de sucesso da usina. A planta do edifício neoclassicista, foi desenvolvida com 4 salas de aula, salas para diretoria e secretaria. A circulação se dava por um corredor, em forma de ‘loggia’ e dois corredores, entre as classes. A ornamentação é simples, com modenatura, balaústres e detalhes como molduras na cimalha e na platibanda com coruchéus nas extremidades. Na platibanda originalmente havia as epígrafes: ‘Monte Alegre’, ‘Escolas Reunidas’ e ‘Piracicaba’. A construção foi edificada sobre porão não utilizável, que se encontra dentro das normas sanitárias para construções escolares. Posteriormente foi construído um anexo de serviços com mais 2 salas de aula, galpão, sanitários, refeitório, cozinha, palco, biblioteca e demais serviços, acompanhando os detalhes

construtivos e decorativos do edifício principal, incluindo principalmente a arcada. Sua construção data de 1925. Tombado pelo Codepac - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba.

Escola Moraes Barros. Esse grupo foi criado por decreto de 5 de março de 1900, com o nome de Segundo Grupo Escolar de Piracicaba, ao qual foi dada, por decreto de 15 de junho do mesmo ano, a denominação de “Moraes Barros”, em homenagem a esse senador, que foi um dos propagadores da instrução pública na cidade. Sua primeira diretoria foi confiada ao professor normalista Miguel Carneiro Jr. O grupo começou a funcionar em 4 de agosto de 1900, na rua Piracicaba, em prédio particular alugado e adaptado pela Câmara Municipal. Em outubro de 1903, a Câmara Municipal empreendeu a construção de um novo prédio, que foi oferecido ao Governo com a condição de nele instalar o grupo. Em 24 de fevereiro de 1905, foi inaugurado esse edifício, com capacidade para 450 alunos, situado na Praça Tibiriçá. Pelo alto valor histórico na evolução educacional do Estado de São Paulo, juntamente com outras 122 escolas públicas da capital e do interior, seu prédio foi tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), conforme publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo, do dia 7 de agosto de 2002, páginas 1 e 52. Atualmente, a escola oferece Ensino Fundamental (1ª a 4ª série).

Escola Sud Mennucci. A Escola Complementar de Piracicaba foi criada por um dos últimos decretos do período administrativo de Bernardino de Campos, em abril de 1896, e instalada a 21 de abril de 1897, sob a direção do professor Antonio Alves Aranha. Seu edifício, situado à rua do Rosário, havia sido construído pela Sociedade Propagadora da Instrução, para o estabelecimento de um internato, e adquirido pela Câmara Municipal de Piracicaba, que o ofereceu ao governo do Estado para abrigar a Escola Complementar. A primeira turma de futuros professores completou o curso em 1900 e o número de professores formados até 1907, segundo o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, de 1907/1908, foi de 232 – 135 mulheres e 97 homens. Em 29 de março de 1911 ocorreu a primeira grande alteração nos quadros dessa instituição, que foi transformada em Escola Normal de Piracicaba. Sua nova sede, na rua São João, foi iniciada em 5 de julho de 1913, e inaugurada em 11 de agosto de 1917. Em 1º de março de 1945, foi atribuído à escola o nome de um de seus alunos, o jornalista e grande personalidade do magistério, Sud Mennucci. Em 7 de agosto de 1953, foi assinado um decreto transformando a Escola Normal Sud Mennucci de Piracicaba em Instituto de Educação “Sud Mennucci”

de Piracicaba. No dia 20 de janeiro de 1976, passou a Escola de Primeiro e Segundo Graus “Sud Mennucci”. Atualmente, a escola oferece Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) e Ensino Médio (Geral).

Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) da Unicamp, fundada há quarenta e oito anos, oferece o Curso de Graduação em Odontologia, Cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado, Cursos de extensão em nível de especialização e atualização em todas as áreas clínicas e sociais. O atendimento à comunidade é oferecido por diversas áreas, entre elas: a Clínica de Graduação e Pós-Graduação, que realiza 200.000 atendimentos por ano; o Centro Cirúrgico e o Serviço de Radiologia Odontológica, que também presta importantes serviços nas suas respectivas áreas; o CEPAE (Centro de Pesquisa e Atendimento para Pacientes Especiais), que atende crianças de 0 a 5 anos de idade, além de oferecer orientação às gestantes; o Orocentro (Centro de Diagnóstico e Tratamento de Lesões Bucais), que, entre as principais atividades, realiza atendimento odontológico a doentes de câncer, portadores de HIV e com manifestações clínicas da Aids. A esse grupo é oferecido tratamento convencional como restaurações, cirurgias, canal e tratamento periodontal e protético (próteses). Com o mesmo enfoque, diversos projetos são desenvolvidos pela Instituição como: o Sempre Sorrindo, que executa atendimento preventivo e curativo às crianças da rede municipal de ensino de Piracicaba e o programa da Assistência Mariana, que presta atendimento odontológico à população de baixa renda da cidade de Piracicaba. O diferencial dessa Faculdade pode ser vislumbrado, principalmente, pelo alto nível de seus Programas de Pós-Graduação, o qual possui 75% dos cursos de excelência em odontologia do país; é responsável, juntamente com a Prefeitura do Município de Piracicaba, pela taxa de incidência de cárie na cidade ser menor que a média nacional.

Horto Florestal de Tupi. É uma reserva natural de grande beleza, com variadas espécies de vegetação. Possui estrutura para receber visitantes com parque infantil em madeira, monjolo, churrasqueiras, barracão e alamedas

Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Possui belíssimas peças de arte sacra e afrescos diversos. Localizada na rua São Francisco de Assis, 640

Igreja dos Frades. O Centro Franciscano de Espiritualidade de Piracicaba, iniciativa dos Capuchinhos de São Paulo, foi fundado no Capítulo de 1989. A idéia é prestar um serviço à Família Franciscana e aos amigos

de São Francisco e de Santa Clara em geral. Este serviço é prestado: em forma de Retiros para frades e irmãs de diversas congregações na linha da espiritualidade franciscana; em forma de semanas de estudos que o Centro promove com temas franciscanos para religiosos e leigos; em forma de pesquisa na biblioteca (informatizada) que contém mais de 50 mil volumes (especialmente rica é a seção de Franciscanismo).

Igreja Imaculada Conceição. É a igreja da Vila Rezende, bairro altamente industrializado, localizado à margem direita do rio. Destaca-se pela sua arquitetura moderna, com grande vitrais.

Igreja Metodista Central, atualmente **Catedral Metodista de Piracicaba.** Construção em estilo eclético com características neo-românticas e neo-góticas, inaugurada em 7 de setembro de 1928. É uma das mais antigas da cidade, considerada a terceira Igreja Metodista organizada no Brasil. É a primeira Igreja Protestante a ser construída com torre e sino no país.

Matadouro Municipal. No início do século XX, o abastecimento das carnes verdes era considerado calamidade pública em Piracicaba. As falhas eram generalizadas, desde a sistemática do processamento do boi, até o transporte e a entrega. Após várias tentativas de corrigir os problemas, somente em 1913 isso foi possível, com a construção do novo Matadouro, que serviu durante 70 anos, até atingir a total obsolescência. Em 30/08/1912 foi assentada a pedra fundamental do edifício. O Matadouro Modelo ocupava grande área construída, em meio a um parque de dois alqueires ostentando vasto espaço interno, cais ferroviário (E.F. Sorocabana), diversos pátios, construções externas, tais como vestiário, oficina, moradia do administrador, departamentos, caixas d'água, obras complementares (tanques, pocilgas, mangueiras) e pastos. O equipamento mecânico colocava o estabelecimento na vanguarda dos congêneres, permitindo o processamento do gado dentro dos recursos mais avançados da tecnologia. Dificuldades financeiras de diversas ordens fizeram com que em 10/05/1973 fosse desativado por ordem federal por encontrar-se defasado. A partir de 1975, até 1985 o matadouro funcionou como entreposto municipal de abastecimento de gêneros alimentícios. Após este período, serviu como depósito de materiais para diversas secretarias, em estado de total abandono. Somente com a iniciativa do EMDHAP esta situação foi finalmente revertida e o prédio foi recuperado entre 2003 e 2004, mantendo as características originais de sua construção. Sua construção data de 1913. Tombado pelo Codepac - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba.

Mercado Municipal Piracicaba. O projeto para o Mercado Municipal de Piracicaba foi objeto de concorrência pública no ano de 1886, por iniciativa da Câmara. O projeto aprovado e efetivamente inaugurado dois anos mais tarde consiste na “nave central” do atual edifício, que tem sua cobertura sustentada por tesouras metálicas. Reformado e ampliado no ano de 1958, o Mercado Municipal de Piracicaba viu desaparecer diversas características do prédio original, num projeto de modernização do edifício. O centenário Mercado Municipal, tombado pelo Codepac – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural – é um dos mais importantes referenciais históricos, com intensa apropriação e uso pelos cidadãos piracicabanos. Constitui-se em tradicional ponto de venda de artigos hortifrutigranjeiros, sendo que alguns de seus boxes são, há décadas, administrados pelas mesmas famílias, passando a atividade de geração a geração. Atualmente, o edifício que abriga o Mercado Municipal encontra-se bastante deteriorado e em condições precárias de manutenção, necessitando urgentemente passar por intervenção que, minimamente, atenda aos requisitos básicos de segurança e higiene. A inserção urbana do edifício do Mercado também não aproveita todo o potencial que sua localização no Núcleo Comercial da cidade lhe proporciona. O Largo contíguo ao edifício consiste, hoje, num bolsão de estacionamentos, subutilizado paisagística e funcionalmente.

Monumento da Independência. Localizado na Praça Prof. Ivo Ducatti, no bairro Jardim Monumento, o qual dá nome ao bairro. É resultado do trabalho e ideologia de uma mulher, Lydia de Rezende, que, no intuito de homenagear um acontecimento histórico e personagens de um período, erigiu, nas terras de seu pai - Barão de Rezende – um símbolo para perpetuação da lembrança do evento da proclamação da Independência do Brasil, de Portugal, por meio de ato de Dom Pedro I. O monumento foi construído para as comemorações do centenário da Independência do Brasil, em 1922. Foi restaurado por ocasião do sesquicentenário da Independência brasileira. Anos depois, em decorrência do loteamento das antigas terras do Barão de Rezende, as áreas em torno do monumento receberam o nome de ‘Jardim Monumento’. O bairro “Jardim Monumento” foi formado pelos loteamentos: Jardim Mercedes, Jardim Itamaraty, Jardim Santana, Jardim Witier, Jardim Monumento e Jardim São Pedro.

Monumento Oficial Mário Dedini. O Decreto Nº. 11.972 disponibiliza o tombamento, como patrimônio Histórico e Cultural de Piracicaba, do ‘Monumento Oficial Mário Dedini’, instalado na Praça Imaculada Conceição, na Vila Rezende. Foi edificado originalmente na Praça José

Bonifácio e transferido, em 1982, para a Praça Imaculada Conceição na Vila Rezende, por ocasião da reforma da referida praça promovida pela prefeitura. À época outros monumentos também foram retirados do local, tais como: a herma de Sud Mennucci (1/04/1981), o monumento de Luiz de Queiroz e o do Soldado Constitucionalista, uma atitude que não agradou à população, a qual conseguiu, em setembro de 1987, por ordem do Supremo Tribunal Federal, que os monumentos retornassem à sua antiga morada. Segundo consta, a família Dedini não quis que o “Monumento Oficial Mário Dedini” retornasse à Praça José Bonifácio, por considerar a Vila Rezende o local mais adequado, já que a história do homenageado havia começado em uma pequena oficina no bairro.

Museu da Água. A instalação do sistema de água encanada chegou em Piracicaba ainda no século XIX. O Museu da Água ‘Francisco Salgot Castillon’ do SEMAE foi construído em alvenaria aparente, com arcadas, e com parte do complexo enterrado embaixo da atual Avenida Beira Rio, ainda se encontra em funcionamento, fazendo parte do Museu. O reservatório de água do complexo do abastecimento, ainda em operação pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba (SEMAE), foi inaugurado por D. Pedro II, em 2/11/1886. Não foram poucos os problemas com os serviços de abastecimento de água na história da cidade. Tombado pelo Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turismo do Estado de São Paulo.

Museu Histórico e Pedagógico ‘Prudente de Moraes’. Instalado em casarão de estilo imperial brasileiro, onde viveu o primeiro presidente civil do Brasil Presidente Prudente José de Moraes Barros, o Museu reúne peças que ilustram a vida do ex-presidente e a época da formação da República. Em 9 de novembro de 1869, o Dr. Prudente, a adquiriu e nela viveu por 32 anos, de 1870 a 1902, até falecer. Neste período, além de ter sido a casa do primeiro presidente civil brasileiro, serviu para encontros políticos do período histórico da Proclamação da República. A sede do Museu é uma construção típica das casas térreas urbanas da segunda metade do século XIX no Brasil. Anteriormente ao museu, a casa foi sede da antiga Faculdade de Odontologia ‘Washington Luiz’, em 1919, mudando de nome, em 1932, para ‘Prudente de Moraes’, e encerrando suas atividades em 1935. Em 1940, o imóvel passou à Prefeitura de Piracicaba. Fundado em 1956, o Museu Histórico e Pedagógico ‘Prudente de Moraes’ é um dos mais antigos do tipo em São Paulo, e reúne peças que pertenceram ao ex-presidente, retratando a época da formação da República, além de muitas outras peças de acervo que fornecem subsídios

para compreensão da história de Piracicaba e do Brasil. Sua construção data de 1870. Tombado pelo conselhos: Codepac, Condephaat e Iphan- Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba; Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turismo do Estado de São Paulo; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Observatório Municipal de Piracicaba. Construído através de convênio entre a Prefeitura, Associação de Astronomia de Piracicaba e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. está localizado no km5 da rodovia SP 127, próximo ao Zoológico Municipal, nas coordenadas geográficas: latitude 22 42'30" 9 S; longitude 47 38'00" 8 O; altitude 540 metros. Possui três telescópios, o maior deles um Steinheil com objetiva de 175 mm, biblioteca, salas de vídeo e audiovisuais.

Palacete Boyes. Uma das realizações de Luiz Vicente de Souza Queiroz pela qual ele teve carinho especial foi o “Solar” ou “Palacete Luiz de Queiroz”, na atual Avenida Beira Rio, próximo ao Salto do rio Piracicaba, construído no século 19. Trata-se, ainda hoje – mais de um século depois – de um lugar privilegiado e de um cartão postal piracicabano. A casa foi chamada, em 1900, pelo jornalista Manoel de Camargo – autor do “Almanak 1900” – de “O Seio de Abraão”, tais a beleza e a paz do local. Luiz de Queiroz vendeu a propriedade para o empresário Buarque de Macedo (que seria dono, também, da Fábrica de Tecidos), que a vendeu, em seguida, ao político Rodolfo Miranda, ministro da República e novo proprietário da fábrica de tecidos que, a partir dele, se chamou “Arethusina”, em homenagem à sua esposa. Depois, tanto a fábrica como o solar foram vendidos à Cia. Boyes, passando a casa a ser conhecida como “Palacete Boyes”. É um lugar histórico que, ao longo das décadas de 50 a 70 do Século XX, provocou diversas iniciativas de desapropriação pelo poder público, todas elas resultando infrutíferas. Entre os visitantes ilustres do Solar, figura o escritor Rudyard Kipling, Prêmio Nobel de Literatura de 1907. Quase abandonada nas últimas décadas do século 20, a propriedade foi adquirida – no final do Século XX – por Arnold Fioravante, em nome do Instituto Tancredo Neves. Discute-se se o palacete, restaurado, respeitou o estilo original. O proprietário Arnold Fioravante é piracicabano, nascido em 1º de fevereiro de 1931, filho de um ilustre professor piracicabano, Afonso José Fioravante, e de dona Ana Aleoni Fioravante.

Parque da Rua do Porto. Um dos novos parques da cidade. Ocupa uma área verde de 200 mil metros quadrados, com lago, pistas para exercícios físicos e parques infantis. É onde são realizados campeonatos de pesca,

balonismo, canoagem e shows artísticos. Concentra restaurantes e lanchonetes, constituindo-se em ponto-de-encontro da população e turistas.

Parque do Mirante. Um dos pontos historicamente preferidos para visitação. Local privilegiado para se observar o rio, o salto, a rua do Porto e a cidade. Alamedas permitem passeios pelo bosque, formado por árvores nativas e vegetação típica.

Passarela Pênsil. Sobre o rio Piracicaba, dá acesso ao Engenho Central e proporciona excelente visão do salto e da rua do Porto.

Passo do Senhor do Horto. Pequena construção em estilo barroco, que data de 1873. Conserva peças de arte sacra de valor histórico.

Pedreira. Trecho definido entre as pontes do Morato e do Caixão. Nesta escala urbana do Projeto Beira-Rio, a Pedreira do Bongue é considerada um dos patrimônios a ser preservados, por ser um testemunho geológico da formação da região. A pedreira sofreu ao longo dos anos processos erosivos decorrentes da extração de rocha e da abertura de leitos viários, perdendo a conexão direta com as águas do rio que outros monumentos semelhantes, rio abaixo, ainda possuem, como o Paredão Vermelho. A pedreira é referência visual importante para a população, sendo observável de variados pontos da cidade, como do início da rua Ipiranga, de vários pontos da avenida Francisco de Souza e do entroncamento das rodovias Piracicaba-São Pedro, Piracicaba-Rio Claro, Piracicaba-Limeira (configurando-se como um cartão de visita para quem chega à cidade).

Ponte de Ferro de Ártemis. A Prefeitura, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), finalizou as obras de recuperação na cabeceira da ponte de ferro localizada no bairro de Ártemis. A obra foi necessária porque foi detectado um buraco na laje da ponte de aproximadamente dez centímetros e que, em pouco tempo, atingiu 20 centímetros. Tombada em 7 de março de 1999 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba (Codepac), a ponte é referência para o distrito. Fazendo a ligação entre a SP-304 e Rodovia Piracicaba-Ártemis foi concluída em 1915. Construída por iniciativa da Baronesa de Rezende, possui quatro metros de largura por 80 metros de comprimento. Em 1962, com a desativação do ramal ferroviário, passou a ser utilizada para o tráfego de veículos.

Portão do Cemitério da Saudade. Este patrimônio teve a comemoração do Centenário do Projeto Artístico do Portão do Cemitério da Saudade. No encerramento das comemorações dos 100 anos do Portal, realizada

em frente ao Cemitério da Saudade, ao som do hino de Piracicaba tocado pela Banda União Operária, foi descerrada a placa alusiva à data. A Prefeitura pretende restaurar em 2007, o Portal do Cemitério da Saudade, projetado construído no ano de 1906 e tombado como patrimônio pelo Comdepac.

Praça José Bonifácio. localizada na região central de Piracicaba está passando por um amplo processo de revitalização O projeto contempla também a pavimentação asfáltica de ruas, abertura e pavimentação de acessos, construção de rotatória, modernização da iluminação, implantação de estacionamento, reforma dos sanitários, coreto e fonte luminosa, recuperação do paisagismo e sinalização (vertical e horizontal). O projeto da revitalização foi desenvolvido pelo Ipplap (Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba), com apoio da população e de entidades ligadas ao comércio.

Programa para Restauo de Escolas Estaduais. Foi lançado na sede da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo o Programa de Restauo de Edificações Escolares Estaduais. Idealizado a partir dos projetos de restauração da Escola Estadual Rodrigues Alves, da Avenida Paulista, e da Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, o programa pretende restaurar inicialmente 13 escolas estaduais localizadas em diversos municípios, entre os quais está Piracicaba. A recuperação de nossas escolas tem por objetivo não só a restauração física, mas também o resgate de valores históricos e culturais. As escolas participantes do programa são tombadas pelo patrimônio histórico. No momento, já são tombadas pelo Condepac, 90 escolas estaduais em todo o Estado de São Paulo e em breve serão mais 147. Este é um verdadeiro exemplo de exercer plena cidadania, onde o passado é recuperado e preservado. O Programa de Restauo de Edificações Escolares Estaduais compreende diversas escolas do Estado de São Paulo e no município de Piracicaba a escola será “EE Barão Rio Branco”.

Projeto Beira-Rio. As obras que estão sendo realizadas desde o final de outubro de 2006 e os serviços estão restritos à Avenida Beira Rio, entre a rampa de barcos e a Rua do Porto, do lado da margem. Estão sendo executados o alargamento da calçada, melhoria do passeio, demolição do guarda-corpo existente e qualificação do paisagismo. A totalidade da etapa 2 compreende desde a Rua do Porto até a Casa do Povoador. As intervenções respeitam as premissas estabelecidas no projeto de requalificação da Rua do Porto. Todas as etapas do projeto tem aprovações do DEPRN (Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais)

para intervenções na margem e do Codepac (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba) e Condepheet (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico) para as intervenções em toda área, que é tombada pelo patrimônio histórico, pelo inestimável valor à paisagem e história do município. O projeto visa à preservação das margens do rio (manutenção do corredor ecológico), à potencialização das visuais, onde tanto o morador de Piracicaba como o turista se aproprie da cidade e do rio, podendo chegar à margem para contemplação e contato.

Rua do Porto. Era habitada por pescadores. Alguns ainda residem nas pequenas casas construídas próximas ao rio, contando histórias, relembando o tempo das piracemas. Em algumas casas são vendidas iscas (minhocas) e varas para que os visitantes possam pescar no Piracicaba.

Salto do Rio Piracicaba. O Salto conta a história da fundação de Piracicaba, sendo atração permanente, mesmo nos períodos de seca. Na época das chuvas oferece um espetáculo majestoso, imponente.

Teatro Municipal “Dr Losso Neto”. Com sua moderna arquitetura, o Teatro Municipal de Piracicaba reúne a Sala 1, para 700 pessoas, em ambiente confortável, ar-condicionado e excelente sistema acústico; a Sala 2, com 250 lugares, para espetáculos de público mais restrito; espaço ao ar livre para 400 pessoas, hall de exposições para 600 pessoas, e o Cine Arte “Grande Otelo”, com 150 lugares.

Teatro São José. O Cine Teatro São José, em prédio ainda existente, começou a funcionar em 1927, onde estreou o primeiro filme sonoro, “O Pagão”, em 24/10/29.

Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep. Reconhecida como universidade em 1975, a Unimep teve sua origem em 1881, com a fundação do Colégio Piracicabano e mais tarde, em 1964, com a instalação dos primeiros cursos de graduação. Atualmente, a Unimep possui 4 “campi” (2 em Piracicaba, 1 em Lins e 1 em Santa Bárbara d’Oeste), oferecendo mais de 40 cursos de graduação, 7 programas de Mestrado e 2 de Doutorado, dentre diversos cursos de especialização, recebendo uma média de 12 mil matrículas por ano. Atua, ainda, nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão e possui clínicas em diversas áreas que prestam atendimento à população regional. A preocupação com a vida cultural está presente na programação do Núcleo Universitário de Cultura, com vários grupos de teatro e corais.

Vilas Heloísa e João de Barro. Estes são dois importantes remanescentes na área sede da Usina Monte Alegre. A colônia foi originalmente habitada pelos imigrantes italianos que eram maioria entre os funcionários da Usina Monte Alegre, incentivados pelo Comendador Morganti, o mais importante dos proprietários e responsável pelo desenvolvimento da Usina que ocasionou o crescimento do Bairro. A ‘Vila Heloísa’ pode ser dividida em dois blocos, o comercial e de serviços e o residencial. O primeiro seguiu dois padrões: em alvenaria aparente e outro revestido. Formado por diferentes edificações, a ornamentação e o padrão construtivo são influenciados pelo eclético fabril, com janelas verticais ornamentadas nas vergas, onde foram instalados armazém, farmácia, biblioteca e clube, variando o beiral em estuque, nos edifícios revestidos e o rendilhado de tijolos, naqueles de alvenaria aparente. Já o bloco residencial é formado por um conjunto de casas geminadas disposto em fileira, com telhado único, acompanhando a leve sinuosidade da topografia. O padrão adotado foi o colonial “casa de meia morada” com telhas do tipo “capa e canal” com janelas que variam entre as tradicionais guilhotinas com folhas escuras e as venezianas. Este padrão tipológico é recorrente no período de sua construção, tendo sido adotado em outras habitações construídas em áreas rurais e urbanas entre o final do século XIX e início do século XX, em Piracicaba. Destaca-se na fachada contínua a presença de um beiral em cimalha. A planta padrão apresenta pouca variação em relação ao número de quartos, que varia entre 1 e 2 unidades. O programa se complementa com uma sala, cozinha, um pequeno depósito e banheiro nos fundos. A Vila ‘João de Barro’, foi construída em alvenaria aparente, com janelas de veneziana, e como peculiaridade apresenta um porão utilizável sustentado por uma arcada, onde se utilizava uma lavanderia comum, espaço este possibilitado pela topografia do local, que torna as casas térreas pela entrada principal e praticamente assobradadas nos fundos. A ornamentação segue o tipo eclético fabril, com beiral de estuque e ornamentação simples nas vergas e eixos estruturais; o telhado em quatro águas é composto por telhas tipo ‘capa e canal’. Os materiais empregados foram produzidos pela própria Usina onde eram organizadas as seções responsáveis pela produção dos tijolos, telhas e esquadrias. Nas duas vilas pode-se notar a soma da tradição paulista com a experiência trazida pelos imigrantes, exemplificada na presença da alvenaria aparente como construção e ornamento, e na disposição interna tradicional. Tombado pelo Codepac - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba.

Anexo 2 – Piracicaba

Eventos importantes do Município de Piracicaba

Festa das Nações. Organizada pela Prefeitura, através do Fundo Social de Solidariedade, tem sua renda revertida às entidades sociais participantes. Em sua 12ª edição, conquistou fama nacional. Realizada no mês de maio, durante cinco dias apresenta shows, danças folclóricas e mais de 25 variedades de restaurantes, montados pelas entidades sociais, com ambientação, pratos e bebidas típicos dos países representados. A festa registra público superior a 100 mil pessoas e é realizada no Engenho Central.

Festa de São João, de Tupi. Tradicional festa realizada na noite de São João, com shows musicais e sertanejos, fogueira e folguedos tradicionais. Frequência superior a 40 mil pessoas, tendo como ponto de atração maior os pratos e bebidas típicos, e a passagem de populares descalços sobre o braseiro. Local: Distrito de Tupi.

Festa do Divino Espírito Santo. Introduzida em Piracicaba em 1826, constitui a mais significativa manifestação religiosa-popular e o mais expressivo evento do calendário turístico do município. Tem caráter peculiar decorrente das culturas das populações assentadas à margem do rio, que faziam promessas ao Espírito Santo, com o compromisso de comemorar o dia da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. A Festa do Divino é uma caracterização alegre da antiga festa, mostrando simbolicamente muito das suas tradições e mantendo viva a crença religiosa. Acontece na segunda semana de julho, é famosa em todo o país e concentra, numa semana, ao longo da rua do Porto, uma série de eventos que contam com grande participação popular.

Festa do Milho Verde. Realizada no mês de março, pelo Centro Cultural de Tanquinho, onde são servidos pratos variados, tendo como ingrediente principal o milho. Shows sertanejos e apresentação de conjuntos folclóricos. Local: Distrito de Tanquinho.

Paixão de Cristo de Piracicaba. É destaque nas comemorações de Páscoa. Um dos maiores e mais famosos espetáculos sacros do Brasil comemorou em 2007 seu 18º aniversário. A encenação costuma ter a participação de 500 atores voluntários, moradores da cidade e da região. Realizado na Semana Santa, entre os domingos de Ramos e de Páscoa, a peça teatral

que narra os últimos dias de Jesus na Terra tem a duração de uma hora e meia, sendo encenada num palco natural de 8.500 m², às margens do Rio Piracicaba, onde um cenário de 12 palcos e figurinos de época transportam o espectador a uma viagem no tempo. Por tudo isso, a Paixão de Cristo de Piracicaba já é reconhecida, pela crítica especializada, como um dos melhores espetáculos do gênero em todo o país. A encenação foi criada pela Associação Cultural e Teatral Guarantã, que realiza ininterruptamente a peça desde 1990. A cidade cenográfica onde acontece a Paixão de Cristo é um antigo engenho de açúcar construído há mais de 100 anos.

Salão Internacional de Humor. Expressivo evento de prestígio internacional, que compete com as mais famosas promoções do gênero da Europa. Foi criado em 1974, com o objetivo de promover o humor gráfico e especialmente mostrar cartuns censurados pelo regime ditatorial vigente na época. Os grandes cartunistas brasileiros e estrangeiros expõem no Salão, também destinado a revelar novos talentos. Realizado na segunda quinzena do mês de agosto no hall do Teatro Municipal. No Parque do Engenho Central, é realizado o Salão Internacional de Humor de Piracicaba, quando a cidade se transforma na capital do humor gráfico, com a realização do Salão. Todos os anos concorrem cartunistas, desenhistas, caricaturistas e quadrinistas, os principais do Brasil e das mais diversas regiões do mundo. Seu início é sempre em agosto se estendendo até o mês de setembro.

Eventos Oficiais

Janeiro

- 21- Arrastão Ecológico pelo Rio Piracicaba
- 21-Concurso de Escolha da Rainha do Carnaval

Fevereiro

- 03- Passeio de Barcos pelo Rio Piracicaba
- 17- Carnaval Popular no Engenho Central
- 18- Desfile das Escolas de Samba

Março

- 10- Passeio Ecológico de Bóia(data a ser confirmada)
- Festa do Milho Verde

11-Desfile de Cavaleiros

Passeio de Caiaques

Abril

Paixão de Cristo

Descida de Jangadas

Dia do Rio Piracicaba

Maiο

Festa das Nações

Mostra Almeida JR

Junho

Pira Caipira

Festa do Padroeiro da Cidade – Santo Antônio

Procissão de Corpus Christi

Festa de São João de Tupi

Julho

Festa do Divino

Simtec

Exposição de Pássaros

Festa da Polenta- Santa Olímpia

Festa Aviatória

Agosto

Aniversário da Cidade

Salão de Belas Artes

Festa de Nossa Senhora dos Prazeres

Festa Missionária das Comunidades

Semana do Folclore

Exposição Nacional de Orquídeas de Piracicaba

Exposição de Veículos Antigos

Salão Internacional de Humor de Piracicaba

Festa do Peão de Boiadeiro

Setembro

Festa da Mandioca

Outubro

Coroação de N. Sra do Rosário- da Pompéia

Festa de São Benedito

Novembro

Salão de Arte Contemporânea

Festa da Cachaça e do Peixe Frito

Dezembro

Torneio de Canto e Fibra de Curiós e Bicudos

Casa de Noel

Luzes e Vozes da Cidade (Encontro de Corais)

Concurso de Presépios

PROGRAMAÇÃO DE EVENTOS E ATIVIDADES - 2007

Selam – SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E ATIVIDADES MOTORAS.

Janeiro

Evento	Data/Período	Local (is)	Organização/ Parceria
Atividades Aquáticas na Piscina Municipal	02	Próprios Esportivos Municipais e Núcleos nos Bairros	Selam
Projeto Desporto de Base – PDB Reinício das atividades	08	Próprios Esportivos Municipais e Núcleos nos Bairros	Selam
Início do Projeto de Férias 2007 – Segunda a Sexta-Feira	08	Clube Palmeiras	Selam
- Programa da Terceira Idade	08	Próprios Municipais Clube Palmeiras Bela Vista Nauti Clube Estação da Paulista	Selam / SEMDES / FUSSP / CONSelam
- Equipes – Jogos Reinício dos Treinamentos	22	Próprios Esportivos Municipais	Selam / Clubes e Associações Esportivas de Piracicaba
Circuito RAGASPORTS de Street Ball – 2006 – 8ª etapa	28	Ginásio Municipal	RAGASPORTS / Selam
Projeto Clarear Reinício das Atividades	29	Complexo Esportivo Municipal	Selam
Programa de Atividades Físicas Orientadas - PAFO Reinício das Atividades	29	Próprios Esportivos Municipais e Núcleos nos Bairros	Selam

Fevereiro

Evento	Data/Período	Local (is)	Organização/ Parceria
1ª Etapa Campeonato Paulista de Lançamentos e Arremesso	03	São Caetano do Sul - SP	Unimep / Selam
Campeonato Paulista de Velocidade na Terra – 1ª Etapa	04	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
Seleção Piracicabana da 3ª Idade (reinício dos treinamentos)	05	Próprios Esportivos Municipais e Clubes	Selam / FUSSP / CLUBES
2ª Festival ECPA de Arrancada	09, 10 e 11	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
2ª Etapa Campeonato Paulista de Lançamentos e Arremesso	24	São Caetano do Sul – SP	Unimep / Selam
Circuito RAGASPORTS de Street Ball – 2006 – Etapa Máster	25	Ginásio Municipal	Selam / RAGASPORTS
I Etapa do Campeonato Paulista de Taekwondo	25	Mauá – SP	Federação Paulista de Taekwondo / Selam
1º Festival de Velocidade e Saltos	28	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Karate-Do Aula Especial com os Kodanshas	A confirmar	São Vicente – SP	Selam/CEC/ CCRCC

Março

Evento	Data/Período	Local (is)	Organização/ Parceria
Início do Campeonato Regional de Malha	1ª Quinzena	Piracicaba e cidades participantes	LIGA REGIONAL DE MALHA
Concurso de Embaixador e Embaixatriz dos Jogos Comunitários – 2007	02	Clube Palmeiras	Selam
I Festival Piracicabano de Artes Marciais	03	Ginásio Municipal	Selam
2ª – Expedição Ecológica	03	Condomínio Terras de Piracicaba	Selam / RAGASPORTS
3ª Etapa Campeonato Paulista de Lançamentos e Arremesso	03	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Circuito RAGASPORTS de Street Ball 2007 – 1ª etapa	04	Miniginásio Municipal	RAGASPORTS / Selam
Campeonato Paulista de Velocidade na Terra – 2ª Etapa	04	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
2º Festival de Velocidade e Saltos	07	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Noite do BOXE	10	Ginásio Municipal	NC PROMOC / Selam
Campeonato Brasileiro de Mini-Baja	15, 16, 17 e 18	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	SAE – Brasil / ECPA / Faculdades de Engenharia
4ª Etapa Campeonato Paulista de Lançamentos e Arremesso	17	São Caetano do Sul – SP	Unimep / Selam

Abertura dos 24º Jogos Comunitários – (Início das Competições das Modalidades Esportivas)	18	Ginásio Municipal (Próprios Esportivos Municipais)	Selam / ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS
XVIII Campeonato Piracicabano de Ciclismo	25	Av. 31 de Março	Selam
Festival PDB – Handebol	25	Mini Ginásio Municipal	Selam / CPH
Circuito RAGASPORTS de Vôlei – 1ª etapa	25	Bairros da Cidade	RAGASPORTS / Selam
Challenge Day – Encontro de Lideranças e Entrega de Certificados / 2006	30	SESC	SESC / Selam
2º Torneio Federação Paulista de Atletismo	31	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Jogos da Juventude	2ª Quinzena	Fase Regional	SELT / Selam
Treinamento e Seletivas para os Jogos Regionais do Idoso (JORI) – buraco, damas, dominó e truco.	2ª Quinzena	Estação do Idoso	Selam / SEMDES / FUSSP
Início do Festival Regional de Basquete Feminino Pré-Mini	2ª Quinzena	Piracicaba e cidades participantes	Associação Regional de Iracemápolis
Karate-Do Aula Especial com os Kodanshas	A Confirmar	São Vicente – SP	Selam/CEC/CCRCC

Abril

Evento	Data/Período	Local (is)	Organização/ Parceria
Início Campeonato Paulista Basquete Feminino – Divisão Especial	1ª Quinzena	Piracicaba e cidades participantes	Federação Paulista de Basquete
Torneio Milênio de Basquete Masculino Adulto	1ª Quinzena	Piracicaba e cidades participantes	Federação Paulista de Basquete
Início Campeonato Pró-Voleibol Feminino e Masculino Categorias Infantil, Infanto-Juvenil e Adulto.	1ª Quinzena	Piracicaba e cidades participantes	Associação Pró-Voleibol
Início da Liga Regional de Handebol Masculino e Feminino Categorias Infantil, Cadete, Juvenil e Adulto.	1ª Quinzena	Piracicaba e cidades participantes	Liga Regional de Handebol de Indaiatuba
Dia Mundial da Saúde - Agita Mundo	06	Caminhada pela Rua do Porto e Ginástica no Centro Cívico	Selam / Sec. Municipal de Saúde / Sec. Estadual de Saúde / Celafiscs
Início do IX Curso de Árbitros de Futebol “Arthur Alves Junior”	09	Anfiteatro do Centro Cívico e Estádio Municipal	Associação de Árbitros de Piracicaba e Região / Selam / SAFESP / SELT E FPF
3º Torneio Federação Paulista de Atletismo	14	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Campeonato Paulista de Canoagem Slalom	14 e 15	Corredeiras do Rio Piracicaba	Selam / FPCa

3º Festival de Velocidade e Saltos	18	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Campeonato ECPA de Arrancada – 1ª Etapa	20, 21 e 22	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
1ª Semana da Dança de Piracicaba	24 a 29	Praça Jose Bonifácio / Mercado Municipal / Estação da Paulista / SESI / SESC / Ginásio Municipal / AFPMP / CCRCC	Selam / Setur / SEMAC / AMHPLA / ADAPI / AFPMP / SESI / SESC / CCRCC
4º Festival de Velocidade e Saltos	25	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Campeonato Estadual Juvenil	28 e 29	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Circuito RAGASPORTS de Vôlei – 2ª etapa	29	Bairros da Cidade	RAGASPORTS / Selam
Festival PDB – Voleibol	29	Mini Ginásio Municipal	Selam
Exame de Faixas – Karate-Do	Última Semana	Clube Palmeiras	Selam
Festa de Páscoa da 3ª Idade	2ª Quinzena	Bela Vista Nauti-Clube	Selam / CONSelam / FUSSP / Bela Vista Nauti-Clube
Karatê Aula Especial com Kodanshas	A confirmar	São Vicente – SP	Selam/CEC/CCRCC
Copa Piracicabana de Karatê	A confirmar	Ginásio Municipal	Selam / CCRCC
Torneio Início do Campeonato Paulista de Basquete Sobre Rodas	A definir	A definir	FPBSR

Maio

Evento	Data/Período	Local (is)	ORGANIZAÇÃO/ PARCERIA
Clube da Família	Finais de Semana	Clube Palmeiras	Selam / CONSelam / SECRETARIA DE SAÚDE
4º Torneio Federação Paulista de Atletismo	05 e 06	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Circuito RAGASPORTS de Street Ball – 2ª etapa	06	Ginásio Municipal	RAGASPORTS / Selam
28ª Média Paulista de Ciclismo	06	Av. 31 de Março	NC PROMOC / FP DE CICLISMO / Selam
Sorteio das Cidades participantes do “Challenge Day” – Dia do Desafio	07	SESC / Pinheiros SP	SESC – SP
Campeonato ECPA de Arrancada – 2ª Etapa	11, 12 e 13	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
Campeonato Estadual Menores	12 e 13	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
VIII Triathlon Olímpico Rua do Porto	13	Parque da Rua do Porto	NC PROMOC / Selam
IV Etapa do Campeonato Paulista de Taekwondo	14	São José do Rio Preto – SP	Federação Paulista de Taekwondo / Selam
5º Festival de Velocidade e Saltos	16	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Brincando na Festa das Nações	16 a 20	Engenho Central	Selam / FUSSP
Circuito RAGASPORTS de Vôlei – 3ª etapa	20	Bairros da Cidade	BRAGASPORTS/ Selam
Campeonato Paulista de Velocidade na Terra – 4ª Etapa	20	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam

5º Torneio Federação Paulista de Atletismo	26 e 27	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
“Challenge Day”	30	Vários Pontos da Cidade	SESC / Selam / SECRETARIAS E ORGANIZAÇÕES MUNICIPAIS
Festa das Mães – 3ª Idade	2ª Quinzena	Bela Vista Nauti Clube	Selam / CONSelam / Bela Vista Nauti Clube
Circuito Regional de Atletismo	A confirmar	Estádio Municipal	Selam
Festival PDB – Basquetebol	A confirmar	Ginásio Municipal	Selam
Karate-Do Aula especial com os kodanshas	A confirmar	Piracicaba	Selam/CEC/CCRCC
Karate-Do Aula especial com os kodanshas	A confirmar	São Vicente – SP	Selam/CEC/CCRCC

Junho

Evento	Data/Período	Local (is)	Organização/ Parceria
Início Campeonato Paulista de Voleibol Feminino 1ª Divisão	1ª Quinzena	Piracicaba e cidades participantes	FEDERAÇÃO PAULISTA DE VOLEIBOL
Revoada de Pipas	1ª Semana	Parque da Rua do Porto	Selam / CÂMARA DE VEREADORES
Clube da Família	Finais de Semana	Clube Palmeiras	Selam / CONSelam / SECRETARIA DE SAÚDE
V Etapa do Campeonato Paulista de Taekwondo	03	São Paulo – SP	Federação Paulista de Taekwondo / Selam
Circuito RAGASPORTS de Street Ball – 4ª etapa	03	Ginásio Municipal	RAGASPORTS / Selam

1ª Corrida e Caminhada de Inverno SARA NOSSA TERRA	03	Rua João Botene	Selam / SARA NOSSA TERRA
1ª Corrida Pedestre “Pizzaria Micheluccio”	08	Av. Torquato da Silva Leitão	NC PROMOC / Selam
Extra Pira – Esportes Extremos e Extraordinários	08 a 10	Área de Lazer do Trabalhador – Av. Dr. Paulo de Moraes	Piracicaba – Cidade Que Adoro Tanto / Stratégika / Selam
6 Horas de Mountain Bike	10	Horto Florestal de Tupi	NC PROMOC / Selam
6º Festival de Velocidade e Saltos	13	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Corrida de Pedestrianismo Anti-Drogas	A definir	Engenho Central	COMAD / Selam / CÂMARA MUNICIPAL
XXVI Troféu Brasil Caixa de Atletismo	21 a 24	São Paulo	Unimep / Selam
Circuito RAGASPORTS – Vôlei – 4ª etapa	24	Bairros da Cidade	RAGASPORTS / Selam
Clínica e Festival de GR e Festival de Lutas	A confirmar	Ginásio Municipal e Clube de Regatas Palmeiras de Piracicaba	Selam / Unimep
Karate-Do Aula Especial com os kodanshas	A confirmar	São Vicente – SP	Selam/CEC/CCRCC
Troféu Brasil de Atletismo	2ª Quinzena	Ibirapuera – São Paulo	FEDERAÇÃO PAULISTA DE ATLETISMO
Festa Junina 3ª Idade	2ª Quinzena	Bela Vista Nauti Clube	Selam / CONSelam / Bela Vista Nauti-Clube

Julho

Evento	Data/Período	Local (is)	ORGANIZAÇÃO/ PARCERIA
II Exame Anual de Graduação	06	Academia Dojan Nippon I	Associação Piracicabana de Taekwondo
6º Torneio Federação Paulista de Atletismo	07 e 08	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Gincana 24 horas	07 e 08	Parque da Rua do Porto	Piracicaba – Cidade Que Adoro Tanto / Stratégika / Selam
Clube da Família	Finais de Semana	Clube Palmeiras	Selam / CONSelam / SECRETARIA DE SAÚDE
Campeonato Paulista de Velocidade na Terra – 6ª Etapa	08	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
Campeonato Paulista de Velocidade na Terra – 5ª Etapa	08	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
Circuito RAGASPORTS de Street Ball – 5ª etapa	08	Ginásio Municipal	BRAGASPORTS / Selam
II GP Formula Rolimã – Escoteiro	08	Av. 31 de março	NC PROMOC / Selam
Projeto Férias 2007	10 a 13 17 a 20	Clube Palmeiras	Selam
XV Jogos Pan-americanos	13 a 29	Rio de Janeiro	COB / ME / Governo do Estado / PM Rio de Janeiro
Campeonato ECPA de Arrancada – 3ª Etapa	15, 16 e 17	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam

2ª Corrida Pedestre “Aniversário da Cidade de Piracicaba – 240 anos”	29	Centro de Lazer do Trabalhador	Selam / ACP
Circuito RAGASPORTS de Vôlei – 5ª etapa	29	Ginásio Municipal	BRAGASPORTS / Selam
51º Jogos Regionais da 3ª Região Desportiva	16 a 29	São Manuel – SP	SELT / PM São Manuel / Selam
Karate-Do Aula especial com os kodanshas	A Confirmar	São Vicente – SP	Selam/CEC/CCRCC
Festa dos Avós e Netos	2ª Quinzena	Bela Vista Nauti-Clube	Selam / CONSelam / Bela Vista Nauti Clube

Agosto

Evento	Data/Período	Local (is)	Organização/ Parceria
Campeonato Estadual de Atletismo	1ª Quinzena	Ibirapuera – SP	FEDERAÇÃO PAULISTA DE ATLETISMO
Clube da Família	Finais de Semana	Clube Palmeiras	Selam / CONSelam / SECRETARIA DE SAÚDE
Karate-Do Aula especial com os kodanshas	A confirmar	São Vicente – SP	Selam/CEC/CCRCC
Festa da Cana	01 a 05	Engenho Central	Piracicaba – Cidade Que Adoro Tanto / Stratégika / Selam
Campeonato ECPA de Arrancada – 4ª Etapa	03, 04 e 05	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
Campeonato Estadual Sub-23	04 e 05	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Início da IX Copa Rocha Neto de Futebol 2007	05	Centro Esportivo 31 de Março	Associação Atlético Educando Pelo Esporte / Selam

Seletiva para o JEBS – até 14 anos	11	São Caetano do Sul – SP	Unimep / Selam
Noite do BOXE	11	Ginásio Municipal	NC PROMOC / Selam
II Torneio de Químbol – “Joaquim Bueno de Camargo – QUIM”	26	SESC	Selam / SESC/AFPMP
Campeonato Paulista de Salalom em Água Parada	12	Parque da Rua do Porto	Selam / FPCa
Circuito RAGASPORTS de Street Ball – 6ª etapa	12	Ginásio Municipal	BRAGASPORTS / Selam
14º Passeio Ciclístico – Aniversário de Piracicaba	12	Praça da Catedral	LUCAFÓ / Selam
III Jogos Infantis	16 a 24	Ginásio Municipal	Selam / SECRET. EDUCAÇÃO
Campeonato Estadual Atletismo Adulto	17 a 19	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
XVIII Cem Milhas Piracicaba de Auto Cross	18 e 19	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
Festival PDB – Atletismo	19	Estádio Municipal	Selam
Circuito RAGASPORTS de Vôlei – 6ª etapa	26	Bairros da Cidade	BRAGASPORTS / Selam
1ª Etapa Campeonato Paulista – Canoagem de Velocidade – 200 metros	26	Parque da Rua do Porto	Selam/ASPIRE
Olimpíadas Piracicabana da 3ª Idade	27	Ginásio Municipal	Selam / SESI / FUSSP
Semana de Prevenção às Deficiências	A definir	Vários Locais da Cidade	CONDEF / SECRETARIAS MUNICIPAIS

Semana de Prevenção às Deficiências	A definir	Vários Locais da Cidade	CONDEF / SECRETARIAS MUNICIPAIS
Festa da 3ª Idade – Aniversário da Piracicaba	2ª Quinzena	Bela Vista Nauti-Clube	Selam / CONSelam / Bela Vista Nauti-Clube
Torneio Regional Pró-Voleibol da 3ª Idade	A definir	A definir	Selam / ASSOCIAÇÃO PRÓ-VOLEIBOL

Setembro

Evento	Data/Período	Local (is)	Organização/ Parceria
Karate-Do Aula especial com os kodanshas	A confirmar	São Vicente – SP	Selam/CEC/CCRCC
Clube da Família	Finais de Semana	Clube Palmeiras	Selam / CONSelam / SECRETARIA DE SAÚDE
Ginastrada - Fase Regional	01 a 02	Rio das Pedras - SP	Selam / SELT / Academias de Dança
Circuito RAGASPORTS de Street Ball – 7ª etapa	02	Ginásio Municipal	BRAGASPORTS / Selam
1ª Corrida Pedestre UNIMED	02	A confirmar	NC PROMOC / UNIMED / Selam
Olimpíada Piracicaba da 3ª Idade	03 a 28	Próprios Municipais e SESI	Selam / FUSSP / SESI
Praia em Pira	06 a 09	Parque da Rua do Porto	Piracicaba – Cidade Que Adoro Tanto / Stratégika / Selam
Desfile 07 setembro	07	Rua Governador Pedro de Toledo	Prefeitura Municipal / Entidades / Instituições Locais
VI Olimpíadas Especiais	10 a 21	Complexo Esportivo Municipal	Selam E ENTIDADES DE PIRACICABA
Festival PDB – Futebol	16	A confirmar	Selam

18º Enduro do Caipira	23	Engenho Central	KAIPIRA'S / Selam
Campeonato Paulista de Velocidade na Terra – 6ª Etapa	23	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
Circuito RAGASPORTS – Vôlei – 7ª etapa	23	Bairros da Cidade	BRAGASPORTS / Selam
Agita Melhor Idade	28	Parque da Rua do Porto	Selam / SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE / SEC. ESTADUAL DE SAÚDE
1º Festival de Corrida Infanto Juvenil “Aparecida de Fátima Adão”	29	Pista de Atletismo Estádio Municipal	ACP / Selam
Festa da Primavera – 3ª Idade	2ª Quinzena	Bela Vista Nauti-Clube	Selam / CONSelam / Bela Vista Nauti-Clube
Festival de Jogos Adaptados à 3ª Idade	A definir	Osasco – SP	Prefeitura Municipal de Osasco / Selam
Torneio Regional Pró-Voleibol – 3ª Idade	A definir	A definir	Associação Regional Pró-Voleibol / Selam

Outubro

Evento	Data/Período	Local (is)	Organização/ Parceria
Karate-Do Aula especial com os kodanshas	A confirmar	São Vicente – SP	Selam/CEC/CCRCC
Clube da Família	Finais de Semana	Clube Palmeiras	Selam / CONSelam / SECRETARIA DE SAÚDE
III Exame Anual de Graduação	05	Academia Dojan Nippon I	Associação Piracicabana de Taekwondo

Campeonato ECPA de Arrancada – 5ª Etapa	05, 06 e 07	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
Campeonato Estadual Mirim	6 e 7	Ibirapuera – SP	Unimep / Selam
Brincadeira de Criança	05 a 07	Parque da Rua do Porto	Piracicaba – Cidade Que Adoro Tanto / Stratégika / Selam
Circuito BRAGASPORTS de Street Ball – 8ª etapa	07	Ginásio Municipal	BRAGASPORTS / Selam
Festival PDB – Semana da Criança	08 a 11	Núcleos do PDB	Selam
Mês da Criança	01 a 31	Próprios Municipais	Selam
Campeonato Brasileiro de Velocidade na Terra	12, 13 e 14	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
Campeonato Paulista de Velocidade na Terra – 7ª Etapa	14	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / Selam
22ª Corrida Pedestre “Virgílio Togni”	14	Praça Central – Distrito de Santa Terezinha	Selam / ACP
71º Jogos Abertos	15 a 28	Praia Grande – SP	SEJEL / Selam
IX Triathlon Olímpico Rua do Porto	21	Parque da Rua do Porto	NC PROMOC / Selam
Karate-Do Aula especial com os kodanshas	A confirmar	Clube Palmeiras e CCRCC	Selam/CEC/CCRCC
Agita Funcionário Público	26	Centro Cívico	Selam / SEC. DA ADMINISTRAÇÃO / SEC. DE SAÚDE
Circuito RAGASPORTS de Vôlei – 8ª etapa	28	Bairros da Cidade	BRAGASPORTS/ Selam

Circuito RAGASPORTS de Vôlei – 8ª etapa	28	Bairros da Cidade	BRAGASPORTS/ Selam
Meu Tempo de Criança- Festa da 3ª Idade	2ª Quinzena	Bela Vista Nauti-Clube	Selam / CONSelam / Bela Vista Nauti-Clube
Jogos Regionais do Idoso	2ª Quinzena	Itatiba – SP	Selam / SELT / FUSSP
Torneio Regional Pró-Voleibol da 3ª Idade	A definir	A definir	Selam / Associação Regional Pró-Voleibol
Exame de Faixas – Karate-Do	Última semana	Clube Palmeiras	Selam

Novembro

Evento	Data/Período	Local (is)	Organização/ Parceria
Karate-Do Aula especial com os kodanshas	A Confirmar	São Vicente – SP	Selam/CEC/CCRCC
Clube da Família	Finais de Semana	Clube Palmeiras	Selam / CONSelam / SECRETARIA DE SAÚDE
Circuito BRAGASPORTS de Street Ball – 9ª etapa	04	Ginásio Municipal	BRAGASPORTS / Selam
IV Exame Anual de Graduação	10	Academia Dojan Nippon I	Associação Piracicabana de Taekwondo
I Hanmadang Paulista Lutas / Quebramentos / Formas / Taefit	10 e 11	Ginásio Municipal	Federação Paulista de Taekwondo
Do Outro Lado do Mundo	16 a 18	Parque da Rua do Porto	Piracicaba – Cidade Que Adoro Tanto / Stratégika / Selam
Ginastrada	14 a 18	Ginásio Municipal	Selam / SELT / Academias de Dança
II Corrida Pedestre Betty Training	18	Av. Torquato da Silva Leitão, 520	NC PROMOC / Selam

Campeonato Paulista de Veloterra – FINAL	21	SP-304 Rotatória do Distrito de Santa Terezinha	Selam / ASFALTO ZERO
Jogos Estaduais do Idoso – JEI	21 a 25	A Confirmar	Selam / SELT / FUSSP
Festival PDB – Natação	25	Piscina Municipal	Selam
Circuito BRAGASPORTS de Vôlei – 9ª etapa	25	Bairros da Cidade	BRAGASPORTS / Selam
Caminha FACIP – Câncer Infantil	25	Ruas Centrais	LUCAFÓ / Selam
Confraternização de Final de Ano – 3ª Idade	2ª Quinzena	Bela Vista Nauti-Clube	Selam / CONSelam / Bela Vista Nauti-Clube
Pira-pesca	A Confirmar	Engenho Central	Selam/GAZETA REGIONAL
Torneio Regional Pró-Voleibol da 3ª Idade	A definir	A definir	Selam / Associação Regional Pró-Voleibol

Dezembro

Evento	Data/Período	Local (is)	Organização/ Parceria
Feliz Natal Feliz	01 a 23	Parque da Rua do Porto	Piracicaba – Cidade Que Adoro Tanto / Stratégika / Selam
Circuito BRAGASPORTS de Street Ball – 10ª etapa	02	Ginásio Municipal	BRAGASPORTS / Selam
Dia Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência	03	A definir	CONDEF / Secretarias Municipais e Entidades
V Exame Anual de Graduação	07	Academia Dojan Nippon I	Associação Piracicabana de Taekwondo
12ª Corrida Pedestre “Bairro Santa Rosa”	09	Bairro Santa Rosa	Selam / ACP
Festa de Confraternização dos Projetos da 3ª Idade	12 a 19	Estação do Idoso, Próprios Municipais e Bela Vista Nauti-Clube.	Selam / SEMDES / CONSelam / Bela Vista Nauti Clube
Circuito BRAGASPORTS de Vôlei – 10ª etapa	16	Bairros da Cidade	BRAGASPORTS / Selam
Campeonato Paulista de Velocidade na Terra – 8ª Etapa	16	Esporte Clube Piracicabano Automobilismo	ECPA / FASP / CBA / Selam
Confraternização Projeto Clarear	A definir	A definir	Selam
Confraternização PPD – AAPP/ Selam	A definir	A definir	Selam/AAPP
Festivais de Final de Ano dos núcleos do PDB e PCF	A definir	Núcleos das escolinhas nos bairros	Selam / DEDINI
Agita Verão	A definir	Parque da Rua do Porto	Selam / UNIMED MEDICINA PREVENTIVA

Anexo 3 – Piracicaba

Inventário de Obras de Arte, Marcos Cívicos e referenciais de Memória em Espaços Públicos na Cidade de Piracicaba

Marco pelos 500 anos de Brasil - 233 de Piracicaba

José Ferraz de Almeida Junior

Marco da Bandeira

Monumento à Bíblia

Bicentenário de Piracicaba

Livro Comemorativo do Bicentenário de Piracicaba

Chaminés da Rua do Porto

10º Aniversário de Fundação da Cidade Jardim

Vitório Ângelo Cobra - Cobrinha

Maria Benedita Pereira Penezzi

Homenagem ao Dr. André Ferreira dos Santos

Comemoração dos 90 anos da Esalq

Marco da Fundação de Piracicaba

Prefeito Luciano Guidotti

Imaculada Conceição e Pio XII

Dona Joaquinha Morganti

Dona Joaquinha

José Bonifácio de Andrada e Silva

Pe. Roberto Landell de Moura

Luiz de Queiroz (Esalq)

Mausoléu de Luiz de Queiroz e Dona Ermelinda Ottoni

Luiz de Queiroz (Praça José Bonifácio)

Oficial Mario Dedini

Monumento da Independência

Moraes Barros (Escola Estadual Moraes Barros)
Moraes Barros (Praça Antonio Prado)
Comendador Pedro Morganti
Mosaico Centro Cívico
Mural de Mosaico Histórico da Cidade
Roberto Nobre Ferraz
Antonio de Pádua Dutra
Protesto em Defesa do Rio Piracicaba
Prudente de Moraes (Museu Histórico e Pedagógico)
Prudente de Moraes (Escola Estadual Prudente de Moraes)
Ponte Rebouças - Homenagem aos engenheiros negros Irmãos Rebouças
150 anos de Independência do Brasil - Rotary Club
Piracicaba Marco Zero da Hidrovia do Mercosul
25 anos do Salão de Humor de Piracicaba
Santa Cruz
Centenário de Santa Olímpia
Portal do Santa Rosa
Comunidade Trentina
Homenagem das Colônias Síria e Libanesa a Piracicaba Bicentenária
Monumento ao Soldado Constitucionalista
Sud Menucci
Thales Castanho de Andrade
Portal de entrada do antigo Estádio Municipal
Sapucaia

Anexo 4 - Piracicaba:

Listagem completa dos Imóveis Tombados e em processo de Tombamento em Piracicaba

IMÓVEIS EM PROCESSO DE TOMBAMENTO NO BAIRRO MONTE ALEGRE

Usina de Leite

E um total de 113 propriedades referente a moradias.

IMÓVEIS TOMBADOS NO BAIRRO MONTE ALEGRE

8 casas na Vila João de Barro

Capela de São Pedro (R. Mario Bortolazzo, s/n)

Casa Paroquial (R. Mario Bortolazzo)

E.E. Marquês de Monte Alegre (Av. Com. Pedro Morganti)

9 Casas na Av. Com. Pedro Morganti

Biblioteca (Av. Com. Pedro Morganti)

32 Casas na Vila Heloísa

IMÓVEL TOMBADO PELO IPHAN:

Residência de Prudente de Moraes

IMÓVEIS TOMBADOS PELO Condephaat:

Casa do Povoador

Residência de Prudente de Moraes

Passo do 'Senhor do Horto' (Passo da Via Sacra São Vicente de Paulo)

Escola Estadual 'Sud Menucci'

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq

Escola Estadual 'Barão do Rio Branco' (Aguarda homologação)

Escola Estadual 'Moraes Barros' (Aguarda homologação)

IMÓVEIS EM PROCESSO DE TOMBAMENTO NO Condephaat:

Chácara Nazareth

Complexo do Engenho Central

Antiga Estação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro

Società Italiana di Mutuo Soccorso

IMÓVEIS TOMBADOS PELO Codepac:

Mercado Municipal e Praça Dr. Alfredo Cardoso

Parque do Engenho Central

(Antigo) Matadouro Municipal

Ponte de Ferro Joaquim Nunes - Distrito de Artemis

Capela de São Pedro e Área envoltória

Sede da Società Italiana di Mutuo Soccorso

Monumento a Luiz de Queiroz

Monumento ao Soldado Constitucionalista

Mausoléu de Prudente de Moraes

(Antiga) Estação da Cia. Paulista

Palacete “Luiz de Queiroz”

Imóveis da Av. Beira Rio, Largo dos Pescadores e Rua do Porto

Mausoléu de Almeida Junior

Colônia de Casas do Bairro Monte Alegre (Vila Eloíza e João de Barro)

Sede da Sociedade Espanhola de Piracicaba

(Antiga) Estação da Estrada de Ferro Sorocabana (Edifício Engº Manoel Hermínio Paquete)

Escola Estadual “Sud Mennucci”

Escola Estadual “Moraes Barros”

(Antiga) Escola Estadual “Marquês de Monte Alegre”

Escola Estadual “Barão do Rio Branco”

Imóvel na Rua Boa Morte 1.104

(Antiga Sede da) Sociedade de Beneficência Portuguesa

(Antiga) Residência de Aquilino Pacheco

Igreja Metodista Central de Piracicaba

Chácara do Morato

(Antiga) Residência de Bento Dias Gonzaga

Clube Coronel Barbosa

Teatro São José

Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Frades)

Igreja São Benedito

Chácara Nazareth

Seminário Seráfico São Fidélis

Parque do Mirante

Portal do cemitério da Saudade

(Antiga) Casa de Força

Conjunto da Empresa Hidráulica de Piracicaba (Museu da Água)

(Antiga) Estação Ferroviária do Distrito de Artemis

Imóvel na Rua São José, 446

(Antiga) Escola Estadual “Francisca Elisa da Silva” (Loja Maçônica Liberdade e Trabalho)

Pavilhão de Engenharia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq)

Edifício Principal e Anexo Martha Watts do Instituto Educacional Piracicabano

Igreja do Senhor Bom Jesus do Monte

Sede do Grupo Espírita “Fora da Caridade Não Há Salvação”

Imóveis na Rua Santa Cruz, 1148 e Rua Octávio Teixeira Mendes, 1213

(Antiga Sede da) Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e demais dependências

Sede da Sociedade Beneficente 13 De Maio
 Imóvel na Rua Prudente de Moraes, 414 - Centro
 Imóvel na Rua Santo Antônio, 583 - Centro
 Imóvel na Rua Santo Antônio, 713 - Centro
 Imóvel na Rua Santo Antônio, 617 - Centro
 Condomínio Edifício São Francisco
 Sede da Sociedade Beneficente 'Sírio Libanesa'
 Edifício Terenzio Galesi
 (Antiga) Faculdade de Odontologia (antigo Externato São José)
 Colégio Anglo Portal do Engenho (Antiga Escola 'Dr. Kok' e antigo Grupo Escolar da Vila Rezende)
 Prédio Principal da Santa Casa de Misericórdia
 Conjunto arquitetônico da Rua Alferes José Caetano, 968; 1010; 1018; 1028; 1048; 1054 e 1056 - Centro
 Imóvel na Praça Antônio Prado, 2181 - Centro
 Imóvel na Praça Antônio Prado, 2229 - Centro
 Palacete Giuliani
 Imóvel Rua São José, 316
 Estação Ferroviária de Tupi
 Sede do Banco Nossa Caixa
 Sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
 Edifício Broadway (antigo Cine Broadway)
 Antigo Ponto de Bondes
 Antigo Fórum "Dr. Francisco Morato"
 Sede da Comercial Monteiro
 Conjunto Arquitetônico da Rua D. Pedro I, 974, 978 e 1.004 - Centro
 Conjunto arquitetônico da Av. Dona Maria Elisa, 296, 302 e 303 - Vila Rezende

Conjunto arquitetônico da Trav. Maria Maniero, 64, 70, 80, 86, 96 e 110
- Vila Rezende

(Antigo) Grupo Escolar de Ártemis

Imóveis da família Losso, na Rua Boa Morte, 1403; e 1409 e 1411.

Imóvel na Rua Dom Pedro I, 750 e 754.

Antiga Fábrica Pentagna, Nogueira & Cia (incluindo a chaminé), Galpão da Cia Sorocabana e imóvel na Rua Dom Pedro I, 1166.

Antiga Loja Maçônica na Rua Santo Antonio, 475.

Catedral de Santo Antonio

Edifício principal do Colégio Salesiano Dom Bosco

Igreja de N. S. Boa Morte e Assunção

Igreja de N. S. do Rosário

Igreja do Imaculado Coração de Maria

Paróquia de São José

Igreja de São Judas Tadeu

Prédio Principal do Lar Franciscano de Menores e Capela de Santa Clara

Palacete Morganti e área envoltória (Monte Alegre)

Sapucaia

(Antigas) Casa Lima e Cury

Palacete Febeliano da Costa

Conjunto arquitetônico da Rua Governador Pedro de Toledo, 1797

Conjunto Arquitetônico da Rua Boa Morte, 2091, 2075; 1557; 1457; 1449; 1443; 1429; 1427 e 1413.

Conjunto Arquitetônico da Rua Boa Morte, 1469, 1479.

Conjunto arquitetônico da Rua Governador Pedro de Toledo, 1715; 1733; 1743; 1755; 1765; 1775; 1785; 1809; 1784; 1768; 1734

Conjunto arquitetônico - Rua Governador Pedro de Toledo, 1810; 1746

Túmulo de José Pinto de Almeida

Casa do Povoador

Museu Histórico e Pedagógico 'Prudente de Moraes'

Passo do 'Senhor do Horto' (Passo da Via Sacra São Vicente de Paulo)

(Antigo) Internato Masculino do Colégio Piracicabano

Anexo 5 - Piracicaba:

Patrimônio Urbano de Esportes e Lazer

CENTROS ESPORTIVOS E DE LAZER

Bairro	Nome do Equipamento	Equipamentos
Alto	Complexo Esportivo Municipal	<p>Ginásio Municipal “ Waldemar Blatkauskas”</p> <p>Mini-Ginásio “José Oliveira Garcia Neto”</p> <p>Estádio Municipal Barão de Serra Negra</p> <p>Piscina Municipal “ Dr. Samuel de Castro Neves”</p> <p>Academia Municipal de Musculação</p> <p>Refeitório Municipal do Atleta</p> <p>Sedes de ligas e entidades esportivas</p> <p>Sala Adaptada do Projeto Clarear</p> <p>Sala de Fisioterapia</p>
Bongue	Centro de Lazer do Trabalhador	<p>4 quadras poliesportivas</p> <p>1 campo gramado oficial</p> <p>1 pista de skate</p> <p>1 pista de bicicross</p> <p>1 campo de areia</p> <p>1 minilago</p> <p>área verde</p> <p>1 campo de gateball</p> <p>1 quadra de softball</p>
Alto	<p>Clube de Regatas Palmeiras de Piracicaba</p> <p>Cedido por comodato para a Prefeitura por 15 anos renovável por mais 15</p>	<p>sala para karatê e ginástica</p> <p>campo de areia</p> <p>salão multidisciplinar</p> <p>1 piscina para treinamento</p> <p>1 piscina infantil</p> <p>2 quadras</p>

Vila Rezende	Ginásio Municipal “ Felício Maluf”	Quadra coberta Vestiários Sanitários
Jardim Tókio	Centro Esportivo e de Lazer do Jardim Tókio	Campo de futebol oficial Quadra poliesportiva Centro Comunitário
Jaraguá	Centro Esportivo e de Lazer do Jaraguá	Ginásio Municipal “Dirceu de Toledo” - Jaraguá
São Dimas	Centro Esportivo e de Lazer do São Dimas	Quadra coberta Campo de futebol de areia Parquinho infantil
Santa Terezinha	Centro Esportivo e de Lazer Santa Terezinha	Quadra externa Campo de futebol oficial Ginásio Municipal “Waldemar Giusti”
Verde	Centro Esportivo e de Lazer 31 de março Educando pelo Esporte (Entidade) - Guarda Civil Municipal	Campo de Futebol Quadra Poliesportiva com iluminação Sede da Entidade
Vila Cristina	Centro Esportivo e de Lazer	Campo de futebol social Centro Comunitário
Sol Nascente	Centro Esportivo e de Lazer Sol Nascente	Cancha de bocha Parquinho Infantil Quadra poliesportiva 40x20m Vestiário Adaptado
Piracicamirim	Centro Esportivo e de Lazer do Tiro de Guerra	Campo de Futebol Quadra
CECAP	Centro Esportivo e de Lazer do CECAP	Campo de Futebol Centro Comunitário Cancha de Bocha
Caxambu	Centro Esportivo e de Lazer do Caxambu	Campo de futebol Centro Comunitário

Paulicéia	Centro Esportivo e de Lazer da Paulicéia	Cancha de Bocha Rafa Mini pista para caminhada Parque infantil Quadra poliesportiva coberta
Parque São Jorge	Centro Esportivo e de Lazer Parque São Jorge	Parque infantil Malha Pista de caminhada
Vila Industrial	Centro Esportivo e de Lazer da Vila Industrial	Campo de areia simples Quadra Poliesportiva iluminada
Parque dos Eucaliptos	Centro Esportivo e de Lazer Parque dos Eucaliptos	Parque infantil Pista de Skate Cancha de bocha

PARQUES MUNICIPAIS DE LAZER

Bairro	Nome do Equipamento	Equipamentos
Paulista	Estação da Paulista	Barracão Multidisciplinar Pista de Caminhada com equipamentos Espaço cultural Ciclovía Parque Infantil , muro de escalada, Campo Gramado Campo de Areia
Monte Líbano	Parque da Zona Sul	Quadra, pista de caminhada , áreas de contemplação, parquinho infantil e brinquedos, cancha de malha, muro de escalada, quiosques e aparelhos de ginástica
Jardim Noiva da Colina	Parque da Zona Leste	Quadras, pista de caminhada e áreas de contemplação
Vila Rezende	Parque Engenho Central	Passarela Pênsil Barracões tombados de múltiplo uso Secretaria de Ação Cultural

Chácara Nazareth	Parque da Rua do Porto	<p>Casa de Barcos e Escola de canoagem</p> <p>Pedalinho</p> <p>Escolinha de Trânsito</p> <p>Lago</p> <p>Espaço para Ginástica e Musculação</p> <p>Parque Infantil</p> <p>Teatro de Arena</p> <p>Pista para caminhada</p> <p>Sede do Grupo Escoteiro Tamandaré</p> <p>Área verde</p> <p>Equipamentos de Ginástica</p>
Piracicamirim	Parque de Lazer Piracicamirim	<p>Pista de caminhada</p> <p>2 campos de futebol social iluminados</p> <p>Parquinho Infantil</p> <p>Quadra poliesportiva</p>
Jardim Primavera	Parque Paraíso da Criança	<p>Arvorismo</p> <p>Pista caminhada com equipamentos</p> <p>Parque com brinquedos diferenciados</p> <p>Salas multidisciplinares</p>
Jardim Primavera	Zoológico Municipal	<p>ESPAÇOS ADEQUADOS PARA O HABITAT DOS ANIMAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p>
Eldorado	Parque de Lazer Eldorado	<p>Campo de Areia com iluminação, alambrado e Parquinho</p>
Vila Sônia	Parque de Lazer Vila Sônia	<p>Pista de Skate e campo de areia</p>
Vila Resende	Parque do Mirante	<p>Espaços para caminhadas contemplação do rio e do salto, restaurante e lojas de suvenires</p>
Castelinho	Morro do Castelinho	<p>Espaço de contemplação e preservação ambiental</p>
Castelinho	Área de Lazer da Av. Paulo de Moraes	<p>Campo e Campo de areia, Quadra</p>

EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE ESPORTE E LAZER

Bairro	Equipamentos Periféricos de Esporte e Lazer
Perdizes	Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação Parque infantil
Tatuapé II	Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação Parque infantil
Jd Novo Horizonte	Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação Parque infantil
Serra Verde	Campo de futebol de areia Vôlei de areia com iluminação e alambrado Parque infantil
Costa Rica	Campo de futebol de areia Vôlei de areia com iluminação e alambrado Parque infantil
Minas Novas	Campo de futebol de areia Vôlei de areia com iluminação e alambrado Parque infantil
Paineiras	Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação Parque infantil
Bosques do Lenheiro	Campo de areia com iluminação e alambrado
Nova Iguaçu	Parque infantil, campo de areia simples e cancha de bocha
Av. 31 de março	Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação Parque infantil
Jardim São Paulo	Campo de futebol de areia com alambrado
São Francisco Bonque	Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação Parque infantil
Morada do Sol	Campo de futebol de areia com alambrado
Mário Dedini	Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação Parque infantil Quadra coberta e pista de skate
Chapadão	Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação

Jardim Santa Silvia	Parque Infantil
Nazaré II	Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação
Altafim	Campo de futebol de areia com alambrado
Jd. São Francisco/Taquaral	Campo oficial de futebol com alambrado Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação Parque infantil
Jardim Santa Rita	Campo de areia com alambrado e parquinho
Parque Piracicaba	Parque Infantil
Vale do Sol	Parque Infantil
Jardim das Flores	Campo de areia simples
Artemis	Campo de areia simples Campo de futebol
Javari III	Campo de areia simples
Vila Monteiro	Campo de areia com alambrado
Jardim Diamante	Campo de areia
Santo Antonio	Campo de areia
Monte Alegre	Campo de areia Campo de Futebol
Parque dos Sabiás	Campo de areia iluminado
Jupia	Cancha de malha coberta Pista de skate com iluminação Campo de areia Campo de futebol
Parque Orlanda	Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação Ginásio CAIC Parque infantil
Boa Esperança	Campo de futebol de areia com alambrado e iluminação Parque infantil Cancha de malha coberta Passeios internos iluminados Sanitários

Jardim Oriente	<p>Campo de areia com iluminação e alambrado</p> <p>Vôlei de areia com alambrado</p> <p>Parque Infantil</p> <p>Cancha de malha</p>
Jardim Paraíso	Campo de areia simples
Jardim Peória	Cancha de bocha
Vila Belém	Parque Infantil
Jardim Borguesi	<p>Campo de malha</p> <p>Minipista de Caminhada</p> <p>Parque Infantil</p> <p>Área Iluminada</p>
Santa Olímpia	Centro Comunitário
Campo do União Porto	<p>Campo de futebol gramado</p> <p>Vestiários</p>
Jd. Nova Capri	Campo de areia
Alto da Pompéia	Parque infantil e quadra de vôlei de areia
Jd. Esplanada	Parque Infantil e Campo de areia
Jd Monte Rei	Campo de areia
Jd. Astúrias	Campo de futebol oficial
Nho Quim	Campo de areia alambrado
-Algodoal - Vera Cruz	Campo de areia
Vários	Existem inúmeros outros espaços na periferia e na zona rural, apenas citamos esses para explicitar a descentralização de equipamentos e as mais recentes intervenções.

OUTROS

Equipamento/Parceria	Endereço	Telefone	Obs
Sesi - PAF - Programa Atleta do Futuro e Projeto Desporto de Base PDB	Av. Luiz Balth Benathi 600	19 34212884	Parceria via convênio
Clube Lusitano Academia do boxe			Concessão de uso do espaço
Sesc - Parcerias em eventos e programas	Rua Ipiranga 155	19 34344022	Parcerias
Unimep - Taquaral Ginástica Localizada – PAFO / CQV Hidroginástica Musculação Natação -PDB	Rodovia do Açúcar km 156	19 31241586	Parcerias
Bela Vista Nauti Clube da Melhor Idade	Rodovia Piracicaba / São Pedro		Convênio que é renovado todo ano, via Fundo do Esporte
Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba – AFPMP Projeto Desporto de Base,Treinamentos e eventos			Parcerias

CLUBES:

CLUBE DE CAMPO DE PIRACICABA

CLUBE ATLÉTICO PIRACICABANO

CLUBE CORONEL BARBOSA

CLUBE TREZE DE MAIO

CLUBE DO SAUDOSISTA

CLUBE PALMEIRAS DE REGATAS DE PIRACICABA

CLUBE DO PROFESSORADO PAULISTA

AABB – BANCO DO BRASIL

CLUBE DO BANESPA

CLUBE ÍTALO BRASILEIRO

CCRCC – CLUBE CRISTÓVÃO COLOMBO

CLUBE DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS

BELA VISTA NAUTI CLUB

AFPMP – ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE PIRACICABA

SEST – SENAT

